



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CAROLINE DA SILVA OLIVEIRA

**A “GEADA NEGRA” DE 1975 EM LONDRINA-PR:
DE EVENTO CLIMÁTICO A LUGAR DE MEMÓRIA**

Londrina
2017

CAROLINE DA SILVA OLIVEIRA

**A “GEADA NEGRA” DE 1975 EM LONDRINA-PR:
DE EVENTO CLIMÁTICO A LUGAR DE MEMÓRIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina - UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em Territórios do Político.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Arruda

Londrina
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Oliveira, Caroline da Silva.

A "Geada Negra" de 1975 em Londrina-PR: : de evento climático a lugar de memória / Caroline da Silva Oliveira. - Londrina, 2017.
131 f. : il.

Orientador: Gilmar Arruda.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017.
Inclui bibliografia.

1. Geada - Tese. 2. Cafeicultura - Tese. 3. Folha de Londrina - Tese. 4. Lugares de memória - Tese. I. Arruda, Gilmar. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CAROLINE DA SILVA OLIVEIRA

**A “GEADA NEGRA” DE 1975 EM LONDRINA-PR:
DE EVENTO CLIMÁTICO A LUGAR DE MEMÓRIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina - UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em Territórios do Político.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Arruda
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a Dra. Alessandra Izabel de Carvalho
Universidade Estadual de Ponta Grossa –
UEPG

Prof. Dr. Wander de Lara Proença
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 17 de Agosto de 2017.

Dedico este trabalho à minha avó Tereza Zanaga (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Ao professor Gilmar Arruda, por ter aceitado a orientação ao longo do mestrado. Sou grata pela paciência, pelos ensinamentos, direcionamentos e pelo apoio desde o início da pesquisa.

À minha avó, Tereza Zanaga, a pessoa que me incentivou desde criança a estudar e buscar sempre mais conhecimento. Cresci em meio ao cafezal, que ela cultivava com tanto apreço no quintal de casa, e com o tempo a curiosidade acerca da cultura cafeeira se transformou em pesquisa acadêmica. Infelizmente, durante a escrita da dissertação, eu a perdi. Dedico a ela essa pesquisa, como forma de gratidão, por sempre ter acreditado em mim. Obrigada pelo cuidado, você foi a minha mãe e continua sendo o meu exemplo de vida.

Ao professor Richard Gonçalves André, à professora Alessandra Izabel de Carvalho e ao professor Wander de Lara Proença, por terem aceitado participar da banca e pela imensa contribuição que possibilitou uma melhor reflexão sobre a pesquisa.

Ao meu companheiro Pedro, por ser minha morada e ter me proporcionado todas as ferramentas emocionais, afetivas e materiais durante a dissertação. Com paciência, compreensão e carinho, me auxiliou incondicionalmente. Obrigada pelo apoio e por sempre acreditar em mim, sua força me ergueu em muitos momentos de dificuldades.

Agradeço também ao meu sogro, Sandro, e minha sogra, Terezinha, por me acolherem em sua família e cuidarem de mim, sempre me incentivando a buscar o melhor, com paciência e carinho. Sem vocês, o processo de escrita da dissertação teria sido bem mais árduo.

Aos meus amigos, que compreenderam minha ausência e continuaram me apoiando em todos os momentos.

Ao Lucas Mores, que me auxiliou sempre que precisei, com indicações de textos e inúmeros esclarecimentos. Obrigada pela paciência e disponibilidade.

Aos professores do Programa de pós-graduação em História Social da UEL e aos colegas que de alguma forma trouxeram contribuições para a pesquisa.

“Existem muitas vozes que permaneceram silentes e que insistentemente continuam a falar. Há aquelas que são o suporte do poder vigente e aquelas que questionam essa versão.”

(Nelson Dacio Tomazi)

OLIVEIRA, Caroline da Silva. **A “Geada Negra” de 1975 em Londrina-Pr: de evento climático a lugar de memória.** 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2017.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar o evento climático, ocorrido em 1975, que ficou conhecido como “geada negra”. A geada ocorreu na madrugada do dia 18 de Julho de 1975 e atingiu diversas regiões agrícolas, principalmente o norte do Paraná, local em que se concentravam as plantações de café, uma das principais culturas afetadas pelo evento climático. Apesar de a região ser frequentemente atingida por geadas, a de 1975 foi considerada a pior de todos os tempos, sendo narrada como responsável pelo fim da cafeicultura e por impulsionar a transformação da agricultura na região. No primeiro capítulo faremos uma análise histórica sobre a cafeicultura e os temas que permeiam as transformações no campo na década de 1960 e 1970, buscando compreender que a geada de 1975 não é um evento isolado, mas está inserida em um contexto histórico mais amplo. Sendo assim, é relevante repensar a responsabilidade atribuída à geada pelo fim de uma cultura que já vinha se transformando e sendo substituída durante toda a década de 1960. No segundo capítulo analisaremos reportagens publicadas pelo jornal Folha de Londrina, que durante o período de Julho a Setembro de 1975 buscou acompanhar os desdobramentos da geada e iniciou o processo de construção da narrativa em torno do evento climático, conduzindo a cafeicultura nos moldes tradicionais para os lugares de memória. Posteriormente, no terceiro capítulo, as reportagens do jornal Folha de Londrina serão analisadas a partir das efemérides históricas, no período de 10, 25 e 40 anos após o evento climático. A narrativa que transforma o evento climático em desastre é reafirmada ano após ano, dessa forma, buscaremos evidenciar os sentidos atribuídos à geada pelo jornal ao longo do período histórico.

Palavras-Chaves: Geada. Cafeicultura. Folha de Londrina. Desastre. Lugares de memória.

OLIVEIRA, Caroline da Silva. **The “Geadas Negras” of 1975 in Londrina-Pr: from climatic event to place of memory.** 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2017.

ABSTRACT

This research analyzes the climatic event that occurred in 1975 that became known as "Geadas Negras" or Black Frost. The frost occurred in July 18, 1975 and reached several agricultural regions, mainly northern Paraná, where the coffee plantations were concentrated. Although the region is frequently hit by frosts, 1975 was considered the worst of all times, being described as responsible for the end of coffee cultivation and for boosting the transformation of agriculture in the region. In the first chapter we will make a historical analysis on coffee cultivation and the themes that permeate the transformations in the field in the 1960s and 1970s, trying to understand that the 1975 frost is not an isolated event but is embedded in a broader historical context, being important to rethink the responsibility attributed to the frost for the end of a culture that had already been transformed and replaced throughout the 1960s. In the second chapter we will analyze reports published by the newspaper Folha de Londrina that during the period from July to September 1975, sought to follow the unfolding of the frost and began the process of construction of the narrative around the climatic event, leading the coffee cultivation in the traditional molds for the places of memory. Later in the third chapter, the reports of the newspaper Folha de Londrina will be analyzed from the “*efemérides*”, in the period of 10, 25 and 40 years after the climatic event. The narrative that transforms the climatic event into a disaster is reaffirmed year after year, in this way, we will try to evidence the meanings attributed to frost by the newspaper throughout the historical period.

Keywords: Frost. Coffee. Folha de Londrina. Disaster. Places of memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Cervejaria Geada Negra	12
Figura 2	– Efeitos da geada branca na cafeicultura	21
Figura 3	– Efeitos da geada negra na cafeicultura.....	21
Figura 4	– Reportagem de capa do Jornal Folha de Londrina noticiando a ocorrência da geada de 1975.....	70
Figura 5	– O velório da cafeicultura	72
Figura 6	– Os retratos do frio	75
Figura 7	– Ministro mostra preocupação e empresários pedem-lhe a extinção do Estatuto e volta do colonato.....	84
Figura 8	– Vamos espantar os fantasmas.....	90
Figura 9	– É chegado o tempo de mudar	91
Figura 10	– Uma nova odisséia do café.....	93
Figura 11	– A nova cafeicultura.....	94
Figura 12	– Quem tem saudade?.....	104
Figura 13	– A geada negra de 2000.....	108
Figura 14	– Após 40 anos, café ainda move economia local	111
Figura 15	– ‘Marco divisor’ na agricultura do Estado	116
Figura 16	– Destruição e êxodo	118

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Condição do produtor, por categoria, estabelecimento e área, segundo microrregião homogênea e municípios do Paraná: 1960-198045
- Gráfico 2** – Área de lavouras permanentes e temporárias, pastagens naturais e plantadas, e outros usos segundo microrregião homogênea e municípios do Paraná: 1960-198.....46

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – Distribuição das áreas das grandes categorias de uso, segundo a condição de produtor – Paraná (em ha).....44
- Tabela 2** – Uso da terra em números absolutos e variação no Paraná – 1960-197047
- Tabela 3** – Evolução das principais formas de uso do solo no norte do Paraná entre 1959 e 1985.....48
- Tabela 4** – Efeito das geadas sobre as safras cafeeiras paranaenses51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA: A	
 CAFEICULTURA PARANAENSE ENTRE 1960 E 1975	20
1.1 PROGRAMA DE RACIONALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA E	
DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA	27
1.2 ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL	33
1.3 O USO DO SOLO NO NORTE DO PARANÁ.....	40
1.4 A HISTORIOGRAFIA E AS GEADAS: 1963-1975	50
2 A GEADA DE 1975 E O JORNAL FOLHA DE LONDRINA: O	
 FIM E A REINVENÇÃO DA CAFEICULTURA	58
2.1 HISTÓRIA AMBIENTAL E DESASTRES	61
2.2 A IMPRENSA E OS EVENTOS CLIMÁTICOS	67
2.2.1 O Velório da Cafeicultura	69
2.2.2 Políticas Públicas e o Desemprego Rural	76
2.2.3 Reinvenção, Rumo aos Lugares de Memória	89
3 DE EVENTO CLIMÁTICO A LUGAR DE MEMÓRIA	99
3.1 AS MEMÓRIAS E OS LUGARES DE MEMÓRIA	99
3.2 EFEMÉRIDES..	102
3.3 1985: QUEM TEM SAUDADE?	103
3.4 2000: A GEADA E O DESEMPREGO RURAL.....	106
3.5 2015: 'COMEMORAÇÃO' DOS 40 ANOS APÓS O EVENTO CLIMÁTICO.	109
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS.....	125

INTRODUÇÃO

No dia 18 de Julho de 1975 ocorreu uma forte geada no sul do Brasil, atingindo fortemente o norte do Paraná, local de grande concentração da cafeicultura. Esse evento climático ficou conhecido como “geada negra”, tendo sido, posteriormente, transformado no motivo principal, senão o único, do fim da cafeicultura do Paraná. A geada atingiu uma grande quantidade de pés de café e sua ocorrência teve grande repercussão no período, sobretudo por parte da mídia, que acompanhou os dias após a ocorrência do evento climático.

Quarenta anos após o evento climático, ele ainda é lembrado de várias formas, com diversos sentidos. Um exemplo para ilustrar isso é uma cervejaria artesanal, localizada em Londrina, que leva o nome do próprio tema em destaque: Cervejaria Geada Negra. Em sua página em uma rede social, a cervejaria evidencia o evento climático como sendo um desastre e lhe atribui a culpa pela devastação da cafeicultura em 1975.

Figura 1 - Cervejaria Geada Negra



Fonte: Facebook (2017)

O texto do principal folheto de divulgação da cervejaria enfatiza que, apesar de a empresa levar o nome do evento climático, a geada foi devastadora, ocasionando uma verdadeira tragédia para a cafeicultura em 1975. O evento serve de mote para destacar a “alma guerreira”, que seria característica dos habitantes “Norte Paranaenses”. A narrativa destaca que, após 1975, os londrinenses tiveram que se reinventar e seguir em frente. A intenção da cervejaria era fazer uma homenagem aos que ‘lutaram para que a região continuasse próspera mesmo sem o café’.

A geada, a partir dessa perspectiva de tragédia, tornou-se a responsável por dizimar a principal riqueza da região: a cafeicultura. Após o evento climático, gradualmente a cultura cafeeira foi-se tornando um lugar de memória. A memória é refugiada em lugares sobre focos privilegiados, mantida por aqueles que os protegem, mas, se aquilo que se defende não estivesse ameaçado, não haveria a necessidade de se construir os lugares de memória (NORA, 1993, p. 13)

A cervejaria Geada Negra, assim como outros lugares, como o Museu do Café, é, a partir do conceito de Nora, considerada um lugar de memória, guardando os vestígios da cafeicultura, que teria sido destruída após a geada de 1975. Buscamos, assim, compreender como a cultura cafeeira foi sendo transformada em lugares de memória, sustentando, entre outras coisas, o fato de a cafeicultura ter deixado de existir após a geada. Essa é uma narrativa que se tornou hegemônica, além disso, desconsidera que a cafeicultura já vinha sendo substituída desde a década de 1960 e que, apesar da diminuição, o cultivo cafeeiro continuou sendo praticado na região.

Conhecemos essa narrativa desde a infância, vivida na cidade de Sertaneja-PR. Nessa cidade seus habitantes mantêm uma memória coletiva que relaciona a retração habitacional da cidade à geada. Sertaneja conta atualmente com, aproximadamente, 7 mil habitantes, entretanto, no auge da produção da cafeicultura, chegou a ter 30 mil habitantes. A maioria da população residia no meio rural e trabalhava com o café. A narrativa fortemente difundida no município é de que a geada de 1975 destruiu a cafeicultura e fez com que muitos trabalhadores rurais perdessem o emprego, tendo que migrar para as cidades maiores, como Londrina, à procura de novas oportunidades.

Nosso estudo pretende examinar os desdobramentos que envolvem o evento climático, especialmente através da narrativa construída pelo Jornal Folha de

Londrina. Percebemos que, apesar da existência de alguns trabalhos acadêmicos que analisaram a cafeicultura, poucos analisaram de forma mais ampla as conjunturas que envolvem o evento climático.

A cafeicultura, principal cultura da região atingida pela geada de 1975, foi, durante décadas, sinônimo de prosperidade, riqueza e trabalho na região norte do Paraná. Principalmente após a segunda guerra mundial, quando o cultivo do café cresceu em relação à quantidade de plantio, atendendo ao aumento da demanda pelo produto. Para Mores (2017, p. 1), a expansão do mercado consumidor do café no início do século XIX fez com que o cultivo fosse a primeira *commodity* tropical a se tornar global, o que ligou os consumidores da Europa e América do Norte aos produtores da África, Ásia e América Latina. Segundo o autor, atualmente, o café ainda é um dos principais produtos no mercado mundial, sendo consumido principalmente em países que não têm produção.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo buscaremos compreender as conjunturas que envolveram a agricultura a partir do início da década de 1960, período no qual as transformações no campo começaram a se intensificar, especialmente as decorrentes de políticas governamentais para a cafeicultura. Essas políticas, que serão mais bem detalhadas no decorrer do capítulo, como o Programa de Erradicação e Racionalização, tinham como pressuposto que a predominância da cafeicultura no Paraná era negativa, sendo necessária a diversificação agrícola. Além disso, outro ponto importante nas mudanças relacionadas à agricultura foi a publicação do Estatuto do Trabalhador Rural, que viria causar um forte impacto na cultura cafeeira, especialmente devido ao colonato. Portanto, analisaremos, ainda, o uso do solo no norte do Paraná e suas transformações no período, como forma de demonstrar as mudanças que já vinham ocorrendo no padrão agrícola da região. Finalizaremos o capítulo com a análise dos significados atribuídos à geada pelos principais autores que abordaram a cafeicultura na região.

Em 1962, o Governo Federal decidiu optar pela eliminação do excedente ligado à cafeicultura através do Programa de Redução da Quantidade de Cafeeiros, executado pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA). O programa oferecia uma indenização para cada pé de café erradicado, porém, esse valor poderia ter um acréscimo se a cultura que substituísse o café fosse realizada com a utilização de sementes selecionadas e o emprego de fertilizantes químicos no

solo. Ao mesmo tempo, o programa procurou incentivar a diversificação das lavouras cafeeiras a partir de sua substituição por pastagens e culturas anuais, como a soja e o trigo, o que resultaria na diminuição da oferta de emprego na zona rural.

O Estatuto do Trabalhador Rural entrou em vigor no governo de João Goulart, em 1963, e foi alvo de grandes críticas, principalmente por parte dos proprietários de terras, que argumentavam que com as novas leis teriam que adequar as famílias que viviam em regime de colonato nas fazendas cafeeiras. Os grandes proprietários começaram a demitir em massa os trabalhadores rurais, pois alegavam que a cafeicultura não estava dando lucros suficientes para pagar os direitos trabalhistas das famílias que moravam e trabalhavam em sua propriedade.

Durante a década de 1960, o uso do solo se modificou, pois já estava clara a diminuição da área ocupada pela cafeicultura, que vinha sendo substituída por outros cultivos agrícolas e pelas pastagens, que foram, inclusive, uma das principais escolhas no processo de substituição do café na região de Londrina.

Os proprietários que possuíam capital para expandir suas áreas encontravam na ocorrência de eventos climáticos, como a geada, uma oportunidade para adquirir terras de pequenos produtores que não conseguiam superar uma situação de crise e eram obrigados a vender suas propriedades.

Como resultado das transformações que ocorreram no campo na década de 1960, a cultura cafeeira chega ao início da década de 1970 com o terceiro lugar na taxa de ocupação do solo em Londrina, ficando atrás das lavouras temporárias e pastagens. Dessa forma, o processo de substituição da cultura cafeeira se acentuou e cada vez mais o café ia diminuindo sua importância na economia agrícola da região.

A ocorrência de eventos climáticos, como as geadas e as secas, na região norte do Paraná, contribuiu para que os proprietários de terras demitissem os trabalhadores de suas fazendas. As geadas serviam de justificativa para as demissões, pois, segundo os proprietários, os prejuízos causados pelos eventos climáticos inviabilizavam a manutenção do trabalhador em suas terras. A conjuntura de diminuição do emprego rural, juntamente com a perda do território cafeeiro, resultou, ao longo da década de 1960 e 1970, na transformação da agricultura na região norte do Paraná.

O tema que envolve a geada e a historiografia também será abordado nesse capítulo, uma vez que os eventos climáticos são constantemente discutidos nos trabalhos acadêmicos quando se refere à cafeicultura no Paraná. As geadas são analisadas, na maioria das pesquisas, como sendo diretamente responsáveis pela quebra na produção cafeeira, resultando em prejuízos econômicos e na erradicação das plantações afetadas. Todavia, algumas pesquisas recentes buscam analisar os eventos climáticos a partir da história ambiental, compreendendo a conjuntura que o envolve, e não somente o momento de sua ocorrência.

No segundo capítulo buscaremos entender o processo de transformação do uso da natureza pelo ser humano por meio das bases teórico-metodológica da história ambiental. Esse campo de estudo busca analisar a relação do humano com o ambiente historicamente. A história ambiental tem como finalidade “aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (WORSTER, 1991, p. 200). Sendo assim, possibilita compreender o tema em evidência a partir das transformações da natureza e a relação que o humano tem nesse processo.

Dentro da história ambiental encontramos a possibilidade de analisar como a geada, um evento climático, foi se transformado em um desastre e vista como uma catástrofe sem precedentes. Nesse sentido, buscamos definir o que seriam os desastres ambientais. De acordo com Paixão (2015, p.14), os desastres ambientais podem ser determinados como o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais e/ou ambientais, e consequentes prejuízos econômicos.

Segundo as bases teóricas da história ambiental, a geada é um evento climático, mas se transforma em desastre a partir da intervenção do homem no mundo natural. No caso da cafeicultura, o desastre só ocorre porque o humano estabeleceu seu cultivo agrícola tropical em regiões em que as geadas ocorrem frequentemente. A definição de desastre, principalmente na monocultura cafeeira, é mais complexa do que em outras áreas agrícolas, pois o ambiente nativo de uma determinada região é substituído por um número limitado de plantas, interferindo na organização do solo (MORES, 2017, p. 153).

A categoria de ‘desastre’ é utilizada, principalmente, pela mídia, ao publicar reportagens sobre a ocorrência de eventos climáticos que causaram os prejuízos

econômicos. Para analisar como o evento climático foi transformado, ou percebido como um desastre, recorreremos, principalmente, às reportagens publicadas pelo jornal da Folha de Londrina, relacionadas à geada de 1975, entre Julho e Setembro de 1975. Buscamos compreender como o jornal noticiou a ocorrência da geada e acompanhou os desdobramentos posteriores. Além disso, analisaremos os significados que foram sendo construídos e atribuídos às reportagens em relação aos acontecimentos, ligados, principalmente, à cafeicultura, após a ocorrência da geada.

No dia 18 de Julho de 1975, a Folha de Londrina publicou em sua primeira página a notícia da neve em Curitiba e da geada no norte do Paraná. O texto da reportagem enfatizava que a geada de 1957, denominada geada negra, tinha sido a pior de todos os tempos, porém, a geada de 1975 parecia ter sido ainda pior. A questão da geada contrasta com a notícia da neve em Curitiba, que alegrou grande parte da população (FOLHA DE LONDRINA, 18 jul. 1975, p. 1). No dia da ocorrência da geada, o clima era apenas de especulação pelo que poderia acontecer em relação à agricultura, entretanto, foi no dia seguinte que as reportagens sobre o evento climático se intensificaram.

A partir de então, no dia 19 de Julho, as reportagens traziam alguns títulos, como: “Foi a pior geada de todos os tempos” e “O velório da cafeicultura” (FOLHA DE LONDRINA, 19 jul. 1975, p. 1), dando início à construção da narrativa em torno do evento climático. Sendo assim, a pesquisa buscou mapear e analisar as questões que envolvem a narrativa do jornal entre os meses de Julho e Setembro de 1975.

A divisão dos tópicos que analisam as reportagens do jornal da Folha de Londrina publicadas em 1975 se deu a partir da leitura das fontes que direcionaram os temas em três partes: O velório da cafeicultura; Políticas públicas e o desemprego rural; Reinvenção, rumo aos lugares de memória.

O jornal, ao noticiar a ocorrência do evento climático, buscou evidenciar, principalmente, a destruição da cafeicultura e os prejuízos econômicos que a geada teria causado. Posteriormente, as reportagens acompanharam os auxílios que viriam do governo para amparar os agricultores que tiveram suas lavouras prejudicadas, e discutiram os possíveis problemas sociais que viriam a partir do desemprego rural, uma vez que a geada teria provocado o abandono do cultivo cafeeiro por parte dos agricultores, sendo assim, os trabalhadores que se dedicavam à cafeicultura perderiam o seu emprego. Após isso, principalmente a partir do mês de setembro,

as reportagens direcionavam o cultivo do café para a ‘nova cafeicultura’, que deixaria os ‘antigos’ métodos de cultivo para dar lugar às lavouras ‘modernas’, a partir do replantio de novos tipos de mudas de café e da substituição por lavouras mecanizadas, com o cultivo de culturas anuais.

No terceiro capítulo analisaremos o discurso apresentado pelo jornal da Folha de Londrina nas décadas posteriores à geada, em dois momentos que definimos como sendo ‘efemérides históricas’, e em uma reportagem publicada em 2000, que, apesar de não se mostrar como efeméride, uma vez que sua publicação não busca evidenciar apenas a geada de 1975, tornou-se relevante para se compreender a narrativa apresentada pelo jornal naquele ano. As efemérides caminham paralelamente às comemorações, como sendo o conceito de movimento, se mostrando como narrativa do dia-a-dia dos feitos dos homens, a partir da observação da lenta mudança de prática (BONALDO, 2014, p. 17-19). Aniversários de fundações, de grandes eventos, por exemplo, são oportunidades nas quais se estabelecem as efemérides. Nos anos posteriores ao evento climático de 1975, em várias oportunidades, o jornal retoma a geada de 1975. Os anos de 1985 e 2015 foram escolhidos como datas rememorativas do evento climático, já o ano 2000 foi escolhido através de uma reportagem que comparava a geada ocorrida naquele ano com a geada de 1975.

Em relação aos jornais, as efemérides são conceituadas como o “texto publicado em jornal por motivo de aniversário de evento importante na história: cinquentenário de revolução, aniversário de país ou cidade, centenário da morte de artista, etc.” (FOLHA, 2010, p. 66).

Em 1985, o jornal publicou uma reportagem no dia 18 de julho, lembrando os 10 anos da ocorrência do evento climático, responsabilizando a geada de 1975 pela mudança do perfil agropecuário do Paraná, pois teria precipitado a erradicação dos cafezais antigos e impulsionado a substituição por cultivos anuais, como a soja e o trigo. O desemprego rural também é relacionado à geada, uma vez que o evento climático teria resultado na demissão de um grande número de trabalhadores.

A geada foi rememorada em 2000, no dia 18 de julho, data em que o evento climático completou 25 anos. A reportagem busca comparar a geada que ocorreu em 2000 com a de 1975, enfatizando que os agricultores estavam com receio de que as consequências da geada daquele ano fossem parecidas com a de 1975, evidenciando, principalmente, a questão dos trabalhadores rurais que perderiam o

seu emprego. O colonato também é um tema recorrente na reportagem, idealizado como um sistema ideal de trabalho, mas que teve o seu fim a partir da geada de 1975, sendo relacionada ao 'tiro de misericórdia' para as colônias.

Em 2015, a Folha de Londrina publicou algumas reportagens que relembavam os 40 anos da geada de 1975, enfatizando sobre a memória de alguns indivíduos que vivenciaram o evento climático. A narrativa destaca a destruição da cafeicultura e o êxodo rural que teria ocorrido após a geada. O cultivo do café em 2015 ainda era significativo em Londrina, porém, com menos quantidade e mais qualidade do que nos anos anteriores a 1975. A cafeicultura que era praticada antes da ocorrência do evento climático foi direcionada aos lugares de memória, que abrigam vestígios do tempo em que o café era o principal cultivo agrícola da região, como na Fazenda Bimini, em Rolândia, antiga fazenda cafeeira, que preserva partes da estrutura do tempo em que era cultivado café na propriedade e, atualmente, abriga um museu do café.

O estudo da narrativa construída pelo jornal da Folha de Londrina busca compreender os significados atribuídos ao evento climático durante os quarenta anos após sua ocorrência. Pretendemos entender como um evento climático foi considerado um desastre para a região, principalmente para a cafeicultura, tendo sido responsabilizado pelo seu fim. O jornal teria sido também um agente propulsor da construção da narrativa sobre o evento climático, delegando ao clima a função de conduzir a história humana, e estabelecendo elementos hegemônicos que auxiliaram na constituição de uma memória coletiva fundada a partir do pressuposto de que a geada teria destruído a principal riqueza da região.

1 TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA: A CAFEICULTURA PARANAENSE ENTRE 1960-1975

A geada que ocorreu no dia 18 de Julho de 1975 atingiu diversas regiões agrícolas do Paraná, porém, foi no norte do Estado que foram percebidos os maiores danos às lavouras, principalmente porque na região estava concentrada a maior parte das plantações de café. O fenômeno climático ficou conhecido como “Geada Negra”.

Nesse capítulo analisaremos o processo histórico que envolve a cafeicultura paranaense, buscando compreender as transformações que ocorreram na região norte do Paraná, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, período em que a monocultura cafeeira começou a perder espaço na ocupação do solo na região. A reflexão sobre a geada de 1975 se dá a partir do contexto em que o fenômeno climático está inserido, sendo resultado de vários processos econômicos, políticos e sociais que o antecedem. A partir disso, analisaremos os seguintes temas: Programa de Racionalização e Diversificação Econômica; Estatuto do Trabalhador Rural; Relações de Trabalho na Cafeicultura; O uso do solo no norte do Paraná e, por fim, a Historiografia e as geadas: 1963-1975.

Os temas evidenciados nesse capítulo serão analisados a partir dos autores que pesquisaram diretamente questões que envolvem o processo de transformação da agricultura, principalmente no Paraná, tais como: Nice Lecocq Müller, Nadir Cancian, Gerd Kohlhepp, Lucas Mores, Nelson Dacio Tomazi, Verena Stolcke, Marcia Siqueira de Carvalho, Elpídio Serra, Guilherme Delgado, Maria Conceição D’Incao, Dalton Áureo Moro, Tânia Navarro Swain e Letícia Paixão.

A região estudada, localizada ao norte do estado do Paraná, durante mais de duas décadas foi o local de maior concentração dos plantios cafeeiros. O clima na região norte tem caráter de zona de transição entre as massas de ar tropical-atlântica e equatorial-continental, associadas diretamente ao regime de chuvas que resulta em um período úmido no verão e seco no inverno (MÜLLER, 2001, p. 91). Além disso, um dos fenômenos climáticos que mais ocorre na região é a geada, que atinge diretamente a cafeicultura, podendo ocorrer de dois tipos: a geada branca e a geada preta:

A geada branca corresponde a um “golpe de frio” local: graças a irradiação noturna, ocorre a inversão de temperatura, aparecendo então brumas frias e geadas nos vales e depressões do terreno. [...] A geada preta ocorre quando a frente polar avança, facilitada pelo recuo da massa Tropical-Atlântica. O encontro das duas massas provoca tempestades, seguidas de brusca queda de temperatura: as plantas, carregadas de umidade não evaporada, são então queimadas por congelamento (MÜLLER, 2001, p. 92).

Na geada branca, com a diminuição da temperatura e a presença de certa quantidade de umidade do ar, a água depositada na superfície das plantas se condensa, formando o orvalho, que se congela quando a temperatura fica abaixo do zero grau. A geada branca é o orvalho que se congelou. O vegetal atingido fica com uma coloração branca, que são os cristais de gelo. Em relação à geada negra, a diminuição da temperatura também ocorre, entretanto, o ar apresenta baixíssimo teor de umidade, sendo assim, não há condensação. Quando a temperatura chega a valores negativos, os tecidos vegetais são congelados, mesmo sem o gelo sobre a superfície. Os efeitos da geada negra são mais devastadores que os da geada branca, uma vez que rompem as membranas das células e o vegetal morre (BISCARO, 2007, p. 43). A diferença no aspecto visual é evidente, pois quando ocorre a geada branca as plantas apresentam cristais de gelo sobre a superfície, porém, na geada negra as plantas aparentam aspecto de queimado, como percebemos nas imagens abaixo:

Figura 2 - Efeitos da geada branca na cafeicultura



Fonte: TRIZI (2013)

Figura 3 - Efeitos da geada negra na cafeicultura



Fonte: TV GLOBO (2013)

A geada de 1975 foi uma geada preta, tendo afetado duramente a cafeicultura, ocasionando a necessidade de recepar¹ grande quantidade de cafeeiros após a geada. Embora a cafeicultura fosse importante, não era considerada a principal atividade agrícola da região em 1975, sendo que as lavouras temporárias, como soja, trigo, milho e pastagens já tinham avançando na ocupação de terras no norte do Paraná.

Apesar da crescente substituição da cafeicultura, essa atividade na região foi sinônimo de riqueza e prosperidade durante décadas, em função dos rendimentos que o cultivo cafeeiro proporcionava, tendo tornado a região conhecida como “Nova Canãa” e o “Novo Eldorado”. A cafeicultura e a qualidade do solo, principalmente pela terra roxa, proveniente dos terrenos eruptivos básicos, que apresentam altos níveis de fertilidade, atraíram muitos migrantes com intenção de se estabelecer na região.

O solo do norte do Paraná, entretanto, não é composto apenas pela terra roxa legítima, mas também apresenta em sua composição a terra roxa misturada, que contém material arenoso, que se localiza nas áreas próximas ao arenito de Caiuá², em fundos de vales e encostas (MÜLLER, 2001, p. 96). Dessa forma, podemos perceber que o solo não é homogêneo e a narrativa em torno da sua fertilidade pode ser compreendida como sendo uma maneira de atrair agricultores interessados na compra de terras. Essa narrativa, somada a outros fatores, como a ideia de uma mata virgem, permeada de florestas exuberantes, resultou em uma ideologia, construída ao longo dos anos, que buscou atribuir ao norte do Paraná uma identidade própria, separada das demais regiões do Estado.

¹ Cortar a planta rente ao chão.

² “Este tipo de solo apresenta uma textura de média a arenosa, com alta suscetibilidade à erosão hídrica e eólica” (MORES, 2017, p. 114).

Muitos trabalhos acadêmicos, como o de Nadir Cancian (1981), Nice Lecocq Müller (2001) e Gerd Kohlhepp (2014), dividem a região em três áreas, de acordo com a reocupação das terras, seguindo o discurso de que a região teria sido colonizada a partir de etapas sistematizadas, baseando-se no avanço da cafeicultura. Essa divisão se constituiria em Norte Velho ou Norte Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo e podemos compreender melhor essa classificação a partir da categorização explicativa do geógrafo Gerd Kohlhepp:

- a) O Norte Velho, cuja ocupação se iniciou de forma aleatória desde a segunda metade do séc. XIX, e que se estende da divisa com São Paulo, a leste, até o Rio Tibagi, oeste;
- b) O Norte Novo, colonizado sistematicamente apenas desde 1930 com poucas exceções, e que em sentido oeste toca uma linha geográfica que vai do Rio Pirapó até o joelho do Ivaí.
- c) O Norte Novíssimo, ocupado a partir da década de 1940, embora efetivamente colonizado apenas a partir da década de 1950, consta como o território de colonização mais jovem do estado. Essa região situa-se a oeste do Norte Novo e ao norte do rio Ivaí, assim como ao sul do rio Paranapanema, bordejando o rio Piquiri. Devido ao seu desenvolvimento no setor norte, a microrregião de Campo Mourão costuma ser agregada ao Norte Novíssimo (KOHLHEPP, 2014, p. 30).

Segundo essa divisão, a colonização do norte do Paraná seria uma continuação do avanço da cafeicultura paulista, que adentrou pela divisa de São Paulo e Paraná, depois seguiu pela região de Jacarezinho, Cornélio Procópio, Londrina e Maringá. Esse processo desconsidera que na região já havia populações que há décadas estavam estabelecidas, cultivando diversos produtos, como arroz, trigo, milho, algodão, feijão, criando porcos. Sendo assim, a cafeicultura era importante na região, porém, não era a única atividade agrícola que sustentava a economia, pois, mesmo com o avanço do cultivo cafeeiro nas terras do norte do Paraná, as outras culturas não deixaram de existir na região.

Apesar de compreendermos essas questões, ao longo do trabalho utilizaremos essa divisão em alguns momentos, em função de as tabelas analisadas e grande parte do referencial teórico estarem divididos dessa forma, principalmente quando nos referimos ao norte novo, que geograficamente corresponderia à região de Londrina.

Para melhor compreender as questões ideológicas que envolvem o discurso sobre o norte do Paraná, nos remetemos a Nelson Dacio Tomazi, que, em sua tese,

analisa o processo de construção do discurso ideológico que envolve a região norte, buscando compreender como foi sua formação. Tomazi não considera o discurso como algo planejado, mas, sim, constituído a partir da solidificação da sociedade burguesa nesse espaço que resultou na exclusão da memória dos demais grupos sociais:

Ao discurso de que a (re)ocupação foi pacífica contrapõe-se um outro discurso: o daqueles que sofreram a violência e a exclusão. Ao discurso de que a região situada ao norte do estado do Paraná foi e é um “Novo Canaã”, um novo “Eldorado”, contrapõe-se o discurso daqueles que chamavam a Av. Higienópolis, em Londrina, de “Lágrimas de Lavrador”, pois ali moravam muitos fazendeiros (TOMAZI, 1997, p. 106).

Esse discurso é baseado na ideia de que existe uma comunidade homogênea, fundada por interesses políticos e econômicos da classe dominante da região. Tomazi (1997) considera os anos de 1930 a 1950 como o período de maior elaboração da construção do discurso. A problemática se desenvolve a partir dos silêncios sobre a reocupação da região por parte da historiografia existente até o período da publicação de sua tese.

O autor relaciona o processo de reocupação ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Dessa forma, o discurso teria se constituído favorável aos “colonizadores”, visto como um processo pacífico e ordenado. Essa perspectiva não foi reproduzida somente pelos grupos interessados, mas, também, por meio do que foi apresentado por diversos trabalhos acadêmicos.

O projeto de reocupação e colonização foi efetuado pela iniciativa privada da Companhia de Terras norte do Paraná (CTNP)³ e visava a venda de terras na região, o que se iniciou em 1930, contando com as condições para a compra de terrenos que dependiam da sua localização. Essas condições poderiam se estender em um prazo de pagamento de até 4 anos, e “foi feita na forma de pequenas e médias propriedades, em que a área dos terrenos vendidos nos primeiros 10 anos era de, em média, 40 hectares” (KOHLHEPP, 2014, p. 58). Essa divisão teria ocorrido, principalmente, pelo fato de as pequenas e médias propriedades terem facilidade no acesso a estradas e recursos básicos, como a água.

³ A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) foi fundada em 1925, tinha sede localizada na cidade de São Paulo, com o objetivo de comprar e explorar terras, recrutar colonos para trabalho e demarcar terras para venda de lotes baseados em pequenas e médias propriedades.

Ao contrário da ideia de uma reocupação pacífica e constituída por partes ordenadas, segundo Tomazi, o que teria ocorrido na região era vários episódios de muita violência, direcionada, inicialmente, aos caboclos e aos indígenas, que eram vistos, principalmente pela CTNP e, posteriormente, pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNT), como sinônimo de barbárie e selvageria. Sendo assim, seria necessário expulsá-los e realizar a dominação do local. Após isso, essa violência seria destinada aos posseiros que, apesar de serem homens brancos, estariam estabelecidos em locais onde os “colonizadores” queriam demarcar e vender os lotes de terra. Dessa forma, também eram expulsos violentamente do lugar que habitavam (TOMAZI, 1997, p. 20).

A violência na expulsão se deu a partir da utilização de “jagunços” e “guardas particulares” por parte das companhias colonizadoras, que buscavam remover e sanear as terras (TOMAZI, 1997, p. 225). Entretanto, esse processo não teria sido pacífico, pois as populações que viviam nas terras que seriam colonizadas, na maioria das vezes, resistiam e, assim, entravam em conflitos com os que queriam expulsá-los. Dessa maneira, muitas expulsões acabavam resultando em mortes.

Os trabalhadores rurais também foram um dos grupos sociais que mais sofreram no processo de reocupação das terras, pois, segundo Tomazi (1997, p. 21), “o trabalhador não proprietário deve ser excluído, pois este é a própria negação de tudo o que se pretendia para essa “rica e abençoada” região”. Esse trabalhador, que durante décadas encontrou no campo seu lugar de moradia, trabalho e sustento da família, teria sido gradativamente expulso a partir da década de 1960, período em que o meio rural começaria a se firmar como local apenas de trabalho, e não mais de moradia.

A expulsão desses grupos sociais da região sustentaria a versão do vazio demográfico, no qual os colonizadores chegaram à uma região vazia, sem habitantes, sem atividades econômicas, pronta para ser colonizada e receber a cafeicultura. Tomazi chama de fantasmagorias essas e outras questões que envolvem o discurso Norte do Paraná, as quais seriam manipulações da classe dominante da região, com o objetivo de constituir um pensamento hegemônico e disseminar a memória histórica (TOMAZI, 1997, p. 25).

Um dos mitos constituintes do discurso Norte do Paraná é que o processo de reocupação e instalação de colônias teria sido realizado sem a intervenção dos poderes públicos, ou seja, a CTNP seria a única responsável pela “criação” da

região norte. Essa ideia, disseminada, principalmente, pela CTNP, é questionada na medida em que se tem conhecimento de várias iniciativas estaduais na solidificação das colônias.

Tomazi aponta que em 1939 as colônias de Içara e Jaguapitã foram fundadas por colonização estatal e, a partir de então, o estado teria implantado um programa oficial de colonização e outras terras foram demarcadas para a constituição de mais colônias, ou seja, o estado, assim como as Companhias de terras, teria sido o colonizador direto. As terras que eram vendidas pelo poder público teriam grande procura, pois os preços eram mais acessíveis do que as da CTNP e eram de boa qualidade (TOMAZI, 1997, p. 209).

Ao analisar os diversos aspectos que envolvem o discurso Norte do Paraná, podemos perceber que a CTNP não foi a única responsável pela reocupação da região, entretanto, possuía interesses em disseminar esse discurso, que criava o imaginário de uma sociedade homogênea e próspera.

Esse imaginário de prosperidade dos habitantes do norte do Paraná se propagaria, principalmente, em função do fortalecimento da cultura cafeeira na região. Como foi dito anteriormente, o café não foi o único plantio agrícola no processo de reocupação, todavia, durante muitas décadas foi o produto que sob a ótica do capital rendia mais lucros. Dessa forma, a expansão da cafeicultura na região teria impulsionado o processo de reocupação, pois cada vez mais aumentava a busca por terras para o plantio de novos pés de café (TOMAZI, 1997, p. 232).

A historiadora Nadir Cancian (1981, p. 90) denomina o período da cafeicultura paranaense entre 1945-1970 de fase dinâmica, em que a cultura teria passado por grandes modificações, tanto na questão dos preços quanto na utilização do solo no norte do Paraná. O dinamismo, para a autora, se deu a partir da ligação entre os preços e os produtos cultivados. Enquanto o café estava no auge dos preços, ultrapassando a década de 1950, o plantio de café se deu em grande escala, causando uma produção excessiva e resultando na alta demanda e baixa dos preços. A fase dinâmica, além de ter sido marcada pelas transformações agrícolas, também teria significativas mudanças nas relações de trabalho no campo.

Esse plantio em grande escala durante a década de 1950 resultou, na década de 1960, em colheitas maiores do que a demanda de consumo, levando à diminuição dos preços e ao aumento dos estoques, que haviam chegado a mais de 12 milhões de sacas em todo o país e transformado o Paraná no principal produtor

nacional de café (KOHLHEPP, 2014, p. 127). Assim, o Governo Federal considerou necessária a eliminação desse excedente, considerando mais viável, por meio do Instituto Brasileiro do Café (IBC)⁴, que houvesse a diminuição dos cafezais, ou seja, optou-se pela erradicação⁵, pois, com a alta produção e os preços caindo, mesmo o IBC comprando o café e o estocando não seria possível valorizar o produto no mercado.

Além das baixas dos preços, a pouca produção dos cafezais mais antigos, bem como o avanço da cafeicultura em regiões mais propícias às geadas, teria feito com que o governo buscasse alternativas para aumentar o cultivo de outros produtos que foram deixados em segundo plano, frente à monocultura cafeeira (CANCIAN, 1981, p. 131). O governo federal elaborou um plano, optando pela eliminação da planta, e não do produto final, como ocorreu na década de 1930. Sendo assim, a diversificação dos produtos agrícolas se daria a partir da liberação de espaço ocupado pela cultura cafeeira, que daria lugar às outras lavouras.

1.1 PROGRAMA DE RACIONALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA E DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA

O Programa de Redução da Quantidade de Cafeeiros foi criado em 1962, planejado e executado pelo GERCA, com o objetivo de diminuir o excedente anual da produção, igualando a oferta e a procura do produto, tanto para o consumo do país quanto para a exportação. O Programa se baseava no fundamento de que a cafeicultura não poderia ser o único plantio responsável pela economia agrária de alguns Estados Brasileiros, sendo que essa dependência estaria freando o crescimento econômico e dificultando a expansão da produção e o comércio dos produtos alimentícios.

A racionalização⁶ foi planejada por meio de dois programas específicos, o de Racionalização da Cafeicultura, executado em duas fases, e o de Diversificação

⁴ O Instituto Brasileiro do Café (IBC) foi uma Autarquia do Governo Federal criado em 1952, tinha como objetivo administrar as políticas cafeeiras. Foi extinto em 1990.

⁵ Utilizaremos, aqui, assim como aponta Kohlhepp (2014, p. 127), o termo erradicação como sinônimo de desenraizamento dos pés de café.

⁶ A racionalização da cafeicultura é entendida como um processo de reorganização do sistema produtivo com o objetivo de modernizar as propriedades rurais a partir de contratos de financiamento em que se vinculava a introdução de tecnologias que aumentassem a produtividade para diminuir os custos das sacas de café beneficiado produzida por hectare. Esse processo resolveria os problemas econômicos da cafeicultura brasileira, entretanto, apesar do aumento relativo da produtividade, não se pode afirmar que o modelo satisfizesse os objetivos iniciais de sua introdução. Os programas de racionalização aumentaram a produção por área, mas poderiam ter

Econômica das Regiões Cafeeiras. O Programa de erradicação tinha três objetivos principais: erradicar os pés de café antieconômicos, principalmente os pés mais velhos, com baixa produtividade; liberar o uso do solo antes destinado à cafeicultura para a introdução de outros cultivos, principalmente os alimentares, e, finalmente, modernizar as plantações cafeeiras (STOLCKE, 1986, p. 201).

A primeira fase do Programa de Racionalização ocorreu entre junho de 1962 e julho de 1966 e teve como meta erradicar dois bilhões de cafezais em todo o país. Alguns critérios foram estabelecidos, como uma indenização de Cr\$ 15,00 por pé de café eliminado, o que correspondia a 80% do valor de produção anual por cafeeiro, podendo o proprietário de terras escolher a cultura pela qual iria substituir o café. Porém, os que optaram por continuar a plantar café teriam que pedir uma autorização perante o GERCA (KOHLHEPP, 2014, p. 127).

Márcia Siqueira de Carvalho ressalta que os proprietários que trocassem a cafeicultura por lavouras temporárias poderiam desfrutar de garantias oferecidas pelo Banco do Brasil, como o acréscimo na indenização de “10% para o uso de sementes selecionadas, 20% para a execução de práticas de conservação do solo e 20% para o emprego de fertilizantes e defensivos” (CARVALHO, 1991, p. 72). Sendo assim, é perceptível que os incentivos para a introdução de lavouras temporárias nas terras, antes ocupadas pela cafeicultura, teriam sido maiores do que o estímulo para a continuação da cultura permanente.

Para diminuir os custos com a retirada dos pés de café, em 1963, o GERCA permitiu que fosse realizado o corte em nível do solo. Nesse período, crescia também o incentivo pelo plantio da soja, que estava em ascensão no mercado consumidor, por meio da alta do preço, em razão da quebra da produção norte americana. Contudo, apenas 3 mil hectares teriam sido plantados com soja (CARVALHO, 1991, p. 137).

Ainda em 1963, ocorreu uma geada que atingiu grande parte do território cafeicultor, principalmente no norte do Paraná. Os prejuízos da geada de 1963 fizeram com que os preços do produto aumentassem no ano seguinte, paralisando, assim, a erradicação dos cafezais. Desse modo, o objetivo de diminuir o plantio em dois bilhões de pés de café chegou apenas à 36% entre os anos de 1965 e 1966,

contemplado outros aspectos como a qualidade e a imagem do produto perante aos principais compradores e consumidores no varejo (SILVA, 1994, p. 23-24).

porém, a colheita no Paraná nesse período teria sido uma das maiores de sua história, correspondendo à 55% da produção do país (KOHLHEPP, 2014, p. 128).

Posteriormente, a partir de 1966, o Governo Federal, por meio do GERCA e do IBC, colocaria em prática um segundo programa de erradicação, argumentando que na primeira fase a ocorrência de geadas teria feito com que o preço do produto aumentasse e, também, que a diminuição no ritmo da erradicação teria ocorrido em razão da desvalorização monetária. O resultado desse processo foi a redução da indenização paga por cafeeiro erradicado, uma vez que no início do programa o valor pago poderia ser correspondente a 80% do valor médio da produção. Porém, em 1965 esse valor representava apenas 8% (CARVALHO, 1991, p. 72-73). A segunda fase do programa se deu com algumas alterações:

- A indenização por cafeeiro eliminado apresentava valores diferentes para três regiões, com vistas a aumentar a erradicação nas regiões de cafeeiros de maior produção. Entretanto, ocorreu o inverso, segundo a análise do próprio GERCA.
- O valor da indenização era cerca de 4 vezes maior que a anterior (NCr\$0,45 em média).
- Não era permitida a livre escolha das culturas substitutivas e somente o IBC as autorizava.
- Eram obrigatórias a destoca do terreno, a aração a gradeação e cultivo, por dois anos. Somente no ano posterior à erradicação, o lavrador recebia financiamento especial para formação e custeio da lavoura.
- O controle da execução do programa foi dividido entre várias entidades. Banco do Brasil, bancos estaduais e particulares foram os agentes financeiros, sendo criada a figura dos avaliadores que emitiam laudos para os financiamentos dos bancos, exceto para o Banco do Brasil. No Paraná, estes avaliadores e fiscais pertenciam ao próprio IBC (CARVALHO, 1991, p. 73).

Dessa forma, os critérios na segunda fase do programa de erradicação foram direcionados ao incentivo para o plantio de soja, aumentando a indenização, principalmente, nas regiões de maior produção, mais propícias à geadas, e nos locais com terrenos arenosos, não favoráveis para a cultura cafeeira. As novas plantações de café dificilmente conseguiam autorização para o seu cultivo. O cuidado com o solo também foi um fator intenso para o aproveitamento do solo, sem muitas preocupações com a conservação. Na primeira fase do programa, a preferência foi pela implantação de pastagens. No Paraná, esse índice chegou a 30%, porém, na segunda fase, o governo teria indicado restrições para o seu plantio, uma vez que os incentivos no período estariam direcionados ao cultivo da soja.

Ao fim do programa, a erradicação dos cafezais teria sido impulsionada pela geada de junho de 1967, que, segundo Carvalho (1991), danificou aproximadamente 500 milhões de cafeeiros. A partir desse quadro, conforme aponta Carvalho (1991, p. 74), o GERCA considerou que a meta de erradicação já havia sido atingida, pois 1,5 bilhões de cafeeiros já haviam sido arrancados. Portanto, não levando em consideração os replantios, somados com os danos causados pela geada, a erradicação se aproximou dos 2 bilhões de pés em todo o país.

A análise de dados realizada a partir das tabelas que Carvalho apresenta em sua tese apontam que, no Norte Novo, região de Londrina, até 1966, foram erradicados aproximadamente 47 milhões de pés de café, o que correspondia a 37% do que antes havia na região, liberando uma área de mais de 60 mil hectares de terra. Houve um aumento das lavouras temporárias entre a década de 1960 e 1970, sendo que em 1960 tinha em torno de 95 mil hectares e, em 1970, mais de 182 mil hectares de lavouras temporárias, ocorrendo um aumento de aproximadamente 86 mil hectares plantados de lavouras, como soja, milho, trigo e algodão.

A maior área do Estado do Paraná com cafeeiros erradicados foi no Norte Novo e no Norte Novíssimo. Nessas regiões, o interesse dos lavradores para substituir as áreas erradicadas deu preferência por pastagens, além disso, as culturas temporárias que mais cresciam de ano em ano eram o algodão e o milho.

O Programa de Redução da Quantidade de Cafeeiros teve seus maiores resultados na primeira fase, entre os anos de 1962 e 1965, em que a substituição ocorreu pelas pastagens, correspondendo a 44% da área liberada, levando à restrições para a sua implantação na segunda fase. No entanto, o programa atingiu de forma diferente as regiões cafeeiras do Estado.

A diminuição do território cafeicultor ocasionou ao mesmo tempo o desemprego rural e a diminuição das culturas intercalares, à medida que os alimentos eram plantados nas ruas dos cafezais, servindo como agricultura de subsistência nas fazendas e também para o abastecimento no país, por meio da venda do excedente produzido. Para Tânia Navarro Swain (1981), o processo de erradicação dos cafezais não atingiu somente a cultura cafeeira, mas fez, também, com que alguns produtos básicos, como o arroz e o feijão, fossem prejudicados nesse processo. A erradicação teria acelerado as transformações do cenário agrícola no Estado por meio da mecanização e da mudança de produtos agrícolas.

A década de 1960 foi um momento de muitas transformações no campo, associadas, principalmente, à cafeicultura. A erradicação dos cafezais teria impulsionado a diminuição de empregos rurais, pois acelerou a substituição do café por outras culturas que não necessitavam de uso intensivo de mão-de-obra.

O aumento do plantio de culturas temporárias se deu gradualmente, de acordo com o contexto econômico de cada período. Além da queda dos preços do café e da valorização de outros produtos, os incentivos fiscais e subsídios do governo do Estado para a diversificação agrícola e os Planos de Erradicação dos Cafeeiros influenciaram de forma diferenciada os produtores rurais.

Não podemos deixar de levar em consideração o contexto político pelo qual o país passava, principalmente no período entre 1960 e 1970, período em que o país enfrentou a ditadura militar. Em 1964, o ano em que os militares tomaram o poder, o grande objetivo para o setor agrícola era a modernização do campo, no sentido de introduzir maquinários agrícolas, fertilizantes, adubos químicos e sementes modificadas, substituindo os antigos métodos e equipamentos para fortalecer a importância do Brasil no quadro das relações comerciais internacionais, pois permitiam o aumento da produtividade. Os militares traçaram diversas políticas de apoio e incentivo, tanto financeiro quanto fiscal, que iriam beneficiar, acima de tudo, o setor agrícola voltado para a indústria e a exportação.

O Plano de Racionalização da Cafeicultura ocorreu paralelamente ao de diversificação das regiões cafeeiras. A diversificação se daria a partir da implantação de lavouras consideradas modernas, uma vez que as culturas incentivadas pelo governo, como soja, trigo e milho, necessitavam de maquinários agrícolas, adubos e fertilizantes químicos para se tornarem altamente produtivas.

Para Elpídio Serra (2001, p. 52), as modificações tecnológicas no campo fazem parte de um “Pacote” originário dos Estados Unidos que chegou ao Brasil na década de 1950, mas que só foi colocado em prática na década de 1960, com o governo militar, e seria parte da denominada “Revolução Verde”, impulsionada por uma modernização em linhas conservadoras.

Esse modelo de modernização se daria principalmente por meio dos subsídios do governo na compra de máquinas para a ampla mecanização do campo, bem como da aquisição de insumos e sementes voltadas para a lavoura temporária. Entretanto, a grande diferença entre o modelo da “Revolução Verde” que ocorreu nos Estados Unidos e a que ocorreu no Brasil é que, enquanto nos Estados Unidos

o modelo se estendeu em pelo menos cinco décadas para sua consolidação, no Brasil essa temporalidade foi de apenas duas décadas. Enquanto os danos ambientais e sociais foram minimizados, no caso dos Estados Unidos, o Brasil foi duramente atingido pela quebra da estrutura do trabalho no campo e pelos danos ambientais causados pela utilização intensiva do solo (SERRA, 2001, p. 52).

A modernização da agricultura no Estado do Paraná, segundo Serra (2001), somente teria se concretizado após a geada de 1975, a qual liberou espaço para o cultivo de outros produtos agrícola de bases mecanizadas. O autor também aponta que no Paraná a modernização se deu em apenas cinco anos (SERRA, 2001, p. 53). Todavia, a cultura cafeeira já vinha perdendo força mesmo antes da geada de 1975. O cultivo de soja e o de pastagens vinha crescendo significativamente anos antes, chegando, na década de 1970, a ultrapassar o número de hectares do cultivo de café no Estado. A ideia de que a geada de 1975 teria concretizado a modernização do campo e liberado espaço para as lavouras mecanizadas se torna contraditória na medida em que analisamos a historiografia sobre a cafeicultura no norte do Paraná.

Os programas de erradicação da cafeicultura podem ter sido um dos principais fatores na questão de liberação das terras que pertenciam ao cultivo cafeeiro, e não a geada de 1975, como aponta Serra. O governo, desde o início da década de 1960, direcionou os incentivos agrícolas para as lavouras temporárias, substituindo a cafeicultura gradativamente. Sendo assim, a modernização do campo faz parte de um amplo processo que se iniciou em uma década antes da ocorrência da geada de 1975.

Guilherme Delgado discute a questão da modernização agrícola brasileira no período pós-guerra. O autor mostra que a questão agrária brasileira envolve muitos problemas na estrutura fundiária e nas relações sociais do campo. Na década de 1950, a conjuntura do período teria feito emergir a questão da Reforma Agrária no debate político. Entretanto, com o golpe civil-militar de 1964, o Governo teria optado por uma modernização sem reforma. Para Delgado, o debate em torno da agricultura por parte do governo seguia o pensamento norte-americano por meio de cinco funções: “Liberar mão-de-obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias-primas para as indústrias; elevar as exportações agrícolas; transferir renda real para o setor urbano” (DELGADO, 2001, p. 162).

Essas funções da agricultura eram consideradas, pelo Governo Federal, fundamentais para o desenvolvimento. Cumpridas essas funções, os economistas

conservadores do período desconsideraram a existência de uma crise agrária e, cada vez mais no decorrer do governo militar, esse pensamento conservador se tornaria o debate exclusivo sobre a questão agrícola.

Delgado (2001, p. 164) aponta que o desenvolvimento da agricultura se deu a partir da associação da produção primária de alimentos e das matérias primas, como também dos ramos industriais. A agricultura, dessa forma, seria pautada pela relação da evolução técnica dos meios de produção com a indústria.

Deve-se levar em consideração que esse processo não se deu de maneira similar em todas as regiões do país, mas a modernização da agricultura, articulada com o setor industrial e mediada pelos interesses do Governo, se deu de forma conservadora. O debate político acerca da questão agrária retornou após o fim do governo militar, por meio de um viés econômico liberal, distinto do que era o debate nos anos 1950 e 1960.

Na década de 1960, o Governo Federal, pela liberação de financiamento com juros baixos, estimulou a substituição da cultura do café para a lavoura temporária, voltada para o grande comércio agrícola nacional e internacional. Todavia, os financiamentos, em sua maioria, eram voltados para os médios e grandes produtores, deixando desamparados os pequenos produtores que tiveram grandes dificuldades para adaptar o seu plantio ao novo mercado agrícola que estava em ascensão, pois não tinham capital para comprar maquinários, além dos produtos necessários para a manutenção da lavoura, como adubos, fertilizantes e insumos.

Os Programas de racionalização e diversificação da cafeicultura ligados às políticas de modernização do campo impulsionaram a transformação da agricultura na região norte do Paraná durante a década de 1960. Um dos principais objetivos desse processo foi a substituição da cafeicultura por outros cultivos que estavam sendo mais valorizados no mercado. Nos próximos subitens desse capítulo iremos analisar outros elementos transformadores ligados à agricultura do norte do Paraná.

1.2 ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL

O Estatuto do Trabalhador Rural, sancionado em 1963, no governo do presidente João Goulart, teve um papel de grande importância em relação à mudança dos fatores agrícolas no Estado do Paraná, juntamente com os programas de erradicação, diversificação e modernização da cafeicultura. O estatuto

regulamentava as relações entre empregador e empregado, o que levou os grandes fazendeiros a reagirem, “alegando não ter lucros suficiente com o café para cumprir os direitos trabalhistas garantidos ao trabalhador rural, os grandes proprietários desarticularam o colonato” (CARVALHO, 1991, p. 7).

O regime de colonato gerava remuneração a partir do número de pés tratados pelo colono, sendo assim, o trabalhador era encorajado a cultivar um maior número de pés de café e, além disso, o colono poderia plantar em uma porcentagem de terra culturas alimentares, o que reduzia o custo da mão-de-obra, pois os fazendeiros encontravam maneiras de se apropriar de uma renda em trabalho adicional (STOLCKE, 1986, p. 45).

Nas colônias, a preferência era pelas grandes famílias, pois, quanto maior a família, mais aumentava o número de membros ligados diretamente ao cultivo cafeeiro, sendo assim, o custo com a manutenção do trabalhador diminuiria. O controle dos trabalhadores também era rígido nesse regime, sendo proibidos de participar de qualquer sociedade ou associação de trabalhadores. Essa relação muitas vezes era carregada de tensões, apesar de os fazendeiros demonstrarem relações paternalistas, e até de dependência. Assim, o colonato foi um processo de exploração sistemática do trabalho, estabelecendo uma rígida disciplina, uma vez que nem sempre os rendimentos eram satisfatórios para os proprietários (STOLCKE, 1986, p. 47).

O colonato era visto pelos proprietários das fazendas como uma opção de trabalhadores baratos e disciplinados, pois, ao possibilitar aos colonos o cultivo de suas próprias culturas alimentares, o fazendeiro substituía o pagamento em dinheiro e resolvia o problema da falta de alimento. O regime de colonato oferecia às fazendas cafeeiras mão-de-obra muito barata, o que contribuiu para a crescente dependência do país de uma única cultura (STOLCKE, 1986, p. 540).

Apesar de Stolcke analisar as questões que envolvem a cafeicultura em São Paulo, as características se encaixam nas especificidades do regime de colonato no Paraná. A autora aponta que muitos colonos, descontentes com as situações nas fazendas, fugiam à noite, antes mesmo de seu contrato vencer, pois se sentiam sobrecarregados pelas multas pesadas, salários baixos ou doenças na família, que vivia em situação de miséria. Eram raros os casos de colonos que conseguiam acumular algum capital, uma vez que, para isso, era preciso que a família fosse saudável, não houvesse nenhuma multa, que o empregador pagasse bem e que

próximo à fazenda tivesse um mercado em que o trabalhador pudesse vender o excedente de seu cultivo alimentar (STOLCKE, 1986, p. 73).

Maria Conceição D'Incao, em seu livro "O 'bóia fria': Acumulação e Miséria", aponta que o colonato era um regime que explorava a força de trabalho e que se tornou comum, pela escassez de mão-de-obra nas regiões. Esse sistema era mais rentável para o proprietário do que as outras formas de exploração, uma vez que a mão-de-obra nas fazendas era garantida pelo ano inteiro, beneficiando os fazendeiros, já que a colheita do café era feita em três etapas e não exigia muita rapidez nesse processo (D'INCAO, 1979, p. 50).

Para Carvalho (1991), as pequenas propriedades geralmente utilizavam a parceria como forma de prevenir grandes prejuízos causados pelas geadas, pois o dono da terra recebia dos parceiros que exploravam a terra uma porcentagem previamente estabelecida da produção obtida. Entretanto, essa forma de relação de trabalho aos poucos se demonstrou mais rentável do que o colonato.

Compreendemos melhor a relação de trabalho do "porcenteiro" de café se levarmos em conta dois fatores: a necessidade de um trabalhador que desempenhe as tarefas específicas à cafeicultura e a mudança jurídica que os proprietários impuseram nos contratos de trabalho para que estes trabalhadores não fossem enquadrados na legislação do Estatuto do Trabalhador Rural. Essa "adaptação se concretiza quando observamos que o "porcenteiro" realiza as mesmas tarefas que o colono realizava no cafezal [...], tem acesso ao cultivo da terra (lavoura branca intercalar ou não) como parte da remuneração, além do recebimento de "diárias" por tarefas desenvolvidas na propriedade ligadas ou não ao café ("serviços gerais") (CARVALHO, 1991, p. 20).

Dessa forma, dificilmente os proprietários das fazendas possibilitavam ao trabalhador rural o desfrute dos benefícios do Estatuto, pois encontravam formas de contratar sem precisar assinar a carteira.

Além dos colonos e parceiros, outra relação de trabalho mais comum no campo era dos trabalhadores chamados de boia-fria, indivíduos que, geralmente, após ficarem desempregados no campo, se deslocavam para a periferia das pequenas e médias cidades. Nessas cidades, os trabalhadores frequentemente se viam obrigados a ir e voltar, diariamente, do campo para a cidade. Os trabalhadores eram denominados de boias-frias, pois "as mulheres preparam o almoço nas primeiras horas da manhã, antes de irem para o trabalho, mas na hora em que os

trabalhadores comem sua “bóia”, sentados no chão do cafezal cobertos de pó do fértil solo vermelho, ela está fria” (STOLCKE, 1986, p. 258).

Muitos trabalhadores rurais teriam se deslocado para a cidade, buscando a possibilidade de conseguir um emprego no meio urbano. A atração oferecida ao migrante rural se dava na alternativa de empregos domésticos, para os elementos femininos da família, e alguns serviços, como escola e assistência médica. Dessa maneira, com a expulsão do meio rural, o trabalhador teria se tornado disposto a vender sua mão-de-obra por qualquer preço e realizando qualquer tipo de serviço. A miséria era um fator muito comum entre os trabalhadores que vinham do campo para a cidade, pois geralmente encontravam poucos empregos, uma vez que sua experiência era reduzida ao trabalho rural (D’INCAO, 1979, p. 74).

A situação em que esses trabalhadores viviam nas cidades é descrita por D’Incao, que entrevistou alguns indivíduos na região da Alta Sorocabana:

Casebres de madeira velha, de 1 a 4 cômodos, construídos pela própria família ou alugados; chão batido ou cimentado, água de poço e privadas de fossa negra, mesa e uns poucos bancos; fogão a lenha ou a pó-de-serra, um armário e algumas camas – sempre em número inferior ao número de pessoas – e latas servindo de panelas. [...] crianças seminuas e subnutridas e adultos doentes com grande frequência (D’INCAO, 1979, p. 94).

Então, o trabalhador rural, que antes era colono nas fazendas e vivia em situações precárias, ao se deslocar para as cidades, tinha sua realidade piorada, pois nas colônias ele geralmente plantava seus alimentos necessários para a sobrevivência, ao contrário das cidades, em que o alimento precisava ser comprado.

A principal característica do boia-fria, segundo D’Incao, não era a refeição ingerida fria, mas, sim, a forma de sua contratação, em que ele era contratado para desempenhar determinada função em um curto espaço do tempo e sem vínculos trabalhistas com o empregador. Sendo assim, o boia-fria não tinha os direitos estabelecidos por lei pela legislação trabalhista (D’INCAO, 1979, p. 110).

O indivíduo geralmente responsável por contratar os trabalhadores era chamado de “gato”. O gato diariamente chegava de madrugada nas cidades, em locais estabelecidos, levando os trabalhadores para fazendas da região. Kohlhepp (2014), em suas entrevistas em 1970, na cidade de Londrina, constatou que os caminhões que levavam os boias-frias geralmente transportavam de 50 a 70

trabalhadores para fazendas, distantes 30 km ou mais, pois as grandes fazendas localizavam-se em terras mais afastadas de Londrina. O autor também observou que em alguns dias mais de 50 caminhões apareciam nos locais para buscar os trabalhadores, porém, diariamente, mais de 3.000 pessoas em Londrina procuravam emprego nesse sistema, com idade entre 13 e 55 anos (KOHLHEPP, 2014, p. 153).

O proprietário da lavoura normalmente combinava com o “gato” um valor estabelecido pela diária de cada trabalhador, sendo descontado por esse o valor do transporte de ida e volta, variando de acordo com a faixa etária do trabalhador, bem como com sua força de trabalho.

Stolcke denomina o “gato” como “turmeiro”, característico das fazendas cafeeiras de São Paulo. O turmeiro desempenha diversos papéis nesse contexto, uma vez que os trabalhadores volantes não tinham mais o incentivo por produção, como era no regime de colonato, pois ganhava um valor determinado por dia de trabalho. Essa situação podia afetar o seu rendimento e produtividade, sendo assim, o turmeiro era um tipo de fiscal nas lavouras, encarregado de disciplinar o trabalho (STOLCKE, 1986, p. 263).

A contratação do trabalhador boia-fria nas fazendas é justificada pelos proprietários, muitas vezes, referenciando o Estatuto do Trabalhador Rural como responsável. Desse modo, o boia-fria teria sido uma forma de substituir o colonato, que permitia ao empregador burlar os compromissos trabalhistas. A partir desse contexto, a explicação da opção da mão-de-obra “bóia-fria” poderia ser compreendida, segundo D’Incao, dentro do próprio comportamento empresarial, baseada no cálculo do custo mais vantajoso entre os sistemas de exploração (D’INCAO, 1979, p. 117-119). Assim, alguns fatores, como a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, não foram os responsáveis diretos pelo êxodo rural e pela condição de boia-fria do trabalhador. Essas questões estão ligadas mais diretamente ao próprio sistema capitalista, que ganhou cada vez mais território no meio rural, buscando o lucro na agricultura e diminuindo os gastos com a mão-de-obra.

Além do Estatuto do Trabalhador Rural, as constantes geadas que atingiam a cafeicultura na região serviram de pretexto para a mudança das relações de trabalho e, em muitas situações, até mesmo do tipo de cultivo. Entretanto, a decisão do governo de não apoiar mais a cafeicultura foi política, direcionando a agricultura para

o plantio de soja, muito rentável para os grandes proprietários que conseguiram facilmente adaptar suas terras ao novo plantio.

Os trabalhadores, que, por sua vez, foram demitidos das fazendas, geralmente com a justificativa da ocorrência constante de geadas, se sentiram prejudicados. Muitos alegaram o não recebimento de seus direitos trabalhistas estabelecidos por lei. Em Londrina, no início da década de 1970, o número de queixas de trabalhadores contra seus antigos empregadores era de 30 a 40, diariamente. Muitas eram decididas a favor dos trabalhadores, porém, a estimativa era de que apenas 5% dos trabalhadores rurais recebiam o salário mínimo estipulado por lei (KOHLHEPP, 2014, p. 155).

Na década de 1960, os grandes proprietários de terras começaram a substituir a cafeicultura por outras culturas que não necessitavam de grande quantidade de mão-de-obra para a sua manutenção. Desse modo, tanto os agricultores que continuaram com o café quanto os que estavam em processo de substituição tinham encontrado no Estatuto do Trabalhador Rural um pretexto para expulsar famílias inteiras de suas terras.

Para Verena Stolcke, o Estatuto, ao incluir o colono e os parceiros em suas disposições, acabou colocando em risco a forma de apropriação do trabalho excedente nas fazendas, pois uma das questões que mais alarmou os proprietários foi a estabilidade e a indenização, destinados, principalmente, a esses regimes de trabalho que tinham contratos anuais. O proprietário que tivesse interesse em demitir trabalhadores de suas propriedades só poderia efetuar as demissões perante o pagamento de uma indenização. O Estatuto do Trabalhador Rural, apesar de permitir descontar do trabalhador os custos com moradia e alimentação, era limitado dentro de uma porcentagem. Além disso, as culturas alimentares cultivadas pelo próprio trabalhador não podiam ser descontadas do salário, o que teria gerado grande descontentamento, uma vez que, anteriormente ao Estatuto, o rendimento com os cultivos alimentares podia fazer parte da remuneração do trabalhador (STOLCKE, 1986, p. 221).

A legislação garantiu diversos direitos aos trabalhadores rurais, os quais, geralmente, não eram desfrutados no sistema de colonato. Para Kohlhepp (2014, p. 152), alguns dos fatores mais relevantes teriam sido:

- 1) Torna-se obrigatória a carteira profissional para todos trabalhadores rurais, que contém, além de dados pessoais, também detalhes sobre o tipo e a duração do contrato de trabalho em cada local de trabalho, e tem a finalidade de ser utilizada em conflitos diante da Justiça do Trabalho e do Seguro Social.
- 2) Todo empregado na economia rural acima de 16 anos tem de receber, pelo menos, o salário mínimo previsto pela lei estipulado regionalmente
- 3) A jornada diária é de 8 horas, com uma pausa no meio para alimentação. Horas extras e trabalho noturno são remunerados com um aumento de 25% sobre salário normal.
- 4) Além de um dia de repouso remunerado por semana, todo trabalhador tem direito, após 12 meses de trabalho e com não mais que 6 dias de faltas nesse período, a 20 dias de férias remuneradas.
- 5) No caso de rescisão de um contrato de trabalho assinado com base em prazo indeterminado por parte do empregador, este tem de pagar ao trabalhador rural um salário mensal por cada ano de trabalho – com exceção do período probatório de um ano – como indenização.
- 6) Depois de 10 anos de serviço, o trabalhador rural alcança a estabilidade e não pode ser demitido, a não ser que tenha cometido erros graves.
- 7) Para o seguro social dos trabalhadores rurais e seus familiares dependentes, o empregador tem de pagar o equivalente a 1% do valor dos produtos agrícolas produzidos por ele. O assegurado paga uma contribuição anual que corresponde a 8% do triplo ao quádruplo do salário mínimo.

Sendo assim, os contratos de trabalho, que antes da legislação eram informais ou mesmo verbais, estabelecendo um acordo entre empregado e empregador, passaram a ter um registro próprio, com direitos e deveres para ambas as partes. O empregador também tinha o direito de descontar 20% do salário para o aluguel de uma casa em sua propriedade, e não podia passar de 25% o desconto para produtos alimentícios. Sobre o Estatuto, Lucas Mores (2017, p. 119-120) aponta que:

Com a implementação das leis do ETR, inicia-se um processo de demissão em massa, pois muitos advogados percorrem áreas rurais estimulando com que trabalhadores processem os seus empregadores, e estes não queriam mais criar vínculos e responsabilidades com os trabalhadores. Essa nova massa de trabalhadores sem emprego, acaba migrando para a cidade, e espera novas oportunidades de arranjar trabalho, agora em uma nova relação que é uma nova categoria de trabalhador rural o “trabalhador volante”, mais conhecido como bóia-fria.

O colonato aos poucos perdia a sua eficiência, uma vez que o sistema de exploração da mão-de-obra se fundava na possibilidade de utilizar a família do colono como unidade de trabalho, ao contrário do que foi estabelecido pelo Estatuto, em que cada trabalhador vendia a sua força de trabalho, individualmente, por um salário (STOLCKE, 1986, p. 348).

Porém, no início da implantação da legislação, a supervisão foi superficial, tanto por parte do governo de Goulart quanto depois, com o golpe militar, em 1964. O controle maior da fiscalização dos contratos de trabalhos se deu após 1967, período que ocorreu uma intensificação das demissões dos trabalhadores rurais. As frequentes geadas e a falta de subsídios para a cafeicultura, juntamente com a baixa fertilidade da terra, foram, no período, alguns dos fatores que os produtores de café utilizaram para justificar as demissões (KOHLHEPP, 2014, p. 152).

Podemos perceber a diminuição do trabalho no campo a partir de dados trazidos por KOHLHEPP (2014, p. 139): em 1961, no norte do Paraná, 284.000 famílias trabalhavam no cultivo de café, o que representava, aproximadamente, 1,45 milhões de pessoas. Com a erradicação de grandes plantações, substituídas por outros cultivos, até 1966, aproximadamente 23.000 famílias perderam o emprego, o que corresponde a cerca de 120.000 pessoas, ou seja, quase a metade da mão de obra empregada na região na cafeicultura.

Alguns proprietários que erradicaram a cafeicultura de suas fazendas continuaram dando emprego às famílias, o que era necessário para a estruturação da propriedade no processo de substituição da cafeicultura. Porém, logo após a estruturação das fazendas, muitos trabalhadores perderam o emprego, pois as culturas que foram introduzidas nas fazendas não necessitavam de grande quantidade de mão-de-obra. Um exemplo são as pastagens para a criação de gado nas grandes propriedades, na medida em que a prática exige pouco investimento e a mão de obra é reduzida. Kohlhepp (2014) mostra que, enquanto a cafeicultura exige 30 trabalhadores em uma determinada área, as pastagens exige apenas 1 trabalhador.

O Estatuto do Trabalhador Rural, durante a década de 1960, foi a garantia de direitos para os trabalhadores rurais que durante anos viveram no sistema de colonato, seguindo as regras estabelecidas somente pelo proprietário de terras. No decorrer dos anos, após a implantação do Estatuto, os proprietários buscaram formas de burlar a lei trabalhista e outra categoria de trabalho emergiu: o boia-fria.

No próximo subitem iremos analisar as relações de trabalho na cafeicultura e as transformações que ocorreram no campo em relação à mão-de-obra, uma vez que, durante o processo de erradicação dos cafezais e do fortalecimento das lavouras mecanizadas, os empregos rurais foram diminuindo.

1.3 O USO DO SOLO NO NORTE DO PARANÁ

As transformações que ocorreram, ligadas diretamente à cafeicultura, se refletiram na estrutura das propriedades agrícolas do norte do Paraná. O uso do solo foi se modificando na medida em que a região, que durante décadas foi caracterizada pela monocultura cafeeira, no final da década de 1960, passou a se diversificar e aumentar o número de propriedades que investiram em culturas temporárias, como soja, trigo e milho, e na plantação de pastagens para a pecuária bovina.

Elpídio Serra, em seu artigo sobre a origem da crise agrária no norte do Paraná, publicado em 2001, aponta que, diferentemente da colonização inicial da região, baseada na pequena propriedade, na década de 1960, duas tendências teriam marcado o processo de ocupação e exploração do solo:

Uma, patrocinada pela classe empresarial emergente no campo que opta em fazer investimentos na lavoura, reinvestindo na terra o lucro de sua exploração agrícola, o que em última análise se reflete na melhoria da quantidade e da qualidade da colheita; outra, patrocinada pela classe latifundiária tradicional, que opta em continuar investindo em terras, geralmente ampliando os limites horizontais da propriedade, neste caso passando a incorporar terras de terceiros, o que vai se refletir no primeiro processo de concentração fundiária no novo período (SERRA, 2001, p. 49).

Sendo assim, a partir da década de 1960, segundo Serra, duas classes começam a se estabelecer na região: a de proprietários de terras na condição de empresários, ou latifundiários, e a dos empregados rurais que pouca chance tinham de atingir a posse de terra. A primeira categoria começou a monopolizar a propriedade da terra a partir de interesses econômicos e de expansão dos limites de suas propriedades, abalando a estrutura da pequena propriedade, que contava com o trabalho familiar, característica principalmente encontrada nas zonas cafeeiras.

Para compreender melhor a questão do uso da terra no Estado, é necessário conceituar a noção de estabelecimento agrícola. Para isso será utilizado o conceito básico do IBGE em relação ao estabelecimento:

todo terreno, de área contínua, independente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas confinantes, sujeito a uma única administração, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja, o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação recriação ou engorda de gado; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou reflorestamento; e a extração de produtos vegetais. Excluíram-se da investigação os quintais de residência e as hortas domésticas (CODESUL/IPARDES, 1976, p. 62).

Os produtores que conseguiram êxito no cultivo da soja e trigo aproveitaram para comprar ou arrendar as terras dos pequenos proprietários que estavam com dificuldades financeiras. Sendo assim, houve uma crescente incorporação de pequenas propriedades às grandes porções de terras, que cada vez mais ampliavam seu espaço de lavouras mecanizadas.

As pequenas propriedades compradas ou arrendadas não necessariamente precisariam estar ligadas à propriedade já existente. Em geral, as propriedades incorporadas localizavam-se na mesma estrada ou gleba, para facilitar o funcionamento, sendo que o crédito rural financiava, em suma, a compra das pequenas propriedades. Essa situação analisada, segundo Dalton Moro, em seu artigo sobre a modernização agrícola no norte do Paraná, teria contribuído para a crescente concentração de terras e a formação de amplas propriedades, caracterizando uma concentração da posse de terras no norte do Paraná (MORO, 1995, p. 82), a qual se intensificou na década de 1970.

Moro aponta que mais de 82 mil estabelecimentos agropecuários deixaram de existir nessa década, o que correspondia a 38% no período, sendo que a dimensão média dos estabelecimentos era de 22,0 hectares em 1970, aumentando para 38,1 hectares em 1980 (MORO, 1995, p. 82).

Entre as décadas de 1970 e 1980, o número de terras próprias no norte do Paraná aumentou significativamente, enquanto a condição de arrendatário e de parceiros teve uma queda. Apesar disso, a hipótese que parece mais cabível para explicar a ampliação da aquisição de terras, segundo Moro, é que os pequenos produtores, aos poucos, não teriam conseguido se inserir no gradual sistema agrário

exportador do Paraná, diferente do que teria acontecido no início do processo da colonização agrária da região, em que as terras eram mais acessíveis para a compra.

A conjuntura do período, aliada às condições da legislação que regulamentavam a posse da terra e a legislação do trabalhador rural, fez com que cada vez mais os pequenos proprietários fossem os maiores prejudicados, juntamente com o trabalhador rural que perdeu seu espaço nessa economia agroexportadora. A propriedade familiar não encontrava mais condições favoráveis para novas aquisições e até mesmo para sua manutenção. Como aponta Swain (1988, p. 21):

Dentro deste contexto, a pequena propriedade representa uma ameaça para o sistema estabelecido, tendo em vista o caráter monoexportador do setor dinâmico da economia que exige mão-de-obra abundante a um custo pouco elevado, e novas terras férteis.

Dessa forma, a partir da década de 1970, os latifúndios que ocupavam um lugar secundário na estrutura fundiária do Estado passaram a ganhar presença substancial na região.

Foram analisados dados dos Censos Gerais e Agropecuários do Paraná de 1970 e 1980, retirados da tese de Márcia Siqueira de Carvalho (1991) sobre as explorações agrícolas por superfície. Os números aproximados mostram que, em 1970, tinham em todo o Estado 535.080 estabelecimentos com menos de 100 ha, o que correspondia a 96,5% do total, distribuídos em 7.678.402 ha, ou 52,5% dos hectares, sendo que 19.408 estabelecimentos tinham mais de 100 ha, equivalentes a 3,5% do total, distribuídos em 6.947.127 ha ou 47,5%.

O Censo de 1980 mostra que os estabelecimentos com menos de 100 ha correspondiam a 94,5% do total, equivalente a 429.458 estabelecimentos, aproximadamente, distribuídos em 42,5% da superfície, ou 6.961.641 hectares. Enquanto os estabelecimentos com sua propriedade maior do que 100 hectares correspondiam a 5,5% do total, ou 24.994 estabelecimentos, distribuídos em 57,5% da superfície, ou 9.418.690 hectares.

O que se pode observar, com esses números, é a tendência no aumento da concentração de terras na década de 1970, por meio da diminuição dos

estabelecimentos com menos de 100 há, e o aumento do número de estabelecimentos com mais de 100 ha.

As propriedades com mais de 100 ha cresceram não só em quantidade, mas também em espaço. A soma das grandes propriedades se concentrou em mais da metade dos hectares do Paraná, em 1980, o que pode ser resultado dos conflitos que permearam a década de 1970 em torno da pequena propriedade, que foi cada vez mais perdendo espaço no Estado.

Ao analisar a Tabela 1, retirada do trabalho CODESUL/IPARDES, é possível observar a mudança da condição do produtor de 1960 a 1970. Houve um grande aumento da condição de proprietários de terras nas lavouras temporárias e nas pastagens plantadas. Enquanto na lavoura permanente houve uma diminuição da condição de proprietário e o aumento dos arrendatários, o que demonstra a mudança da estrutura das relações agrícolas. O produtor, durante a década de 1960, teria encontrado melhores condições para a introdução de lavouras temporárias, e, para os que preferiram continuar com a cultura permanente, a tendência para amenizar os riscos seria o arrendamento de suas terras.

Tabela 1 - Distribuição das áreas das grandes categorias de uso, segundo a condição de produtor – Paraná (em ha)

Condição do Produtor	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Terras Produtivas Incultas	Terras Improdutivas
	Permanente	Temporário	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas		
1960								
Total	1 657 104	1 783 867	1 912 081	781 947	2 839 158	188 075	1 918 954	303 748
Proprietários	1 344 083	1 332 359	1 753 341	689 626	2 333 941	163 031	1 640 721	271 612
Arrendatários e Parceiros	288 832	213 131	82 173	51 476	111 185	3 791	33 505	10 101
Ocupantes	24 189	238 377	76 567	40 845	394 032	21 253	244 728	22 035
1970								
Total	1 306 223	3 412 383	1 809 429	2 700 281	2 365 400	205 163	2 203 725	622 926
Proprietários	827 860	2 315 367	1 635 316	2 516 256	2 121 031	195 054	2 022 420	527 979
Arrendatários e Parceiros	445 548	865 394	68 000	124 918	81 360	5 063	63 133	60 489
Ocupantes	32 815	231 622	106 114	59 107	163 009	5 046	118 172	34 457
Δ 1960/70								
Total	- 350 881	1 628 516	- 102 652	1 918 334	- 473 758	17 088	284 771	319 178
Proprietários	- 516 223	983 008	- 118 025	1 826 630	- 212 910	32 023	381 699	256 367
Arrendatários e Parceiros	156 716	652 263	14 173	73 442	29 825	1 272	29 628	50 388
Ocupantes	8 626	6 755	29 547	18 262	- 231 023	- 16 207	- 126 556	12 422

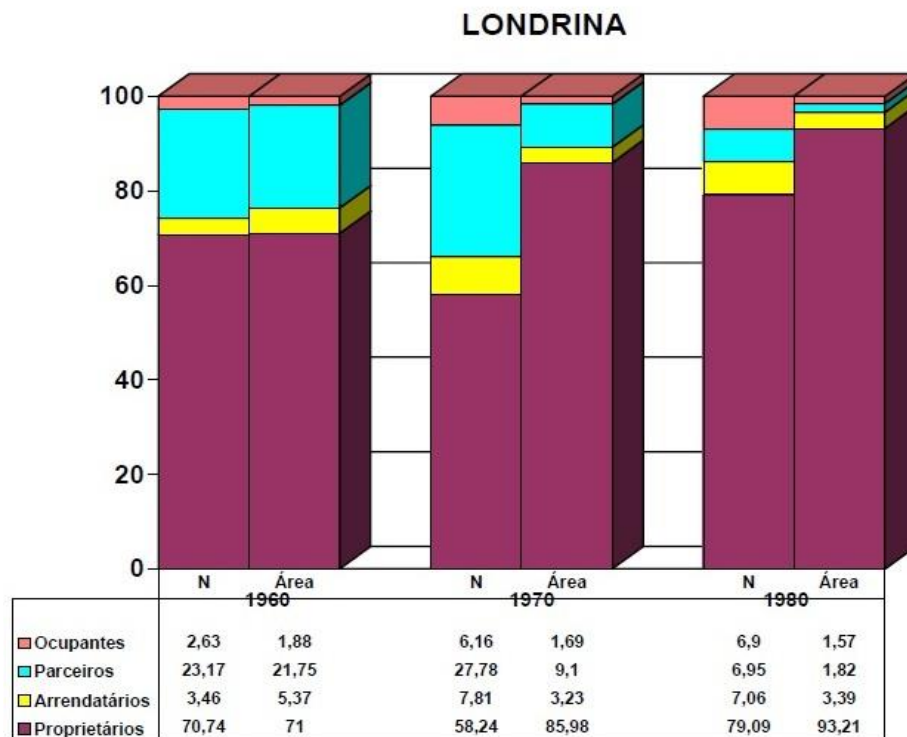
Fonte: Codesul/Ipardes (1976)

Entretanto, a cultura que teve maior aumento na categoria de proprietário foi a criação de pastagens, estendendo o seu aumento no número de hectares plantados desde a década de 1960. Não se pode deixar de levar em consideração que entre 1960 e 1970 a área total agrícola do Paraná aumentou significativamente por meio

da diminuição das matas naturais e do uso de terras improdutivas que teriam se destinado à plantação de pastagens.

Em Londrina, a condição de produtor também se modificou ao longo das décadas. De 1960 a 1970, houve uma diminuição dos estabelecimentos na categoria de proprietário, porém, paralelamente à diminuição, ocorreu um aumento da área referente, o que resultou na incorporação de alguns estabelecimentos a outros já existentes.

Gráfico 1 - Condição do produtor, por categoria, estabelecimento e área, segundo microrregião homogênea e municípios do Paraná: 1960-1980



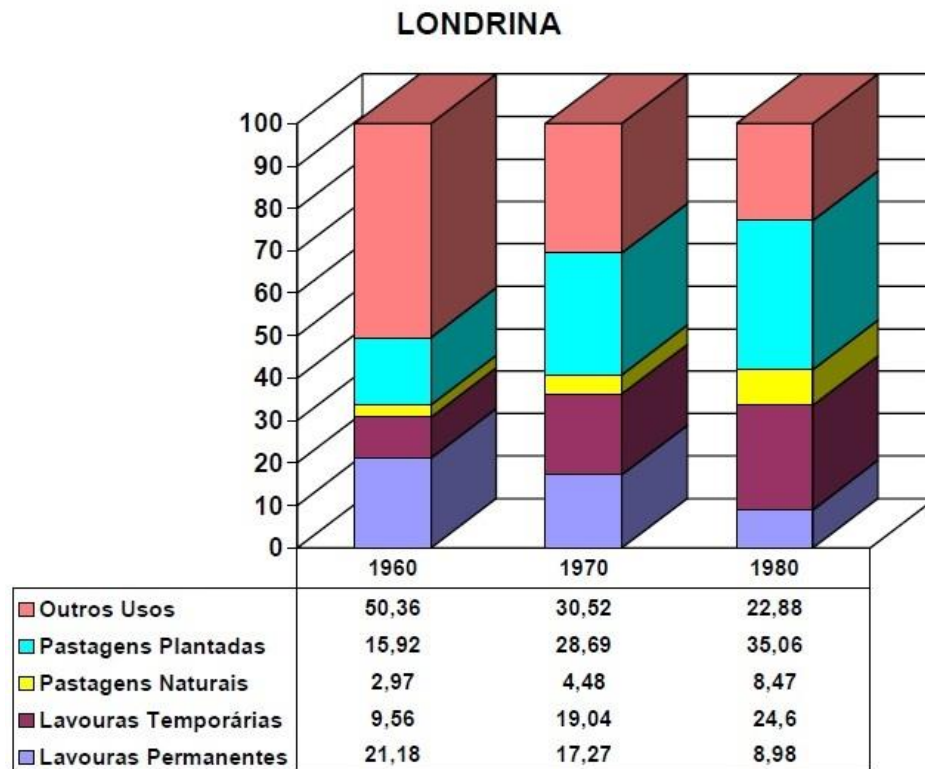
Fonte: FIBGE, 1980; Censo Agropecuário, 1970; 1980 apud Carvalho (1991)

O aumento da condição de produtor proprietário entre 1970 e 1980 pode ser compreendido pela ampliação das lavouras temporárias e pastagens em Londrina e pela diminuição do cultivo cafeeiro, uma vez que os parceiros e arrendatários são característicos de fazendas de café, uma estratégia dos proprietários para diminuir os riscos que as geadas e outras adversidades podem trazer.

O uso do solo no município de Londrina também demonstrou alterações ao longo do tempo. O único cultivo que diminuiu desde a década de 1960 foi o café, o que se pode observar por meio dos números em relação à lavoura permanente. As pastagens plantadas e naturais, bem como as lavouras temporárias, cresceram em

número significativo de 1960 a 1980. Todavia, o uso do solo que mais demonstrou aumento foi aquele por meio das pastagens plantadas, seguido pelas lavouras temporárias.

Gráfico 2 - Área de lavouras permanentes e temporárias, pastagens naturais e plantadas, e outros usos segundo microrregião homogênea e municípios do Paraná: 1960-1980



Fonte: FIBGE, 1980; Censo Agropecuário, 1970;1980 apud Carvalho (1991)

O aumento em relação ao cultivo de pastagens e às lavouras temporárias no Norte Novo de Londrina chega a 1970 com a taxa de ocupação do solo em 94,7%, sendo 35,7% correspondentes ao cultivo de pastagens plantadas, enquanto 28,8% eram de lavouras permanentes e, 19,0%, de lavouras temporárias. Esse número é relevante à medida que, em 1960, o que predominava era a cultura permanente estabelecida principalmente pela cafeicultura, correspondente a 47,4%, em uma taxa de ocupação do solo de 87,8%, sendo que as lavouras temporárias equivaliam a 10,7% e, o cultivo de pastagens plantadas, a 19,7%.

Alguns proprietários de terras que investiram no cultivo de café começaram a considerar a troca de cultura. No Paraná, o uso do solo entre 1960 e 1970 demonstra que houve um grande aumento de lavouras temporárias, enquanto as lavouras permanentes diminuíram mais de 350 mil hectares de terra. Um grande

aumento também pode ser observado em relação às pastagens plantadas: 1.918.334 de hectares.

Tabela 2 - Uso da terra em números absolutos e variação no Paraná – 1960 - 1970

Uso do Solo	1960 (ha)	1970 (ha)	Total (ha)
Lav. Permanentes	1.657.104	1.306.226	- 350.881
Lav. Temporários	1.783.867	3.412.383	+ 1.628.516
Pastagem Natural	1.912.081	1.809.429	- 102.652
Pastagem Plantada	781.947	2.700.281	+ 1.918.334
Matas Naturais	2.839.158	2.365.400	- 482.758
Matas Plantadas	188.075	205.163	+ 17.088
Subtotal	6.606.232	11.789.879	+ 2.627.647
Terras em Descanso	1.918.954	2.203.725	+ 284.771
Terras Improdutivas	303.748	622.922	+ 319.174
TOTAL	8.828.934	14.616.526	

Fonte: FIBGE apud CODESUL/IPARDES, 1976, p. 199 apud Carvalho (1991)

Ao analisar a tabela 2, podemos perceber que houve incorporação de novas terras no Paraná: em 1960, o total de terras utilizadas para algum cultivo era de 8.828.934 hectares, sendo que em 1970 esse total era de 14.616.526 hectares. Dessa forma, os cultivos que tiveram considerável aumento da quantidade de hectares foram as pastagens plantadas e as lavouras temporárias.

Segundo Carvalho, no Norte Novo de Londrina teria ocorrido uma diminuição de 34,5% das lavouras permanentes nesse período. O aumento de pastagens para a criação de gado correspondeu, de 19,7% em 1960, para 35,7% em 1970.

Para Nadir Cancian (1981, p. 130), a criação de gado, analisada até 1970, teria se intensificado a partir da diversificação agrícola na região, pois as fortes geadas que atingiram a cafeicultura dificilmente possibilitavam uma recuperação rápida na produção, entretanto, as lavouras temporárias careciam de uma mecanização a qual nem todos tinham acesso, dessa forma, o cultivo mais viável seria a criação de gado.

No Paraná, o número de cabeças de gado foi aumentando significativamente desde a década de 1950, entretanto, de 1960 a 1967, esse número teve um aumento geral de 158% (KOHLHEPP, 2014, p. 172). Kohlhepp traz dados sobre o desenvolvimento da pecuária no norte do Estado: em Londrina, entre 1960 e 1967, o aumento chegou a 53%, enquanto, em geral, no Norte Novo, o aumento foi de 78%.

Esse número, porém, ainda foi baixo, em relação ao Norte Novíssimo, que teve um aumento de 275%.

Como resultado, o aumento das pastagens plantadas, que também se instalou a partir da derrubada da cobertura florestal, trouxe a diminuição das paisagens naturais, modificando geograficamente a região e ocasionando grandes migrações populacionais, pois os trabalhadores não tinham muitas oportunidades de emprego na pecuária.

Em geral, os pecuaristas do norte do Paraná pouco tinham experiência no cuidado com o gado, mantendo uma estratégia extrativista na região, assim como foi com o café, sem nenhuma técnica de preservação do solo, rotação de pastagens ou mesmo estrutura para contenção do gado, pois, conforme aumentavam as cabeças de gado, os pecuaristas logo tinham que vendê-los, uma vez que não havia mais espaço em suas propriedades.

A criação de pastagens, no norte do Paraná, ultrapassou em número de hectares o cultivo de café em 1970. Conforme mostra a tabela 3, o uso do solo para o cultivo cafeeiro, demonstrado desde 1959 até 1985, vem diminuindo constantemente, enquanto os cultivos da soja, do trigo e das pastagens aumentaram significativamente, mostrando o crescente interesse pelas lavouras temporárias e pastagens.

Tabela 3 - Evolução das principais formas de uso do solo no norte do Paraná entre 1959 e 1985

Ano	CULTURAS						
	Algodão	Café	Cana-de-açúcar	Milho	Soja	Trigo	Pastagens
1959 ha	115.244	1.331.948*	23.332	339.575	137	1.006	507.343**
1970 ha	275.665	1.034.186	26.902	647.922	122.381	52.471	1.945.548
1975 ha	139.092	716.633	31.628	393.091	470.924	146.249	2.491.817
1980 ha	173.726	621.588	55.041	384.327	488.603	331.452	2.755.718
1985 ha	321.267	360.173	121.742	385.819	522.773	418.190	2.816.263
1970/1980 ha	-101.939	-412.598	+28.139	-263.595	+366.222	+278.981	+810.170
Diferença %	36,98	39,90	104,60	40,68	299,24	531,68	41,64
1980/1985 ha	+147.541	-261.415	+66.701	+1.492	+34.170	+86.738	+60.545
%	84,93	42,05	121,18	0,39	6,99	26,17	2,20

*Café – Dado de 1960

**Pastagens – Dado de 1961

Fonte: MORO (1995)

Os pequenos produtores tinham uma área limitada para a substituição do café por outras culturas. Economicamente, esses produtores não tinham grandes opções para a implantação de uma lavoura temporária, pois não tinham condições de financiamento para a compra de máquinas agrícolas.

No período analisado, as principais culturas que cresceram no Estado foram a soja e o trigo, que são culturas totalmente propícias à mecanização. Alguns agricultores que apostaram na introdução dessas culturas em suas terras, e que não contaram com o subsídio do Estado, geralmente donos de pequenas propriedades, foram perdendo capital e se vendo obrigados a vender suas terras, ou mesmo arrendá-las. Os que permaneceram com o cultivo do café, geralmente, contavam com ajuda de parceiros, ou se viam caminhando rumo à pequena produção, como mostra as análises feitas por Carvalho.

O plantio de café, dessa forma, não era o que predominava na agricultura no ano de 1975. Desde a década anterior, a cultura vinha perdendo forças, em função de diversos fatores, mencionados anteriormente. “A tendência delineada já no ano de 1970 era da cafeicultura ficar circunscrita à pequena produção no Estado do Paraná” (CARVALHO, 1991, p. 34).

Em suma, o que se pode constatar, ao analisar a historiografia do período, é que as transformações ambientais, sociais e agrícolas, principalmente do norte do Paraná, não podem ser atribuídas somente a um fenômeno climático, como as geadas, ou a outro único aspecto.

Os proprietários de terras na década de 1960 não encontraram a possibilidade de aquisição de terras devolutas para aumentar a sua propriedade. Com o fim do *boom* do café, muitos agricultores teriam decidido substituir a cafeicultura por lavouras temporárias ou pastagens, culturas que necessitam de grandes espaços para o seu desenvolvimento. Dessa forma, a crescente tendência foi a compra de terras próximas para aumentar a propriedade, o que foi facilitado, pois os pequenos produtores não encontraram meios para continuar com a agricultura, seja por falta de incentivo, ou subsídios do governo, seja pela falta de créditos para financiamento de maquinários, tendo, assim, aos poucos, caminhado ao arrendamento ou à venda de suas terras.

O contexto histórico do período que se estende durante toda a década de 1960 até o final de 1970 foi marcado por inúmeras transformações. A agricultura do norte do Paraná, durante anos, se concentrou na monocultura cafeeira, porém, a

partir de um processo de substituição da cafeicultura, no início da década de 1970, a cafeicultura já não era mais a atividade predominante na ocupação do solo na região. Entretanto, apesar de compreendermos que essa substituição já vinha acontecendo durante um grande período, o fim da cafeicultura foi atribuído somente a um único fenômeno climático: a Geada de 1975.

Apesar de a geada de 1975 ter sido vista como responsável pelo fim da cafeicultura na região, as geadas que ocorreram nos anos anteriores também teriam sido motivo de referência quando se trata das transformações que ocorreram na cafeicultura.

1.4 A HISTORIOGRAFIA E AS GEADAS: 1963-1975

Os trabalhos acadêmicos que analisam a cafeicultura na região norte do Paraná, como o de Carvalho e Kohlhepp, inserem os fenômenos climáticos na agricultura como fatores relacionados aos prejuízos que as geadas e as secas causaram nas plantações.

Em sua tese, Carvalho associa as geadas a um fenômeno climático que causa interferência na produtividade do café, ou seja, a quebra na produção das safras afetadas. A autora considera que as geadas, principalmente, foram responsáveis pela erradicação de pés de café. Para ela, a tendência em relação à cafeicultura no início da década de 1960 no Paraná foi a superprodução, seguida dos prejuízos que a geada de 1963 teria causado nas plantações. Além disso, a geada teria sido responsável pela erradicação de 147 milhões de pés de café (CARVALHO, 1991, p. 49).

A tabela 4, retirada da tese de Carvalho, mostra a amplitude de algumas geadas que atingiram o Paraná. A autora aponta que as geadas e as secas poderiam ser associadas ao aumento dos preços do café, uma vez que com a diminuição da oferta o produto era valorizado. Para a autora, as geadas não seriam determinantes em relação às novas relações de trabalho que se estabeleceram na cafeicultura, como a parceria, mas se somariam a outros fatores, como a política cafeeira estabelecida pelo IBC e os incentivos do governo para a diversificação da lavoura (CARVALHO, 1991, p. 7).

Podemos perceber que desde 1953 até 1975 as geadas que mais prejudicaram as lavouras foram a de 1969 (branca) e a de 1975 (negra), porém,

essa diminuição das safras vinha ocorrendo desde o início da década de 1960, com os programas de erradicação da cafeicultura e a substituição da cafeicultura por outras culturas na região.

Tabela 4 - Efeitos das geadas sobre as safras cafeeiras paranaenses

Anos	Milhões de sacas beneficiadas		
	Safra/ano da geada	Safra/ano seguinte	Quebra (%)
1953 (negra)	3,2	1,3	58
1955 (negra)	6,3	2,2	65
1957 (branca)	
1959 (branca)	
1962 (branca)	18,0	9,2	49
1963 (branca)	9,2	7,1	22
1966 (branca)	10,9	8,3	24
1969 (branca)	12,3	1,6	87
1972 (branca)	9,7	4,1	58
1975 (negra)	11,7	-	100

Fonte: Carvalho (1991)

A geada de 1969, que segundo a tabela 4 resultou em uma quebra de 87% da produção, é considerada por Kohlhepp como um dos eventos climáticos mais significantes até 1970, período analisado em seu trabalho, pois atingiu quase todos os cafeeiros do norte do Paraná. Segundo o autor, 97% foram atingidos, entretanto, embora se tratasse de uma geada branca e a maioria dos danos fosse leve, não teria deixado de prejudicar a produção do Estado. Devemos levar em consideração que o autor não analisa a geada de 1975, sendo assim, não faz comparativos entre os prejuízos na cafeicultura (KOHLHEPP, 2014, p. 147).

Para Kohlhepp, os danos da geada de 1969 foram intensificados, pois a primeira avaliação mostrava que no ano de 1970 a produção seria nula, sendo assim, a esperança dos cafeicultores da vinda de um auxílio por parte do governo diminuiu e o número de trabalhadores que ficariam desempregados com os programas de erradicação teria crescido ainda mais com a geada de 1969 (KOHLHEPP, 2014, p. 151).

As lavouras de café, segundo Kohlhepp, teriam se recuperado rapidamente em 1970, o que indicaria colheita significativa em 1971, necessitando de mão de

obra no campo. Dessa maneira, o autor traz alguns apontamentos sobre os trabalhadores:

Danos causados pela geada e o abandono simulado de plantações de café freqüentemente serviam apenas de subterfúgio. Para evitar as requisições da legislação agrário-social, muitos trabalhadores rurais foram demitidos de seus contratos fixos nessa ocasião. A readmissão dos trabalhadores rurais demitidos como bóias-frias sem contrato estava vinculada a custos baixos e sem qualquer risco para os proprietários de terras (KOHLHEPP, 2014, p. 151).

Além dos danos diretos da geada de 1969, como diminuição da colheita de café, mudança de cultura e demissão dos trabalhadores, a geada teria servido como pretexto para que os proprietários conseguissem uma forma de burlar a legislação trabalhista, ao revogarem os contratos existentes com os trabalhadores.

Percebemos que as geadas que atingiram consideravelmente a cafeicultura teriam se tornado motivo de valorização do café, pois os produtores que tinham condições de reter estoques aproveitavam a quebra da safra para vender o excedente a altos preços. Os proprietários que se sentiram prejudicados com o Estatuto do Trabalhador Rural e que mantinham interesse em substituir a cafeicultura teriam encontrado, também na ocorrência constante de geadas, um pretexto para mudar o cultivo agrícola de suas propriedades e demitir os trabalhadores rurais.

Kohlhepp considera as geadas que atingiram a cafeicultura como uma forma de proporcionar o motivo aparente para a dissolução dos contratos de trabalho (KOHLHEPP, 2014, p. 152). O autor analisa, em sua pesquisa, principalmente a geada de 1969, afirmando que ela teria causado uma perda quase total na colheita de café e fortalecido a discrepância do desenvolvimento econômico agrário na região norte do Paraná. A geada teria acelerado a migração da população rural para as periferias dos centros urbanos (KOHLHEPP, 2014, p. 200).

A historiadora Nadir Cancian não traz apontamentos sobre a geada de 1975, e em sua pesquisa pouco analisa os eventos climáticos na cafeicultura. A autora relaciona as geadas de 1963 e 1969 como responsáveis no 'combate' à superprodução cafeeira, uma vez que ocorreu uma diminuição dos pés de café. O aumento dos preços também é relacionado a essas geadas, pois a quebra na produção teria refletido na valorização do produto (CANCIAN, 1981, p. 124).

Alguns trabalhos acadêmicos mais recentes, como o de Letícia Paixão e Lucas Mores, analisam alguns fenômenos climáticos relacionados à cafeicultura Paranaense a partir da perspectiva da história ambiental. Paixão analisa especificamente o ano de 1963, em que uma sucessão de geada e seca teria impulsionado um grande incêndio entre os meses de agosto e setembro, atingindo grande parte do território do Paraná e deixando muitos feridos, desabrigados e mortos:

Em um período compreendido entre agosto e setembro o fogo atingiu 128 municípios paranaenses. A área queimada foi calculada em torno de 21 mil quilômetros quadrados, a qual era ocupada por casas, sítios, lavouras e reservas florestais, gerando um prejuízo de bilhões de cruzeiros (PARANÁ, 1964, p. 5 apud PAIXÃO, 2015, p. 71).

Um grande período de estiagem entre os meses de janeiro a setembro de 1963, bem como as baixas temperaturas no início do mês de agosto, que resultaram em geadas, prejudicando e queimando muitas lavouras cafeeiras, foram alguns dos fatores que contribuíram para o início e a propagação do incêndio no Paraná. Entretanto, Paixão (2015) aponta que os incêndios teriam ocorrido por uma série de fatores, e não somente pela combinação de seca, geada e queimadas. As regiões mais atingidas, segundo a autora, seriam aquelas que passaram por um processo de erradicação de pés de café, além dos remanescentes de florestas nativas e a área de reflorestamento da Indústria Klabin (PAIXÃO, 2015, p. 56).

Alguns fatores que agravaram os incêndios foram as queimadas para a limpeza e preparo da terra, além da devastação de extensas áreas de florestas e a crescente substituição da cafeicultura por culturas menos complexas e favoráveis à propagação dos incêndios; somados a esses fatores, tinham os ventos fortes, que espalhavam as fagulhas pelo ar (PAIXÃO, 2015, p. 177). Apesar de o governo ter atribuído o incêndio aos fatores ambientais, Paixão mostra que os incêndios ocorreram a partir de um contexto mais amplo, envolvendo ações diretamente humanas, como incêndios por vingança e as fagulhas que saíam dos vagões de trem, movidos a carvão, que passavam pela região (PAIXÃO, 2015, p. 78).

Um dos territórios mais atingidos pelos incêndios foi o da Indústria Klabin, que teve queimada em torno de 200 mil hectares de pinus e araucária, 500 mil hectares de florestas nativas de araucária e 1.500 mil hectares de florestas nativas de

formação secundária (PAIXÃO, 2015, p. 117, apud SINAL VERDE, 1982, p. 10). Na Indústria Kablin, as primeiras atitudes após a contenção dos incêndios foram explorar as árvores que apresentavam possibilidade de recuperação, porém, as árvores que não tinham mais recuperação foram cortadas (PAIXÃO, 2015, p. 119).

Segundo tabelas analisadas por Leticia Paixão (2015), o fogo atingiu 40.542,6 hectares no município de Londrina. O avanço dos incêndios só foi contido no final do mês de setembro, quando as chuvas chegaram com mais intensidade. Apesar de a principal culpabilidade dos incêndios ter sido atribuída aos fatores climáticos, os incêndios foram resultado de ações humanas e fenômenos naturais (PAIXÃO, 2015, p. 179).

Lucas Mores faz uma análise sobre os desastres socioambientais na cafeicultura paranaense entre o período de 1945 e 1975. O autor considera que a geada é um fenômeno natural comum na região do norte do Paraná, pois o clima tropical de altitude predomina, sendo assim, a geada se transforma em desastre pela forma como está organizado o agroecossistema do café, uma vez que o desastre só ocorre porque o café, que é uma planta tropical, é exposta ao frio (MORES, 2017, p. 147).

A perspectiva da história ambiental adotada por Leticia Paixão e Lucas Mores possibilita uma compreensão mais ampla sobre os fenômenos climáticos, já que os autores não enfatizam somente os danos e os prejuízos econômicos que as geadas teriam causado nas plantações.

A geada de 1975 é pouco explorada pela historiografia. As citações sobre o fenômeno climático geralmente evidenciam as consequências econômicas e os prejuízos sociais com a diminuição da oferta de mão-de-obra no campo.

Márcia Siqueira de Carvalho, em sua tese, traz algumas considerações sobre a geada de 1975. A autora a considera como sendo a “pá de cal” da cafeicultura, ao se referir à geada.

Carvalho (1991) aponta que no ano seguinte à geada de 1975 a produção foi nula, pois os cafeeiros mais antigos não tiveram a possibilidade de recuperação, comprometendo os cafeeiros muito novos, e somente aqueles com 5 anos puderam ser recepados e rebrotaram. Desse modo, para a autora, a geada negra teve um papel mais importante do que o Plano de Modernização da Cafeicultura, pois foi somente após perderem tudo que os pequenos produtores recorreram a alguns

programas do plano de modernização para terem acesso ao crédito rural (CARVALHO, 1991, p. 151).

Além da modernização da cafeicultura, Carvalho (1991) aponta a geada de 1975 como sendo o motivo da quebra de contrato de muitos proprietários com os trabalhadores, devido aos prejuízos. Em muitas propriedades cafeeiras a mão-de-obra ficou restrita aos membros da família, o que levou ao aumento do contingente de boias-frias (CARVALHO, 1991, p. 152). Porém, é necessário enfatizar que, apesar de os danos da geada de 1975 terem sido graves, o aumento do número de boias-frias desempregados à procura de emprego, ou até mesmo buscando terras para compra, vinha desde o final da década de 1960; a geada foi um dos fatores dentro de tantos outros que impulsionaram esse aumento.

Para Tomazi (1997), a geada de 1975 iria definir de vez o processo de diversificação da cafeicultura. O autor, assim como Carvalho, indica que a geada representou a “pá de cal” na cafeicultura. Porém, muitos agricultores ainda continuaram com a cultura cafeeira, mas não de forma tão significativa quanto nas décadas anteriores. Esse processo de diversificação por meio da pecuária bovina, soja, algodão e trigo não fez com que o discurso “Norte do Paraná” fosse sucumbido (TOMAZI, 1997, p. 260).

Além de Carvalho e Tomazi, outro autor que traz alguns apontamentos sobre a geada de 1975 é o geógrafo Elpídio Serra. Para esse autor, a geada de 1975 resultou na liberação de espaço, com a erradicação dos cafezais geados, fazendo com que somente após a geada o processo de modernização tenha começado de fato (SERRA, 2001, p. 53).

Apesar de Serra (2001) considerar que diversos processos, como os referentes à concentração da propriedade e expulsão de trabalhadores, haviam começado na década de 1960, ele enfatiza que a geada de 1975 foi um “divisor de águas”, separando a velha da nova fase da problemática agrária do Paraná (SERRA, 2001, p. 54). E teria sido, além de “divisor de águas”, de acordo com Serra, um “golpe de misericórdia” na cafeicultura (2001, p. 55). Os termos que Serra utiliza para se referir à geada de 1975 devem ser repensados na medida em que “divisor de águas” deixa a impressão que o processo de modernização ocorreu de um dia para o outro. Quanto ao ‘golpe de misericórdia’, o autor estaria indicando que a cafeicultura teria desaparecido completamente, teria morrido, o que não ocorreu, como veremos adiante. Já autores como Carvalho e Tomazi, que utilizam o termo

“pá de cal”, assim como ‘golpe de misericórdia’, parecem indicar o fim de uma atividade, desconsiderando que durante o final da década de 1960 muitos incentivos para a modernização agrícola foram colocados em prática, resultando na substituição da cafeicultura. Dessa forma, apesar de o evento climático ter atingido consideravelmente a cafeicultura, as transformações já vinham ocorrendo desde o início da década anterior.

Lucas Mores faz uma reflexão sobre a geada de 1975 a partir de periódicos comemorativos publicados sobre o evento climático. O autor insere a geada dentro da conjuntura histórica. Para ele, “o sensacionalismo criado pela imprensa paranaense faz parte de uma estratégia argumentativa para convencer o público de que o problema seria mais sério e assim, a população aderisse o discurso dos cafeicultores” (MORES, 2017, p. 189).

Mores ressalta que, apesar de a geada de 1975 ter sido de grande intensidade, o evento climático não foi responsável pelo fim da cafeicultura no Paraná, pois, além da conjuntura histórica que envolve a transformação dos aspectos que permeiam a cafeicultura, após a geada, a cafeicultura continuou existindo no Paraná (MORES, 2017, p. 193). O autor faz apontamentos significativos em relação ao evento climático, questionando a relação da memória sobre o fim da cafeicultura a geada:

Logo, não podemos rejeitar que a geada de 1975 foi de elevada intensidade para os cafeeiros do norte paranaense, contudo, não podemos naturalizar o processo do agroecossistema naquela conjuntura. Em sua grande maioria, os cafeeiros eram velhos, estavam sofrendo com a ferrugem, com problemas de preço e os cafeicultores viam os produtores de soja com bastante lucros na mesma região. Consideramos assim, que diferente da memória criada sobre o evento, a geada de 1975 foi um ponto importante para acelerar as transformações que já estavam ocorrendo na cafeicultura paranaense do que efetivamente um ponto da “morte da cafeicultura” (MORES, 2017, p. 194).

Concordamos com o autor em relação ao equívoco ao relacionar a geada com a morte da cafeicultura, pois a diminuição e a substituição do café já vinham desde o início da década de 1960, sendo assim, a geada emerge nesse contexto como um dos aspectos que envolvem a transformação cafeeira.

A memória sobre o evento climático, relacionada ao fim da cafeicultura, foi criada a partir de interesses de alguns grupos sociais que tiveram relação direta com

os desdobramentos após a geada de 1975. Esses grupos sociais, geralmente proprietários de grandes porções de terras, teriam disseminado uma narrativa que envolve direcionar a cafeicultura para os lugares de memória.

As transformações na agricultura ocorreram a partir de um processo que se intensificou no início da década de 1960, em que a cafeicultura, principalmente por iniciativas políticas do governo federal, foi sendo gradativamente substituída por meio do programa de erradicação e diversificação das regiões cafeeiras. Além disso, o interesse na modernização e mecanização do campo se deu a partir da crescente valorização de culturas como a soja e as pastagens. A geada de 1975, desse modo, não foi a única responsável pela diminuição da cafeicultura na região norte do Paraná, e os diversos fatores, analisados nesse capítulo, levaram os proprietários a substituir o café por outros cultivos.

Nos próximos capítulos pretendemos analisar como a geada de 1975, em particular, assumiu o papel de impulsionadora da substituição da cafeicultura, considerando que, quando se trata de cafeicultura, as geadas eram muito comuns na região e sempre prejudicavam, em algum nível, as plantações. Os cafeicultores estavam acostumados com o fenômeno, sabendo que sempre haveria o risco de geadas. Dessa forma, o que se pretende compreender é como as outras geadas que ocorreram na região foram silenciadas e somente a de 1975 é rememorada como o motivo principal do fim da cafeicultura.

2 A GEADA DE 1975 E O JORNAL FOLHA DE LONDRINA: O FIM E A REINVENÇÃO DA CAFEICULTURA

No dia 18 de julho de 1975 a temperatura mínima do norte do Paraná se desviou da média considerada comum para aquele período do ano. Naquele dia, ocorreu uma geada negra, que pode ser considerada um evento climático extremo. Os eventos climáticos extremos podem se mostrar de duas formas: a curto prazo, relacionados à meteorologia, e a médio prazo, relacionados ao clima. A frequência e a intensidade com que os eventos extremos ocorrem variam de acordo com a mudança climática, porém, também podem ser decorrentes de ações humanas, como o desmatamento, ou construções em áreas de risco que intensificam esses eventos (MARENGO, 2010, p.6).

Em relação aos eventos climáticos extremos na agricultura, podemos considerar que:

Cada planta tem sua adaptação própria às condições climáticas predominantes em seu *habitat*. Condições térmicas ou hídricas, quando modificadas de forma excessiva, causam a morte dessas plantas, de modo geral devido aos extremos incidentes. É o caso das geadas ou das ondas de calor (PINTO, 2010, p. 38) [grifo do autor].

Apesar de a cafeicultura ter sido rentável na região norte do Paraná, as baixas temperaturas em alguns períodos do ano trouxeram o constante risco de ocasionar a morte das plantas. As geadas que ocorriam frequentemente na região poderiam causar um resfriamento prolongado da planta, que por meio do congelamento do tecido retarda o crescimento do vegetal que se adapta somente às condições térmicas elevadas (MARENGO, 2010, p. 39).

Para a agricultura, uma geada é quando ocorre a formação de gelo nas plantas devido às baixas temperaturas nas madrugadas de inverno. Porém, a média da temperatura para se denominar de geada irá depender da cultura que sofreu com a morte dos tecidos. Para o café, a temperatura letal é de $-3,5^{\circ}\text{C}$ (PINTO, 2010, p. 44).

A região norte do Paraná, durante os anos de 1950 e 1975, foi atingida por dez eventos climáticos que influenciaram diretamente na safra cafeeira. Essa frequência é resultado do clima, pois está caracterizado entre o subtropical, que define a maior parte do clima do Terceiro Planalto, e o tropical de altitude do Oeste

Paulista (MÜLLER, 2001, p. 90). O clima da região está sob a influência da convergência das massas do atlântico-tropical e equatorial-continental, sendo que no mês de abril a setembro sofrem infiltrações de massas de ar frio, trazendo chuvas fortes e geadas (KOHLHEPP, 2014, p. 35). O inverno da região apresenta brusca queda de temperatura, que resulta das incursões de anticiclones móveis provenientes da massa Polar-Atlântica (Pa), geralmente reforçada pela massa Polar-Pacífica (Pp), chegando na região pelos vales dos rios (MÜLLER, 2001, p. 92).

Kohlhepp aponta que a temperatura anual durante o período pesquisado (1970) era a ideal para o cultivo de café, pois oscilava entre 19,5°C e 22°C. Entretanto, a cafeicultura necessita de uma atenção maior, principalmente, no mês de junho, período em que se manifestam as temperaturas mais baixas, correndo o risco de geadas mais severas. A geada para a agricultura pode ser caracterizada como:

Geada é toda queda extrema da temperatura que causa danos à vegetação, acompanhada ou não de depósitos de gelo nas superfícies expostas. [...] Os danos da geada são causados pela queda da temperatura do tecido abaixo do limite correspondente ao ponto de congelamento interno. Esse limite, para o cafeeiro, está entre -3 e -4°C. Quanto maior for a queda da temperatura do tecido abaixo desse limite letal e quanto mais tempo permanecer abaixo desse limite, mais graves e mais extensos serão os danos das geadas. A simples presença de gelo sobre a planta não tem maiores conseqüências, pois a água pura congela-se a 0° C, ao passo que os líquidos internos o fazem a uma temperatura bem mais baixa. [...] Também é comum a idéia de que a incidência dos raios solares da manhã é a causa dos danos da geada, isso não é correto. Pesquisas mostram que a insolação matinal em nada influi. Ao amanhecer, as plantas atingidas pela geada já estão com os tecidos congelados e mortos. A insolação apenas apressa o descongelamento e a verificação de que o tecido está morto (IBC-GERCA, 1979, p. 6, apud MORES, 2017, p. 156).

O cafeeiro é uma planta tropical que se desenvolve em temperaturas ideais entre 19° e 22°, pouco tolerante ao frio. Sendo assim, as atividades de produção do café se localizam geralmente em regiões com risco pequeno ou moderado de geadas, todavia, no Paraná, devido à alta produtividade que o solo gerava, os agricultores resolveram correr os riscos que as geadas poderiam causar (MORES, 2017, p. 155).

A região com mais risco é a que se situa mais ao sul, fator que, segundo Kohlhepp (2015, p. 36) e Müller (2001, p. 90), foi responsável por barrar o avanço da

cafeicultura e levar os produtores a localizarem áreas mais próximas do limite entre o Estado do Paraná e São Paulo, além disso, evitava-se o cultivo do café em vales, bacias e terrenos baixos, mais suscetíveis a geadas.

Para Paixão (2015, p. 59), no Paraná, as geadas ocorrem normalmente após dias chuvosos, pois o céu torna-se claro, em razão do vento sul, e o ar frio da frente polar se desloca para o norte.

Lucas Mores aponta que as geadas são classificadas em três categorias: as geadas de vento, de radiação ou de canela. No norte do Paraná, as geadas de vento e de radiação são as que atingem com maior intensidade os cafeeiros. Para o autor, no senso comum, as geadas de vento são chamadas de geada branca e, as de radiação, de geada negra. A geada de radiação é a que mais ocorre na região e provoca o resfriamento intenso da superfície da planta. A geada de vento é provocada pela ocorrência de fortes ventos com temperaturas muito baixas, ressecando a parte da planta e provocando a morte do tecido vegetal (MORES, 2017, p. 157). Os danos mais severos são os provenientes da geada negra, pois a água acumulada nos galhos, nas folhagens e nos arbustos do café congela e, com a influência do ar seco e dos ventos fortes, suas folhagens passam a apresentar um aspecto negro e caem do arbusto (KOHLHEPP, 2014, p. 36).

A geada de 1975, assim como as outras geadas das décadas anteriores, atingiu diversos cultivos agrícolas da região, entretanto foi a única que, até os dias atuais, é lembrada como um desastre responsável pelo fim da cafeicultura no norte do Estado. Esse capítulo pretende analisar como um evento climático muito comum na região se tornou um desastre. Ou seja, a partir dessa narrativa de catástrofe, o clima se tornou o condutor da história da cafeicultura, desconsiderando-se as conjunturas que envolvem as alterações no uso do solo, principalmente, a partir da década de 1960.

A narrativa de desastre se concretizou a partir de influências e interesses de diversos meios sociais, principalmente por meio da mídia, analisada em diversas reportagens publicadas pelo Jornal Folha de Londrina após a ocorrência da geada. Apesar de mostrar oscilações ao longo do tempo histórico, a narrativa que prevaleceu em relação à geada de 1975 é a que enfatiza que o evento climático foi o responsável pela destruição da cafeicultura na região. O objetivo é mapear essas narrativas e analisar a elaboração e as transformações que envolvem o evento climático.

2.1 HISTÓRIA AMBIENTAL E DESASTRES

Ao longo de décadas a cobertura florestal do norte do Paraná foi substituída por um modelo agrícola vinculado à monocultura cafeeira, o que resultou em diversos problemas no solo e no clima, dentre outros. Esse desenvolvimento da cafeicultura causou um “arroteamento de grandes áreas de floresta tropical” (KOHLHEPP, 2014, p. 79). Entre as décadas de 1960 e 1970, as matas e florestas do norte do Paraná perderam 586.740 hectares de matas naturais e 18.938 hectares considerados de matas plantadas em virtude do desenvolvimento agrícola e de pastagens (CARVALHO, 1991, p. 29).

O café foi a principal cultura introduzida que substituiu a matriz florestal na região norte do Paraná. O cultivo ganhou espaço na ocupação do solo a partir do final da década de 1940, momento no qual o produto foi muito valorizado. A introdução e expansão da cafeicultura na região tiveram como presente característica a intensa exploração do solo, sendo que os agricultores se preocupavam, primordialmente, em diminuir os gastos com o cultivo e aumentar os lucros. A falta de cuidado com o solo resultou em diversos problemas, como a erosão.

No cultivo de café, que se estende, sobretudo, na parte superior dos declives nas encostas, a falta de medidas de proteção do solo e a técnica incorreta de cultivo favoreceram a erosão do solo. A limpeza do terreno ou a aragem entre as fileiras de cafeeiros para o cultivo de culturas intermediárias foram freqüentemente realizadas de maneira perpendicular ao declive – assim como a instalação de plantações de café. A falta de sulcos e de terraplanagem para a proteção contra a lavagem do solo tiveram conseqüências negativas. Apenas recentemente se firmaram o arado de contorno, as drenagens, a instalação de contenções para voçorocas etc. A estrumação, ou seja, a cobertura do solo com material orgânico como proteção contra a erosão, só é feita às vezes no Paraná, apesar da adição ligada a ela de substâncias húmicas, devido à possível disseminação de pragas e por causa da técnica de colheita de derriçagem dos grãos de café sobre o solo (KOHLHEPP, 2014, p. 194).

A partir desse contexto, é possível perceber que a cafeicultura foi mantida na região sem práticas de conservação do solo. A expectativa de grandes lucros teria resultado na destruição de grande parte da cobertura florestal do norte do Estado em poucas décadas, modificando o ecossistema da região.

Por meio da história ambiental, buscaremos compreender o processo de transformação da paisagem agrícola, partindo do entendimento de que a relação do homem com a natureza modifica o ambiente, diferentemente da narrativa sobre o evento climático de 1975, que responsabiliza apenas o clima pela modificação da estrutura agrícola.

Como campo historiográfico, a história ambiental se desenvolveu nos Estados Unidos a partir de 1970 e, na América Latina, na década de 1980, emergindo como metodologia para a pesquisa histórica, rejeitando o princípio de que a experiência humana progrediu sem restrições naturais e sem consequências de suas atitudes no ambiente (WORSTER, 1991, p. 199).

Ao contrário da premissa de que o ser humano está acima da natureza, ou de que o humano não faz parte da natureza, visto como um elemento externo, a história ambiental busca uma reflexão sobre a nossa compreensão de mundo natural. Essa reflexão leva a alguns questionamentos, trazidos por Raymond Williams (2011, p. 89): Quando nos referimos à “natureza”, temos a intenção de incluir a nós mesmos no conceito? Ou nos referimos à “outra natureza”, como as montanhas e rios? Como podemos definir a palavra natureza? A barreira que separa o humano da natureza se mostra frágil à medida que repensamos essas questões. O que importa não é a definição da palavra “natureza”, mas as alterações em seu uso, ou seja, a história e a complexidade dos significados (WILLIAMS, 2011, p. 90).

A intervenção do homem no mundo natural é o próprio objeto de estudo dos historiadores ambientais, os quais buscam compreender esse processo histórico das transformações em torno da ideia de natureza e homem. Com o crescimento dos movimentos ambientalistas na década de 1970, a história ambiental emerge como metodologia para a pesquisa histórica, levando em consideração o ambiente como o sujeito que modifica e é modificado pelas ações humanas.

Para Worster (2003), a história ambiental, por meio da análise da relação entre o ser humano e o mundo natural, se propôs a dar respostas às perguntas que estavam começando a surgir na década de 1960:

Quantos seres humanos a biosfera pode suportar sem entrar em colapso sob o impacto da poluição e do consumismo? As mudanças na atmosfera, causadas pela atividade humana, levarão à uma maior incidência de câncer ou a menores colheitas de grãos, ou ao derretimento das calotas polares? Está a tecnologia tornando a vida mais perigosa, ao invés de mais segura? Tem o Homo sapiens

quaisquer obrigações morais para com a terra e seu ciclo de vida, ou esta vida existe meramente para satisfazer aos desejos infinitamente expansivos de nossa própria espécie? (WORSTER, 2003, p. 24).

A compreensão de como a ação humana na natureza irá produzir consequências por meio do tempo se torna possível pelas observações empíricas de diversos aspectos da natureza e da sociedade, que se modificaram, ou não, ao longo do tempo, possibilitando uma comparação entre regiões, análise das diferentes culturas e as economias que o compõe, além de práticas materiais. Segundo Worster (1991, p. 202), a história ambiental procura responder três grupos de perguntas:

O primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; incluímos aí tanto os aspectos orgânicos quanto inorgânicos da natureza, inclusive o organismo humano, que tem sido um elo nas cadeias alimentares da natureza, [...]. O segundo nível da história ambiental introduz o domínio sócio-econômico na medida em que este interage com o ambiente. Aqui nos preocupamos com ferramentas e trabalho, com as relações sociais que brotam d

esse trabalho, com os diversos modos que os povos criaram de produzir bens a partir de recursos naturais. [...] formando um terceiro nível de análise para o historiador, vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significados se tomam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza.

O historiador ambiental busca articular os três níveis que possibilitam uma análise ampla sobre determinado tema. A natureza, em constante transformação, é histórica, assim, o ser humano se apropria dos recursos naturais para produzir instrumentos necessários à sua sobrevivência.

A geada, analisada segundo as bases metodológicas da história ambiental, é considerada um evento climático comum na região norte do Paraná, contudo, se transforma em desastre a partir do avanço da agricultura cafeeira nessas regiões. Sendo assim, “o desastre só ocorre porque o cafeeiro, planta tropical é exposta ao frio” (MORES, 2017, p. 147).

Para a história ambiental, a geada de 1975 foi um evento climático, porém, na memória coletiva e na mídia, se caracterizou como desastre. A categoria de

desastre não faz referência diretamente ao evento climático, mas, sim, à intensidade com que esses eventos afetam o cotidiano das populações humanas. Desse modo, os desastres são socialmente construídos no processo de ocupação humana e na sua relação com o mundo natural. A história ambiental possibilita compreender as relações dos humanos e não humanos no tempo histórico, além do entendimento de que os desastres não são acontecimentos isolados, mas, sim, processos históricos (MORES, 2017, p. 149).

É comum a intervenção do ser humano no seu meio, entretanto, a história ambiental tem como objetivo posicionar as ações e instituições humanas dentro da natureza, analisando como os humanos utilizam os recursos naturais para seu próprio benefício (KLANOVICZ, 2013, p. 297).

Os eventos climáticos de maior intensidade, como uma grande quantidade de chuvas ou um furacão, são denominados no senso comum como desastres “naturais”, pois envolvem dinâmicas na natureza, aparentemente isoladas da atividade humana. Todavia, quando se utiliza a categoria “desastre”, a referência não é ligada diretamente ao evento climático, mas, sim, a como afetam, de alguma forma, o cotidiano humano. Sendo assim, utilizar o termo “desastres naturais” é contraditório, pois o desastre só é desastre quando interfere diretamente nas populações humanas, enquanto a ideia de natural indica que os eventos climáticos não se relacionam com a ação humana (MORES, 2017, p. 149).

Alguns eventos climáticos como chuvas, geadas e estiagens somente adquirem a denominação de desastre quando atingem financeiramente e fisicamente uma parcela populacional, resultando em um discurso de ‘catástrofe’. Klanovicz (2013, p. 298) evidencia melhor essa questão a partir da referência de alguns autores:

O historiador Gerrit Schenk (2007), ao discutir as narrativas sobre os desastres como geralmente enfadonhas, enfatizou que grande parte do discurso que as rodeia versa sobre o número de vítimas, os sofrimentos e os danos financeiros, e, nesse sentido, são neopositivistas, uma vez que pretendem ser objetivas, reducionistas, cientificistas, apartando grupos humanos e o mundo natural, além de preconizar a impessoalidade dos relatos. Schenk refere-se especialmente a desastres “naturais” na sua leitura, eventos que têm causado cada vez mais danos e prejuízos em diversos países. Outro autor, Schwartz (2007), nos lembra que chuvas de granizo, estiagens, tornados, deslizamentos e outros eventos são fenômenos naturais antes de serem desastres e acabam ganhando essa última

conotação apenas quando atingem densas concentrações populacionais ou propriedades, aí então passando a ser consideradas catástrofes.

A narrativa de que o desastre é algo natural, isolado da ação do homem, geralmente impulsionada pela mídia, direciona a percepção dos acontecimentos de acordo com os interesses envolvidos. O evento climático é natural, porém, é designado como desastre na medida em que atinge grandes parcelas das sociedades e causa danos e prejuízos.

Os eventos climáticos que afetam as sociedades podem ocorrer com frequência ou moderadamente, a visibilidade que os cerca se mostra conforme a percepção dos indivíduos:

Avalanches, terremotos, erupções vulcânicas, ciclones, deslizamentos, tornados, enchentes, epidemias, pragas, fome, incêndios e muitos outros precisam ser vistos à luz de uma problemática social e não apenas natural. Estudos de casos relatam que pessoas que vivem em áreas de risco percebem os eventos como uma ameaça, porém, não costumam atribuir seus impactos a fatores sociais. Isto acontece com o problema das enchentes, apesar de habitantes das áreas próximas aos rios perceberem os rios como uma ameaça, costumam atribuir a destruição de suas habitações à força da natureza e não à forma de ocupação do espaço (PAIXÃO, 2015, p. 37).

Nesse sentido, compreendemos que a geada de 1975 se encaixa na categoria de desastre socioambiental, pois as consequências do evento climático geraram problemas sociais e prejuízos econômicos para as populações atingidas. Jó Klanovicz (2013, p. 299) aponta que os desastres têm duas trajetórias:

Uma que está vinculada ao social e outra que o excede. Elas são históricas no sentido de que ambas as forças mudam ao longo do tempo. O fato de que a natureza dos desastres varia ao longo dos anos é, talvez, menos aparente. As condições geofísicas e climáticas não apenas mudam a longo prazo, mas também dentro de regimes temporais menores, o que tem afetado as sociedades humanas e seus registros.

Um evento climático, como uma forte geada, não adquire o mesmo significado ao longo do tempo histórico. Além disso, as sociedades não são atingidas da mesma forma. Uma sociedade com sua economia voltada para a monocultura cafeeira

sentiria com maior intensidade uma eventual geada do que uma sociedade com cultivos agrícolas mais resistentes ao frio.

Com a ocorrência de um desastre, a população atingida busca soluções advindas principalmente do Estado, que seria o precursor de ações matizadoras dos danos. As políticas públicas mediadas pelo Estado devem levar em consideração as especificidades de cada região atingida, pois os ambientes não são homogêneos, assim como as tensões sociais de cada momento específico.

Nem o Estado e a sociedade são homogêneos, nem a natureza é intercambiável de lugar para lugar. O Estado mediador torna-se na verdade espaço de disputa entre os vários setores da sociedade que buscam, na definição de políticas públicas contra o desastre, a resolução de tensões sociais que são muito mais profunda que o momento da catástrofe em si. Concomitantemente, estas políticas públicas devem dar conta das especificidades do ambiente local, das condições climáticas locais, da ocupação histórica daquele espaço (SEDREZ, 2013, p. 186).

As sociedades, em decorrência do constante risco de desastres, convivem com o grande questionamento a respeito do que poderia ser feito para evitar uma catástrofe. As populações atingidas esperam respostas, principalmente, por parte do governo, pois as atitudes tomadas poderão definir o futuro de uma comunidade.

O desastre requer uma resposta [...] As sociedades, particularmente após um desastre, reclamam de seus líderes e de seus governos uma explicação para o passado, e uma promessa para o futuro. Ambas as respostas podem estar além do que estes líderes podem ou querem oferecer (SEDREZ, 2013, p. 196).

Para que ocorra um desastre, primeiramente, é necessário que ocorra um evento climático, que por si só não é um desastre; em segundo lugar, é preciso uma condição de vulnerabilidade de determinada sociedade, que compreenda as capacidades de prevenção e resposta. A combinação desses aspectos resulta em um desastre, com perdas materiais e econômicas (XAVIER *et al.*, 2014, p. 273).

Compreendemos, dessa maneira, que os eventos climáticos, interpretados a partir da história ambiental, são fenômenos da natureza que ocorrem independente da ação do homem. Os eventos tornam-se, ou são considerados desastres, por sua vez, quando as sociedades são atingidas conforme a sua vulnerabilidade, cujos efeitos podem ser potencializados, ou não, pela ação humana. Assim, a história

ambiental analisa os eventos climáticos extremos como desastres socioambientais, resultados das relações climáticas e da vulnerabilidade das sociedades.

2.2 A IMPRENSA E OS EVENTOS CLIMÁTICOS

Sendo a geada um evento climático intenso, de ocorrência frequente na região norte do Paraná, a mídia, em vários momentos, conduz uma narrativa de desastre, a qual, posteriormente, pode servir de suporte na consolidação de uma memória social sobre o evento.

Paixão (2015, p. 63) aponta que na década de 1960 as geadas que ocorriam no Paraná eram sempre destaque nos jornais. As reportagens enfatizavam os prejuízos econômicos das lavouras cafeeiras. A geada de 1963 foi descrita na imprensa como responsável pela quebra de 50% das lavouras de café. Por exemplo, o Jornal Folha de Londrina considerou que a geada de 1963 teria sido a responsável pelo desencadeamento de uma crise social e anunciou que haveria o êxodo de famílias de algumas regiões cafeeiras (PAIXÃO, 2015, p. 66). Sendo assim, apesar de as geadas serem comuns na região, a ocorrência de um evento climático despertava o medo das consequências que poderiam causar na cafeicultura.

Em outro exemplo de como um evento climático é interpretado, Nelson Tomazi (1997) menciona que em 1993 ocorreram fortes chuvas com vento, fazendo com que a cobertura de vidro de um do shopping da cidade Londrina desabasse e ferisse várias pessoas. O shopping precisou ficar fechado alguns dias, mas o fato que mais chama a atenção é o comunicado que a sua direção publicou na imprensa, afirmando que a chuva e o vendaval foram incontornáveis (TOMAZI, 1997, p. 54). Podemos perceber a narrativa de oposição entre homem e natureza, pois se responsabiliza o outro, nesse caso, as chuvas e os ventos, como único fator responsável pelo desabamento. Outro fator interessante é a utilização do termo “incontrolado”, ao se referir às chuvas e os ventos, como se houvesse alguma forma de controlar os eventos climáticos. Apesar de a nota publicada pela direção do shopping não ser o objeto principal da nossa análise, é interessante perceber a visão sobre a natureza, tratando os eventos climáticos intensos sempre como destrutivos.

A geada de 1975 não foi retratada diferentemente. Os jornais publicaram reportagens que destacavam os efeitos do evento climático. Um exemplo é a reportagem de capa do dia 18 de Julho, que noticiou a ocorrência do evento climático com o título 'Não sobrou um único pé de café': "Não se vislumbrava um único pé de café verde. Pelo contrário, todos estavam marrons, estorricados e quem sobrevoasse as lavouras poderia ver uma extensa mortalha cobrindo tudo" (FOLHA DE LONDRINA, 19 jul. 1975, p. 1).

Nas datas comemorativas, o evento climático é constantemente lembrado, como os dez ou os quarenta anos após a geada, em reportagens publicadas pelo Jornal Folha de Londrina e exibidas pela Rede Paranaense de Comunicação, repetindo o discurso sobre o fim da cafeicultura do Paraná, como se não existisse mais a cafeicultura na região (MORES, 2017, p. 148). Dessa forma, a geada relacionada ao desastre é reafirmada pelos meios de comunicação e muitas vezes eles se tornam um veículo de confirmação do discurso de grupos sociais que tinham interesses envolvidos com a falsa interpretação do fim da cafeicultura.

O Jornal Folha de Londrina foi priorizado nessa pesquisa por ser o principal jornal da cidade, tendo grande influência para o público leitor de Londrina e região. Em 1975, o jornal fez uma larga cobertura do evento climático e continuou publicando reportagens lembrando a geada, posteriormente. Em circulação desde 13 de Novembro de 1948, foi fundado por João Milanez, empresário e jornalista, portanto, em 1975 o jornal já estava em circulação na região de Londrina há 27 anos. Suas páginas eram impressas em preto e branco e cada edição possuía, em média, 30 páginas.

Segundo os jornalistas Marinósio Filho e Marinósio Neto, que publicaram um livro sobre a imprensa de Londrina, o Jornal Folha de Londrina é considerado um patrimônio da cidade e do Estado do Paraná, pois é sinônimo de uma grande empresa jornalística, trazendo como pontos principais o lado econômico e empresarial (TRIGUEIROS FILHO; TRIGUEIROS NETO, 1991, p. 41).

A consulta ao acervo do Jornal Folha de Londrina foi realizada no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina. Os periódicos estão organizados e separados por mês de publicação, o que facilitou o trabalho com a fonte. Foram encontradas entre os meses de Julho a Setembro de 1975 214 reportagens publicadas que tinham em seu conteúdo temas que envolviam a geada de 1975.

Os próximos tópicos analisados serão: *O velório da cafeicultura*, em que as reportagens buscaram enfatizar o fim da cafeicultura após a ocorrência do evento climático; *Políticas públicas e o desemprego rural*, evidenciando questões ligadas aos auxílios que viriam do governo para amparar os agricultores que tiveram suas lavouras atingidas pela geada, além de reportagens que enfatizam o desemprego rural provocado pelas consequências do evento climático e pelo Estatuto do Trabalhador Rural; *Reinvenção, rumo aos lugares de memória*, abordando o momento em que o jornal direciona a cafeicultura para a ‘reinvenção’, ou seja, para a mudança de estruturas através da renovação e ‘modernização’, destinando a ‘antiga’ cafeicultura para os lugares de memória. A escolha da divisão dos tópicos se deu a partir da leitura das fontes que traçaram uma direção sobre os temas.

2.2.1 O Velório da Cafeicultura

As primeiras reportagens logo após a ocorrência da geada trazem um clima mórbido para o leitor. A reportagem de capa do dia 19 de Julho de 1975 é intitulada “Não sobrou um único pé de café” (FOLHA DE LONDRINA, 19 jul. 1975, p. 1), tornando-se uma das reportagens mais memoradas, principalmente pela imprensa, em relação à geada de 1975. Essa reportagem é encontrada nas publicações que relembram os anos após a geada e em alguns documentários produzidos sobre o tema. A revista online ‘Cafeicultura’ (REVISTA, 2017), no dia 18 de Julho de 2017, relembrou os 42 anos após o evento climático, evidenciando a reportagem do jornal Folha de Londrina. Em 2010, a TV Sinal Paraná publicou um documentário online intitulado “Onde você estava?” (TV, 2010), trazendo a imagem abaixo, evidenciada na Figura 4, como parte integrante de seu conteúdo. O portal bonde (FANTIN, 2012), plataforma online de notícias, em 2012 trouxe a imagem do jornal de 1975 como destaque na reportagem que lembrava os 37 anos do evento climático. Além dos exemplos citados, o próprio Jornal Folha de Londrina, nas matérias sobre os 40 anos após a geada, publicou no dia 12 de Julho de 2015 uma reportagem com a imagem do jornal do dia 19 de Julho de 1975, lembrando a manchete que teria sido publicada no dia após a ocorrência do evento climático.

Figura 4 - Reportagem de capa do Jornal Folha de Londrina noticiando a ocorrência da geada em 1975



Fonte: Folha de Londrina (19 jul. 1975)

A reportagem traz duas fotos: uma da lavoura de café geado, com aspecto de queimado, e uma lavoura de trigo coberta pela geada. Além disso, no decorrer da reportagem, é enfatizado que a lavoura de trigo havia sido dizimada e as outras culturas também deixaram de existir. O texto traz um relato do comunicado que o Governador do Paraná, Jaime Canet, teria feito ao presidente Ernesto Geisel. O tom do comunicado era de 'velório': "Está decretado o fim da cafeicultura no Paraná. A cafeicultura está de luto. Nunca houve uma geada tão forte. O café está totalmente destruído, arrasado" (FOLHA DE LONDRINA, 19 jul. 1975, p. 1). O autor da reportagem aponta que as palavras do Governador, por mais que pudessem parecer exageradas, teriam refletido a realidade daquele momento, que foi confirmada pela equipe de reportagem do jornal ao sobrevoar a região. Nesse voo teriam constatado que a extensão dos prejuízos teria sido total. No decorrer do texto, o repórter aponta que: "Não se vislumbrava um único pé de café verde. Pelo contrário, todos estavam marrons, estorricados, e quem sobrevoasse as lavouras poderia ver uma extensa mortalha cobrindo tudo" (FOLHA DE LONDRINA, 19 jul. 1975, p. 1).

Quando buscamos no dicionário o significado de mortalha, encontramos a seguinte definição: "roupa em que se envolve o cadáver que vai ser sepultado[...]" (SILVEIRA BUENO, 2000, p. 525). Dessa forma, percebemos as possíveis intenções

dessa primeira reportagem, trazendo a sensação de enterro da cafeicultura, como se não houvesse mais meios de recuperação.

Não podemos deixar de considerar que a cafeicultura, apesar de ser economicamente importante na região, não era mais a principal atividade agrícola de Londrina em 1975, como vimos no primeiro capítulo. Além disso, o processo de substituição já vinha acontecendo desde a década de 1960 e, também, as geadas eram comuns na região, e não tinha sido a primeira vez que havia ocorrido uma geada negra.

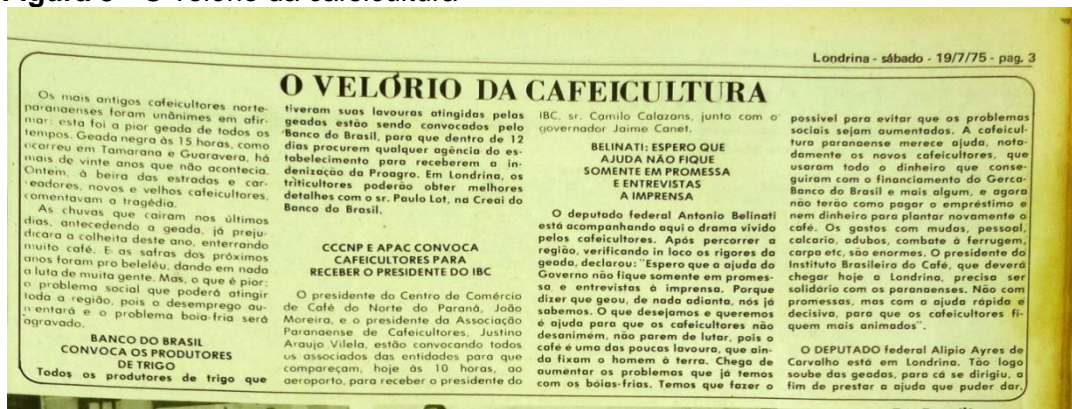
Quando abrimos o jornal do dia 19 de julho, encontramos mais reportagens sobre a geada. A reportagem com o título “Tristeza e solidariedade no roteiro do governador” traz vários pronunciamentos do governador Canet, que sobrevoou e visitou a região para mensurar os danos da geada à cafeicultura:

Venho hoje ao Norte do Paraná com muita tristeza. Venho verificar a extensão dos danos causados pela geada” [...] “Hoje pela manhã, às 7 horas, conversei com o Ministro da Agricultura, relatando a ele as nossas previsões e os danos que o fenômeno fatalmente traria ao Paraná (FOLHA DE LONDRINA, 19 jul. 1975, p.4).

Percebemos que a fala do governador direcionou a culpabilidade exclusivamente ao clima, pois em suas palavras o evento climático foi fatal. Todavia, apesar de o jornal trazer um clima de enterro, a fatalidade representada pela geada se baseou exclusivamente em danos econômicos, pois não se tem notícias de vítimas humanas.

Continuando com o clima fúnebre, a matéria com o título “O velório da Cafeicultura” (FOLHA DE LONDRINA, 19 jul. 1975, p.3), destaca a unanimidade da opinião dos cafeicultores, considerando a geada de 1975 como sendo a pior geada de todos os tempos. Para o jornal, a geada teria sido uma ‘tragédia’. Entre outras consequências, a reportagem destaca o desemprego e o aumento do número de boias-frias. Vimos, porém, que o desemprego rural tinha aumentado, principalmente, em função dos Programas de Racionalização e Diversificação da Cafeicultura na década de 1960.

Figura 5 - O velório da cafeicultura



Fonte: Folha de Londrina (1975)

A reportagem 'O velório da cafeicultura' traz a fala do então deputado federal, Antonio Belinati, que teria percorrido a região para verificar os danos da geada:

Espero que a ajuda do Governo não fique somente em promessas e entrevistas à imprensa. Porque dizer que geou, de nada adianta, nós já sabemos. O que desejamos e queremos é ajuda para que os cafeicultores não desanimem, não parem de lutar, pois o café é uma das poucas lavouras, que ainda fixam o homem à terra. Chega de aumentar os problemas que já temos com os bóias-frias. Temos que fazer o possível para evitar que os problemas sociais sejam aumentados. A cafeicultura paranaense merece ajuda, notadamente os novos cafeicultores, que usaram todo o dinheiro que conseguiram com o financiamento do Gerca-Banco do Brasil e mais algum, e agora não terão como pagar o empréstimo e nem dinheiro para plantar novamente o café. Os gastos com mudas, pessoal, calcário, adubos, combate à ferrugem, carpa etc, são enormes. O presidente do Instituto Brasileiro do Café, que deverá chegar hoje a Londrina, precisa ser solidário com os paranaenses. Não com promessas, mas com a ajuda rápida e decisiva, para que os cafeicultores fiquem mais animados" (FOLHA DE LONDRINA, 19 jul. 1975, p.3).

Para Belinati, as primeiras atitudes a serem tomadas pelo governo seria a de amparo à cafeicultura, para que os agricultores não abandonassem o cultivo. Belinati enfatiza que, se o governo não auxiliasse os produtores, o problema social do desemprego aumentaria. Os novos cafeicultores também seriam os mais afetados pela geada, uma vez que destinaram o dinheiro do financiamento para investir na lavoura e não teriam como pagar os financiamentos após perderem as suas produções.

Em outra reportagem, "Lembrando as velhas crises", ainda no dia 19 de julho, o jornal traz referências às geadas anteriores que atingiram o Paraná:

A gravidade e a extensão das últimas geadas, trouxeram, principalmente para os agricultores que estão na região há bastante tempo, a lembrança das crises sócio-econômicas resultantes desse fenômeno nas vezes em que ele se abateu terrivelmente sobre o Paraná em 1953 e 1955, considerados “negros” pelas suas geadas “históricas”. Hoje, contudo, a economia do Estado já não depende tanto do café. A indústria crescente, o trigo e a soja, servem para amenizar os prejuízos causados na cultura cafeeira. A “Folha” fez uma pesquisa em seus próprios arquivos para saber como o fenômeno repercutiu naqueles dois anos e em 1969, quando a geada também foi considerada a “maior de todas as precedentes” (FOLHA DE LONDRINA, 19 jul. 1975, p. 8).

Apesar da ênfase das reportagens nos danos causados à cafeicultura, o jornal também mostra que o café não era mais a única atividade econômica do Paraná e que as geadas negras anteriores foram consideradas no momento de sua ocorrência, assim como a de 1975, a maior de todas. O jornal, ao longo da reportagem, traz informações de seus arquivos:

Em 1953, quando a economia paranaense era ditada estritamente pelo sucesso ou não da safra cafeeira, verdadeiro pânico tomou conta dos meios agrícolas e comerciais. Nos dias 4 e 5 de Julho daquele ano, a temperatura baixou a níveis até então sem precedentes. A geada veio queimando totalmente os cafezais de até dois anos e estragando bastante as plantações mais velhas. [...] A safra de 1954, por consequência, foi reduzida em 80 por cento. [...] O desespero, naqueles anos, se apossou dos cafeicultores, que se viram, de uma hora para outra, sem qualquer meio de subsistência. Três deles, emigrantes japoneses, proprietários de grandes plantações em Uraí e Assaí, chegaram ao extremo e se mataram, aumentando ainda mais o efeito trágico do fenômeno. [...] Londrina, 31 de julho de 1955. Exatamente à zero hora, os termômetros baixaram a zero grau. Às duas horas e 10 minutos eles já estavam a dois graus abaixo de zero. Enquanto se formavam grossas crostas de gelo nos automóveis estacionados ao relento, a geada “comia” os cafezais. Os danos foram calculados em 90 por cento na chamada “boca do sertão” e 70 por cento no geral. [...] Em 1969, uma geada, considerada pelos técnicos como “maior que a de 55”, assolou a região Norte do Estado. O prejuízo foi calculado em 600 bilhões de cruzeiros, e atingiu 90 por cento dos cafeeiros, provocando uma quebra de 70 por cento para a safra do ano seguinte (FOLHA DE LONDRINA, 19 jul. 1975, p.8).

Os arquivos mostram a repercussão da geada de 1953, 1955 e 1969, enfatizando principalmente a quebra na produção no ano seguinte da ocorrência do evento climático. Em 1953, a economia da região norte do Paraná dependia, fundamentalmente, da cafeicultura, desse modo, as consequências foram maiores.

O registro evidencia que três grandes proprietários, produtores de café, tiraram a própria vida ao perder sua produção. A geada de 1955 também teria provocado danos à produção, porém, a de 1969 foi considerada de maior intensidade, uma vez que atingiu 90% dos pés de café.

Percebemos que, ao longo dos anos, os eventos climáticos foram responsabilizados por quebras na produção e, até mesmo, mortes. As geadas se transformaram em desastres na medida em que atingiram financeiramente os proprietários de terras que estavam diretamente ligados ao cultivo do café.

Mesmo que a cafeicultura não fosse mais a principal atividade agrícola da cidade, seus moradores ainda estavam ligados à ideia da 'capital do café'. Ainda no dia 19 de julho, a edição trouxe relatos de alguns moradores de Londrina:

Um velho morador de Londrina afirmava há bem pouco tempo que “a cidade ainda vive e respira o café”. Ontem, quando todos tomaram conhecimento da extensão dos prejuízos causados pela geada à principal cultura da nossa região, a afirmação parecia se confirmar. O assunto – geada/café – dominava todos os bate-papos. Nas rodinhas de amigos que se formavam para tomar sol, nas portas dos prédios e das lojas, nos elevadores, não se falava em outra coisa. E muitos, como um velho senhor, não se contentavam somente com palavras e traziam aos bolsos cheios de folhas negras, que a menos de dois dias podiam ser encontradas verdinhas em qualquer dos milhões de cafeeiros do norte do Estado (FOLHA DE LONDRINA, 19 jul. 1975, p.3).

O assunto nas ruas, no dia após a ocorrência da geada, segundo a reportagem, era sobre os prejuízos trazidos para a cafeicultura. No edifício Sul América, no qual estavam instaladas firmas do ramo cafeeiro, um dos trabalhadores comentou que “quem for corretor vai ter que mudar de ramo, senão vai passar fome” (FOLHA DE LONDRINA, 19 jul. 1975, p.3). Todavia, o evento climático não afetou somente a cafeicultura, como parece ser a impressão dada pela cobertura do jornal. Aqui e ali, aparecem menções sobre os efeitos em outras atividades agrícolas. As pastagens, por exemplo, foram queimadas com a geada e alguns bezerros, em Paranavaí, morreram de frio:

As fortes geadas que se formaram ontem na região de Paranavaí, além de afetar seriamente a agricultura, trouxeram graves prejuízos à pecuária, com a destruição de pastagens e a morte de bezerros recém-nascidos. [...] Os danos causados às pastagens foram totais e os bezerros nascidos nos últimos dois dias morreram. Além disso os

animais afetados por doenças diversas estão morrendo, pois normalmente enfraquecem com as enfermidades(FOLHA DE LONDRINA, 19 jul. 1975, p.5).

Nessa edição de 19 de julho de 1975, é apresentada uma página inteira mostrando os retratos do frio:

Figura 6 - Os retratos do frio



Fonte: Folha de Londrina (1975)

As imagens destacam as plantações de café, além da geadas sobre a plantação de trigo. O governador também é evidenciado nas fotos, pois no dia da geadas ele havia sobrevoado as plantações para tomar ciência do alcance dos prejuízos. No final da página, uma propaganda de uma empresa de tratores.

Apesar de o jornal publicar algumas reportagens, no dia 19 de julho, afirmando que a cafeicultura não iria acabar, o que predomina nesse primeiro dia pós-geada é a ideia do 'velório da cafeicultura', direcionando as atenções e

preocupações quase que exclusivamente para as consequências ligadas, diretamente, à cafeicultura. Compreendemos que apesar de a cultura cafeeira ter deixado de ser a principal atividade econômica, durante anos, o seu cultivo foi sinônimo de prosperidade e emprego rural, dessa forma, uma geada sempre iria despertar o sinal de alerta na agricultura.

2.2.2 Políticas Públicas e o Desemprego Rural

Após o dia 19 de julho, o Jornal Folha de Londrina passou a publicar reportagens sobre os auxílios que poderiam vir do governo, para o amparo à cafeicultura, e a discutir os possíveis problemas sociais decorrentes da geada, como o desemprego dos trabalhadores empregados na atividade.

A reportagem de capa do dia 20 de julho traz a manchete: “Ministro promete assistência do Governo” (FOLHA DE LONDRINA, 20 jul. 1975, p.1), buscando transmitir as primeiras providências que o governo estaria tomando em relação à cafeicultura e aos prejuízos causados. O ministro da Indústria e do Comércio do período, Severo Gomes, havia declarado que as conversas entre o governo e os produtores de café já estavam ocorrendo e que a intenção era auxiliar os cafeicultores na reconstrução da lavoura. Apesar de a reportagem demonstrar a preocupação do ministro com a situação em que alguns agricultores se encontravam, não informa sobre nenhum tipo de auxílio imediato.

Na mesma reportagem, o governador Jaime Canet expressa preocupação com o possível desemprego decorrente da geada sobre a lavoura. Para o governador Jaime Canet, 1 milhão de pessoas, no Paraná, tinham seu destino ligado à cafeicultura, sendo assim, esses trabalhadores poderiam perder o emprego com os possíveis danos que a geada teria causado na cultura cafeeira (FOLHA DE LONDRINA, 20 jul. 1975, p.1).

No interior do jornal do dia 20, outra reportagem continua demonstrando a preocupação de Jaime Canet em relação ao trabalhador rural: “O desemprego vai depender dos cafeicultores do Paraná, que se resolverem não mais plantar café por considerá-lo improdutivo, causarão uma grande onda de desemprego” (FOLHA DE LONDRINA, 20 jul. 1975, p.3). Percebemos que a narrativa de culpabilidade, que em um primeiro momento foi direcionada à geada, agora passa a ser dos cafeicultores, os quais poderiam ser responsabilizados pelo desemprego de muitos trabalhadores.

Ainda no dia 20 de julho, algumas reportagens trazem um tom diverso da ideia de 'velório', apontando um clima de recuperação da cafeicultura. Com o título "Café, mulher e cachaça não vão faltar na praça" (FOLHA DE LONDRINA, 20 jul. 1975, p.4), um dos textos faz referência às conversas que os repórteres do jornal escutaram ao caminhar pelo saguão do aeroporto, enquanto esperavam o ministro Severo Gomes chegar a Londrina. Segundo a reportagem, essa expressão se tratava de um velho clichê que os cafeicultores repetiam para acalmar os ânimos e foi usada, também, quando ocorreu a geada em 1963.

Na mesma edição do dia 20 de julho, outra matéria informa que a diretoria da Sociedade Rural Brasileira, por meio do presidente da entidade paulista, Sálvio de Almeida Prado, que também visitou Londrina para apurar os danos na cafeicultura, teria sugerido, diretamente do presidente Ernesto Geisel, que os vencimentos dos financiamentos agrícolas fossem suspensos.

Recebi há pouco – informa Sálvio – a notícia de que o presidente da República respondeu nosso telegrama, reafirmando que o governo federal está acompanhando de perto o desenvolvimento da situação, e que tomará todas as medidas necessárias (FOLHA DE LONDRINA, 20 jul. 21975, p.5).

Jaime Canet aparece novamente em outra reportagem, na qual retoma a questão do desemprego, mas dessa vez afirma sua crença de que apenas uma minoria dos cafeicultores iria erradicar o café. Nessa reportagem aparece, também, o interesse pessoal do próprio governador: Canet afirma que sobrevoou suas duas fazendas e os cafezais haviam sido todos queimados (FOLHA DE LONDRINA, 20 jul. 1975, p.6), sendo, talvez, essa a origem de sua preocupação com o desemprego.

Em uma reportagem, ainda do dia 20 de julho, o repórter Oswaldo Militão fez a cobertura da reunião de diversas autoridades que vieram para Londrina discutir os desdobramentos que envolviam, principalmente, a cafeicultura. Entre as autoridades estava o Ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes; o presidente do Instituto Brasileiro do Café, Camilo Calazans; o governador Jaime Canet e o vice-governador Otávio Cesário; o prefeito de Londrina, José Richa; o presidente da Sociedade Rural do Paraná, Neco Garcia Cid; o presidente do Centro do Comércio do Café do Norte do Paraná, João Moreira; o presidente da Associação Paranaense de Cafeicultores, entre outros envolvidos com a cafeicultura. As autoridades, segundo a reportagem,

deram uma coletiva à imprensa e se dirigiram a um local para ouvir os cafeicultores. Neco Garcia Cid, presidente da Sociedade Rural do Paraná, falou em nome de todos: “Disse ele ao ministro que os cafeicultores paranaenses nada reivindicavam. Que depositavam nele e no governo federal total confiança, na certeza de que ele saberá encontrar a melhor maneira de amparar a cafeicultura do Paraná” (FOLHA DE LONDRINA, 20 jul. 1975, p.3). A reportagem também enfatiza que todos elogiaram o interesse do governador Jaime Canet, que já estava há três dias em Londrina, conversando com os agricultores.

A reportagem traz comentários do prefeito, José Richa, afirmando que a geada afetaria a arrecadação do município e que os prefeitos do Paraná iriam encontrar dificuldades, além da arrecadação: “o problema social do desemprego será fatal” (FOLHA DE LONDRINA, 20 jul. 1975, p.3). Não podemos deixar de considerar que a cafeicultura gerava muitos empregos para o Paraná, mas o problema social não se resumia apenas ao desemprego advindo da cafeicultura. Além do mais, quando o prefeito utiliza o termo “fatal”, pressupõe-se que a situação não tem solução e que nada poderia ter sido feito para evitar.

Apesar de o foco dessas primeiras reportagens se concentrar na questão dos auxílios governamentais e nas consequências da geada, o jornal traz algumas reportagens apontando outras perspectivas, como a substituição da cafeicultura. Essa perspectiva aparece claramente em uma reportagem intitulada “Substituição do café pode ser acelerada”:

O café perdeu, ao longo dos anos, sua força econômica e, em consequência, a área cultivada foi sendo gradativamente reduzida” – lembrou ontem um técnico em economia, do Banco do Brasil em Londrina. Para ele, a geada irá acelerar a substituição destas culturas e trazer ainda maior deslocamento de mão-de-obra para as cidades, através da intensificação da pecuária e das lavouras de soja e trigo. [...] A geada serviu também para mostrar os equívocos de laudos técnicos sobre as áreas próprias para a cafeicultura, mas na verdade sujeitas a geadas violentas. A resistência econômica hoje, segundo se constatou na região, é bem maior do que nas geadas de 1957 e 1960, pois a produção regional estava muito mais concentrada na cafeicultura. “Em compensação, a capacidade de pressão do cafeicultor era proporcionalmente maior e a geada só tem, evidentemente, solução política” acentuou aquele técnico (FOLHA DE LONDRINA, 20 jul. 1975).

A opinião do técnico demonstra o contexto do período em relação à cafeicultura, no qual o cultivo já havia perdido força e vinha sendo substituído por

outras culturas. A geada, para ele, não iria afetar, economicamente, a região com tanta intensidade como em anos anteriores, nos quais a monocultura cafeeira predominava na região. O técnico enfatiza os erros dos laudos técnicos em relação às terras próprias para o cultivo cafeeiro, porém, compreendemos que, mesmo com os laudos, a ação humana ao longo do tempo histórico desconsiderou o meio natural e ampliou os efeitos do evento climático, ao expandir a cafeicultura em locais que as geadas ocorrem com frequência.

O técnico enfatiza que a geada teria somente solução política. No período analisado, a política adotada se concentrava nos incentivos para a modernização da lavoura cafeeira e na diversificação agrícola. Provavelmente, estava fazendo referência ao aumento do financiamento para o agricultor substituir a lavoura cafeeira por outras culturas mais resistentes ao frio.

Outra reportagem na mesma página traz a perspectiva de um fazendeiro que perdeu 160 mil pés de café, mas que não estava abalado com a situação e iria continuar plantando café no próximo ano. Para ele, “o café para prestar precisa morrer [...] sempre foi assim. Agora há uma melhoria no preço” (FOLHA DE LONDRINA, 20 jul. 1975). Compreendemos que situações como essa eram muito comuns na ocorrência das geadas anteriores, em que a quebra da produção e os baixos estoques do produto faziam com que o preço aumentasse.

Na edição do dia 23 de julho, o jornal traz como manchete de primeira página os seguintes dizeres: “Geisel discute hoje as soluções mais urgentes para lavouras geadas” (FOLHA DE LONDRINA, 23 jul. 1975, p.1). O texto informava que os levantamentos sobre a situação, principalmente do café na região Sul, seriam levados para o presidente Geisel discutir com seus ministros sobre as soluções mais urgentes de auxílio. O autor da reportagem afirma sobre a possibilidade de as soluções mais urgentes serem destinadas aos pequenos produtores que perderam tudo.

No interior do jornal, outra reportagem informa sobre as medidas que seriam tomadas pelo governo, trazendo diversas falas do ministro da Agricultura, que sobrevoou a região Oeste do Paraná para medir os danos causados pela geada na cafeicultura e também para a cultura do trigo. Segundo o ministro, “o presidente Geisel é um homem muito sensível e nos recomendou que tomássemos as medidas necessárias para amenizar essa situação” (FOLHA DE LONDRINA, 23 jul. 1975, p.4), além disso, ele aponta que os primeiros auxílios viriam com a liberação de

crédito por meio do Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agrícola) e da prorrogação dos prazos para o pagamento das dívidas das áreas que o Proagro não cobria, como as áreas cafeeiras. A reportagem destaca as autoridades que estariam empenhadas em amparar os prejudicados com a geada, como o governador Jaime Canet, os ministros e o presidente Geisel.

Na página seguinte, o jornal traz mais informações sobre as políticas públicas de amparo à cafeicultura. Uma das medidas era que o IBC (Instituto Brasileiro do Café) teria suspenso as vendas dos estoques de café durante um ano, para que os produtores fossem os únicos responsáveis pela exportação e venda do produto. Sendo assim, os grandes produtores, que tinham estoques de café armazenados, poderiam ter mais chances de vender e obter lucros, pois os preços de venda aumentavam com a diminuição da disponibilidade do produto (FOLHA DE LONDRINA, 23 jul. 1975, p.5). O jornal também traz informações de que o ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, tinha negado a possibilidade de desemprego em massa, afirmando que não tinha conhecimento de dados oficiais sobre o assunto e que a denúncia feita pelo governador Jaime Canet dias antes, de que cerca de um milhão de pessoas perderiam o emprego na região Sul em decorrência da geada, não era oficial (FOLHA DE LONDRINA, 23 jul. 1975, p.6).

No dia 24 de julho, a reportagem de capa e algumas no interior do Jornal trazem notícias sobre a cafeicultura, enfatizando os auxílios vindos do Governo Federal e determinados pelo presidente Geisel. Um dos destaques era sobre a alteração do preço do café, que já havia aumentado 60% (FOLHA DE LONDRINA, 24 jul. 1975, p. 1). Nas outras páginas da mesma edição, encontramos reportagens mais detalhadas sobre as medidas adotadas pelo governo. As informações publicadas dão conta que a intenção das medidas seria de preservar o parque cafeeiro nacional, recuperando o cafezal atingido e auxiliando o replantio; em relação às outras culturas, preservando a renda dos produtores; impulsionando o setor agropecuário; realizando a preservação dos empregos nos municípios atingidos e garantindo o abastecimento dos produtos agropecuários no país (FOLHA DE LONDRINA, 24 jul. 1975, p. 1). O acionamento do Proagro também estava entre as medidas, como já havia sido mencionado em edições anteriores. Como esse seguro não cobria a cafeicultura, o estímulo para a cultura cafeeira seria realizado por meio do plano de renovação e revigoração da cafeicultura, que seria amplamente apoiado pelo governo para manter os níveis de emprego e produção.

A reportagem 'Cafeicultor pede a volta do colonato'(FOLHA DE LONDRINA, 25 jul. 1975, p.15), publicada no dia 25 de julho, traz em evidência questões ligadas aos proprietários de terras e aos trabalhadores rurais. Como analisamos no primeiro capítulo, o colonato foi sendo substituído por outras relações de trabalho a partir da implantação do Estatuto do Trabalhador, que regulamentava direitos e deveres para o trabalhador rural. A reportagem mostra a perspectiva de um agricultor, residente em Ourinhos – SP, que possuía uma propriedade cafeicultora. O proprietário, Mario Cintra Leite, enfatiza que a propriedade já passou por diversas geadas, mas que nenhuma foi tão severa quanto a última, entretanto, não deixará de plantar café nas terras. O agricultor, além do café, também planta soja, que segundo ele terá uma superprodução no próximo ano. Para ele, o Estatuto do Trabalhador Rural não corresponde à realidade do campo, e o problema do êxodo rural não deve ser atribuído pela dispensa dos trabalhadores das fazendas:

O que acontece – explica – é que a legislação trabalhista rural, pessimamente orientada por legisladores incapazes e desconhecedores dos problemas dos campos, pretendeu estender os direitos dos trabalhadores das fábricas aos das fazendas; e a nossa justiça passou a considerar cada membro de uma família como um trabalhador rural. Precisamos de um regime de colonato atualizado – prosseguiu – de maneira a que os homens voltem aos campos, pois as atividades agrícolas dependem desses braços para a formação de famílias rurais conscientes do papel a desempenhar na vida respeitando o trabalho como necessidade humana e dever social” [...] “os bóias-frias já vão se habituando nesse regime de liberdade, prejudicial a si mesmo, porque não aceitando a disciplina e a necessidade do trabalho, preferem ganhar umas quireras de tempos em tempos e viver em favelas nas cidades do que nas fazendas, com estabilidade e fartura para si e suas famílias” (FOLHA DE LONDRINA, 25 jul. 1975, p.15).

O proprietário de terras considera que o Estatuto do Trabalhador Rural não foi pensado de acordo com a realidade do campo, mas foi feito por legisladores com intenções de igualar as fábricas às fazendas. Ele também pede a revisão do Estatuto para que o regime de colonato possa ser regulamentado nas fazendas e, assim, as famílias possam voltar para o campo e trabalhar nas lavouras. Além disso, considera que a situação de boia-fria prejudica os trabalhadores, uma vez que, segundo ele, os acostuma a trabalhar sem disciplina e estabilidade.

As reportagens do dia 26 de julho trazem informações sobre as medidas que seriam efetuadas para o amparo às lavouras:

Na próxima terça-feira já será conhecida a porcentagem de cafés recuperáveis e não recuperáveis, de acordo com levantamento efetuado por técnicos do Serac na região norte do Estado. Também se saberá a quantidade de pés a serem replantados, ao mesmo tempo que será feita uma avaliação sobre a posição dos cafeicultores e quais os subsídios que suas sugestões e opiniões podem oferecer ao governo (FOLHA DE LONDRINA, 26 jul. 1975, p.4).

Nessa reportagem, o agrônomo Irineu Pozzobom afirma que no meio rural não haveria desânimo e que muitos agricultores teriam procurado o Serac (Serviço Regional de Assistência à Cafeicultura) para reservar sementes e formar canteiros para o plantio de mudas de café.

Na edição do dia 27 de julho foi publicada uma reportagem na edição da Folha Rural, na qual aparece uma declaração do Ministro da Agricultura, incentivando os agricultores a continuarem com a atividade:

O que não pode haver de forma alguma é o desespero, o desestímulo, o abandono. Não é a primeira vez que a agricultura sofre um desastre e nem vai ser a última. Devemos ser realistas. Nunca o governo teve tão boa disposição de ajudar, para recuperar e continuar, como agora. Estamos numa crise mundial de alimentos e o Governo está interessado primordialmente na vontade de lutar, estejam entusiasmados, desejando plantar mais e melhor (FOLHA DE LONDRINA, 27 jul. 1975, p.1).

A declaração do ministro busca defender o governo, mencionando a disposição em ajudar. Devemos lembrar que em 1975 o país estava sendo governado por uma ditadura militar, a qual tinha fortes interesses em uma modernização agrícola, buscando incentivar as lavouras mecanizadas. Em outra reportagem, o jornal traz notícias sobre as possibilidades de outras culturas, como o trigo e a soja, e a recuperação das lavouras geadas:

Mais uma vez o homem que trabalha a terra, milenarmente afeito aos desastres e dotado de uma poderosa capacidade de recuperação, apaga a tristeza da geada e movimenta-se para recomeçar tudo de novo. Os agricultores começam a chegar ao IBC, buscando informações de como proceder para recomeçar, ainda uma vez mais, no café. [...] Outros planejam, finalmente dividir a propriedade: trigo/soja, café, pecuária, visando um aproveitamento mais racional da terra (FOLHA DE LONDRINA, 26 jul. 1975, p.1).

As reportagens mostram duas tendências que caracterizam a narrativa: a substituição e o estímulo direcionados à cafeicultura. A substituição viria de um 'aproveitamento mais racional da terra', por meio da introdução de culturas mecanizadas, como o trigo e a soja, além da pecuária. Os estímulos, por sua vez, buscavam enfatizar a 'poderosa capacidade de recuperação' que os agricultores tinham para superar os desastres.

A questão do desemprego também foi uma discussão constante nas páginas do jornal, enfatizando a preocupação, principalmente, por parte das autoridades políticas em relação ao problema social resultante da geada. Além das opiniões do governador e do Ministro do trabalho, apontadas anteriormente, o secretário da Saúde e Bem Estar Social de Londrina se encontrou, no dia 23 de julho, com o governador Jaime Canet, com a finalidade de elaborar planos pra conter o desemprego e a migração de populações para outros Estados. Entre as preocupações do secretário, estava uma preocupação iminente em relação à infraestrutura das cidades, que, segundo ele, não tinham estrutura para receber os trabalhadores do campo (FOLHA DE LONDRINA, 24 jul. 1975, p.5)

O Estatuto do Trabalhador entra em evidência no jornal do dia 29 de julho, como reportagem em destaque na primeira página, com o título: "Ministro mostra preocupação e empresários pedem-lhe extinção do Estatuto e volta do colonato" (FOLHA DE LONDRINA, 29 jul. 1975, p.1). A reportagem é sobre a visita do ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, à Londrina:

O Ministro revelou-se cauteloso, esquivando-se a fazer pronunciamento, e somente em Londrina, quando pressionado pela imprensa falou: "O interesse do Ministério do Trabalho reflete a preocupação do governo para com os problemas criados pelas geadas que atingiram a lavoura do Paraná. A minha Pasta tudo fará para minimizar ao máximo os problemas com os trabalhadores". [...] Em Maringá, foi solicitada ao ministro a extinção do Estatuto do Trabalhador Rural, que já existe há dez anos e, pelo menos no Paraná, ainda não proporcionou resultados positivos: pelo contrário, foi responsável pelo êxodo rural, uma vez que a classe patronal preferiu despedir seus colonos do que adotar o sistema da legislação trabalhista no meio agrícola. A volta ao colonato, solicitada em Londrina pelo Sr. Olavo Godoy, é uma tese já defendida por muita gente (FOLHA DE LONDRINA, 29 jul. 1975, p.1).

O desemprego rural é atribuído diretamente à geada e ao Estatuto do Trabalhador Rural, que, segundo o repórter, teria sido o responsável pelo êxodo

rural, uma vez que os proprietários de terras teriam demitidos os colonos para não encaixarem os trabalhadores na legislação.

Figura 7 - Ministro mostra preocupação e empresários pedem-lhe a extinção do Estatuto e volta do colonato



Fonte: Folha de Londrina (29 jul. 1975)

No interior do jornal, na reportagem ‘Ministro do Trabalho deseja minimizar ao máximo os efeitos sociais da geadá’(FOLHA DE LONDRINA, 29 jul. 1975, p.3), há alguns detalhes sobre o encontro do ministro do trabalho, Arnaldo Prieto, que teria se reunido em Londrina, no IBC, para ouvir os presidentes dos sindicatos rurais e associações agropecuárias. O ministro, segundo a reportagem, não teria anunciado medidas governamentais em relação aos trabalhadores rurais, mas buscou ouvir as reivindicações, principalmente, dos representantes da classe trabalhadora.

O que ficou claro, porém, na exposição desenvolvida pelos representantes da lavoura, é a importância da ação do Governo no sentido de ser eliminadas todas as dificuldades em torno do trabalho

rural, como consequência das geadas. Todos os que dialogaram com o ministro do Trabalho foram unânimes em acentuar que o café deve receber considerável estímulo, visando a sua recuperação e com isso a preservação da economia nacional, baseada na exportação cafeeira. “Mediante a ajuda governamental – assinalaram – haverá muita absorção de mão-de-obra necessária à reconstituição dos cafezais, além da ocupação gerada pelas culturas intervalares, evitando problemas que de outra forma ocorreriam, atingindo as classes trabalhadoras do campo” (FOLHA DE LONDRINA, 29 jul. 1975, p.3).

Os representantes das lavouras que estavam no encontro com o ministro do Trabalho enfatizam que o governo poderia eliminar as dificuldades que as geadas teriam gerado ao trabalho rural. Os estímulos para a recuperação da lavoura cafeeira iriam gerar, no campo, mão-de-obra necessária para conter os problemas que teriam atingido as classes trabalhadoras.

Na mesma edição do dia 29, o tema sobre a volta do colonato é retomado na reportagem intitulada ‘Sindicato pede mudanças no Estatuto do Trabalhador’(FOLHA DE LONDRINA, 29 jul. 1975, p.4). O repórter aponta que as principais reivindicações feitas ao ministro do Trabalho foram as correções de imperfeições do Estatuto do Trabalhador Rural e a possibilidade de volta ao regime de colonato. O presidente do Sindicato Rural de Londrina, Olavo Godoy, teria argumentado com o ministro que o Estatuto seria uma barreira para a reconstrução das lavouras atingidas pelas geadas, uma vez que os proprietários não teriam como manter as famílias no campo. Olavo Godoy, segundo o repórter, afirmou que muitos cafeicultores teriam arrancado o cafezal de suas propriedades motivados por questões trabalhistas.

No dia 30 de julho, uma matéria destaca uma comunicação de Ernesto Geisel, segundo a qual “O governo brasileiro não pode abrir mão da cafeicultura paranaense e deverá colaborar de forma intensa para a recuperação das lavouras atingidas pelas geadas” (FOLHA DE LONDRINA, 31 jul. 1975, p.3). Porém, na mesma reportagem, o governador Jaime Canet reafirma sua preocupação com a mão-de-obra que seria liberada do campo em decorrência da geada, apesar de acreditar que muitos não iriam abandonar o cultivo de café. Entretanto, a preocupação existia, mesmo para o presidente Geisel, que, por sua vez, afirmou para o governador do Paraná que iria adiantar o início das obras federais no Estado para absorver a mão-de-obra advinda do campo (FOLHA DE LONDRINA, 31 jul. 1975, p.3).

No início de agosto, uma das reportagens publicadas apresenta a mesma conjuntura em relação aos problemas sociais que emergiram na década de 1960: os proprietários das fazendas encontraram no evento climático uma desculpa para demitir trabalhadores e culpavam, além da geada, o Estatuto do Trabalhador Rural como responsável pela dispensa.

A federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná, que ontem reuniu 170 presidentes e representantes de sindicatos rurais em sua sede, condena a pretensão de “muitos empregadores da área rural que, aproveitando-se da situação de crise que a agricultura atravessa, atribuem ao Estatuto do Trabalhador Rural a culpa pela existência e atual situação dos bóias-frias” [...] “na verdade, proprietários, prefeitos e fazendeiros exploram os “bóias-frias” para fugirem às obrigações sociais e só faltam dizer que o Estatuto é culpado pelas geadas” [...] Lazaro Dumont afirmou que alerta as autoridades contra aqueles que pretendem a volta do antigo regime de colonato, “onde o fazendeiros leva famílias de colonos para cultivar um pedaço de terra dentro de sua propriedade, sem lhes oferecer um ordenado ou qualquer outra garantia.” E acrescentou: “Isto é um resquício da era do coronelismo” (FOLHA DE LONDRINA, 1 ago. 1975, p.5).

Podemos compreender que o desencadear do evento climático teria sido um pretexto para que grandes cafeicultores pedissem a volta do colonato. A reunião, referenciada no trecho da reportagem acima, ocorreu em Curitiba, reunindo 170 representantes dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Os representantes discordavam das declarações dos proprietários que responsabilizavam o Estatuto do Trabalhador Rural pelo crescente desemprego no campo. Para eles, o Estatuto não era o responsável pela condição de boia-fria destinada aos trabalhadores, ao contrário, os responsáveis seriam os próprios proprietários que exploravam o trabalhador boia-fria. Os representantes dos sindicatos ainda afirmam que o antigo regime de colonato era uma forma de o proprietário utilizar a mão-de-obra familiar sem oferecer nenhum benefício.

Uma reportagem no dia 6 de agosto chama a atenção: “Canet pediu usina de açúcar à Geisel” e informa que o governador reivindicava ao presidente a implantação de mais duas usinas de açúcar no Paraná. Essas usinas, segundo a reportagem, seriam estabelecidas nas cidades próximas a Londrina e iriam solucionar diversos problemas, como a erosão do solo, uma vez que a plantação de cana poderia conter essa erosão, além disso, geraria muitos empregos:

Não é esta a primeira vez que o Paraná reivindica a ampliação do número de usinas de açúcar. Durante o governo Ney Braga, quando mais se falava na erradicação cafeeira, a cultura da cana de açúcar se apresentava como uma solução para a colocação dos trabalhadores que seriam dispensados pelas lavouras de café (FOLHA DE LONDRINA, 6 ago. 1975, p. 4).

Apesar do anseio da possibilidade de a usina poder suprir a demanda dos trabalhadores, elas seriam implantadas no Noroeste do Estado⁷, sendo assim, “a solução dos problemas” não viria para a região de Londrina, cujo principal problema social, resultado do programa de racionalização, foi a falta de estrutura nas cidades, que refletiu na carência das moradias e de empregos para os imigrantes do campo.

Ainda na edição do dia 06 de agosto, continua a ênfase sobre o tema do desemprego rural. Antônio Belinati, então deputado federal, afirmava que mais de 500 mil pessoas no Paraná iriam perder os seus empregos se o governo continuasse atrasando as medidas concretas de auxílio ao cafeicultor por meio do estímulo para o replantio do café. Afirmava, também, que o café não tinha sido a única cultura agrícola atingida, visto que o trigo, os pastos, as parreiras, as hortaliças, as plantações de mamões e bananais também tinham sido prejudicados pela geada (FOLHA DE LONDRINA, 6 ago. 1975, p. 5).

No dia 7 de Agosto o jornal publicou uma página inteira sobre a aprovação do Plano de Emergência para a Recuperação de Cafés Geados. Segundo o jornal, as medidas iriam abranger desde os cafeicultores que perderam tudo até aqueles que tinham café para rebrotar; incentivavam o plantio de culturas intercalares, a aquisição de fertilizantes, corretivos e defensivos e equipamentos agrícolas, além de um financiamento para as novas mudas de café (FOLHA DE LONDRINA, 7 ago. 1975, p. 6). Ao longo dos próximos dias, as reportagens se direcionaram, exclusivamente, à discussão dessas medidas anunciadas pelo governo e ao acompanhamento da busca por parte dos agricultores pelo financiamento nos bancos.

O jornal, que logo após a geada trouxe um clima de pessimismo, a partir da metade do mês de agosto, começa a publicar reportagens incentivando os agricultores a continuarem com o café. O próprio governador Jaime Canet teria declarado na TV, segundo reportagem do dia 15 de Agosto, que, “para corrigir o

⁷ As usinas, segundo a reportagem “Canet pediu usina de açúcar a Geisel”, seriam instaladas em Paranaíba e Nova Londrina.

quadro adverso da economia do Estado após a geada, a primeira e mais importante providência é defender a cafeicultura” (FOLHA DE LONDRINA, 15 ago. 1975, p. 1). Além disso, o jornal trouxe notícias de plantações que ainda tinham cafés verdes:

Em alguns municípios salvaram-se cafezais, em proporções mínimas. Alguns foram favorecidos pela topografia do terreno, como em Ribeirão Claro, outros pela ação direta do homem, caso de São Sebastião da Amoreira, onde cafeeiros com um ano de idade foram cobertos com terra, sobrevivendo ao flagelo da geada (FOLHA DE LONDRINA, 15 ago. 1975, p. 10).

Percebemos que, diferentemente das notícias publicadas pelo jornal nos primeiros dias após a geada, enfatizando que ‘não sobrou um único pé de café’, a reportagem do dia 15 de agosto traz a possibilidade de algumas lavouras não terem sido atingidas.

A oscilação da narrativa ao longo do mês de agosto pode ser percebida por meio da reportagem da primeira página no dia 29, na qual se faz uma ‘denúncia’ do atraso da liberação dos financiamentos para a cafeicultura. Um dia após o jornal enfatizar que a cafeicultura ainda tinha espaço na agricultura do Estado, a reportagem traz um exemplo dos prejuízos sociais em uma fazenda de café: “Cerca de 80 das 130 famílias que trabalham na fazenda São Miguel, no município de Londrina, poderão ficar sem serviço, porque o proprietário vai reduzir consideravelmente a área destinada ao café e que dá mão-de-obra para os trabalhadores” (FOLHA DE LONDRINA, 29 ago. 1975, p. 3). O proprietário da fazenda cafeeira de médio porte (cerca de 100 hectares) aponta que o Governo Federal, por meio do IBC, restringiu a liberação do financiamento para 100 mil pés, número inferior aos 600 mil pés que o agricultor tinha a intenção de cultivar.

O baixo financiamento oferecido pelo Governo Federal para o replantio de café reflete a política de diversificação agrícola que vinha desde o ano de 1960, período do Programa de Racionalização da Cafeicultura, o qual contava com restrições no plantio de novos cafezais em substituição aos antigos. O Programa, por meio da liberação de acréscimos nos financiamentos pelo Banco do Brasil para realizar a mudança da cafeicultura por lavouras temporárias, estimulou a expansão das culturas como soja, milho e trigo.

A primeira notícia da efetivação dos financiamentos para a renovação dos cafezais é publicada no dia 4 de setembro, enfatizando que as agências do Banco

do Brasil já estariam autorizadas a iniciar os financiamentos para a renovação e revigoração dos cafezais. Segundo a reportagem, o financiamento também poderia ser utilizado para melhorar a infraestrutura nas propriedades cafeeiras (FOLHA DE LONDRINA, 4 set. 1975, p. 1). No dia seguinte, porém, uma reportagem mostra que o ritmo da substituição da cafeicultura após a geada seria maior do que já vinha ocorrendo, pois desde o início da década de 1970 os cultivos da soja, trigo e pastagens estavam em maior evidência.

No dia 18 de setembro, outro problema muito comum para os pequenos proprietários é destacado. A retenção dos estoques de café não seria possível para os cafeicultores de pequeno porte, pois, com a baixa produção, não haveria possibilidade de vender apenas uma parte e reter a outra para o próximo ano, em que os preços estariam valorizados. Para Wilson Baggio, presidente do Sindicato Rural de Cornélio Procópio, somente 50 por cento dos cafeicultores poderiam adotar a política de retenção. “Caso contrário, como os cafeicultores menores vão saldar as dívidas desse ano que tiveram prorrogação?” (FOLHA DE LONDRINA, 18 set. 1975, p. 2). Dessa forma, os pequenos proprietários seriam obrigados a vender sua produção a preços pouco compensadores para liquidar as dívidas, ao contrário dos cafeicultores que tinham condições de guardar estoques de café, sendo beneficiados pelo preço no ano seguinte.

2.2.3 Reinvenção, Rumo aos Lugares de Memória

O Jornal Folha de Londrina, apesar de nos meses de julho e agosto concentrar os temas das reportagens nos prejuízos econômicos e sociais das lavouras cafeeiras, bem como nas políticas públicas que viriam do Estado, também publicou algumas reportagens que sugeriram a reinvenção da cafeicultura, ou seja, uma nova cafeicultura com bases modernas. Essas reportagens tomaram força em setembro, dois meses após a ocorrência da geada.

Nos dias 20, 24 e 27 de julho, a Folha de Londrina publicou uma imagem, com o fundo preto, com os dizeres “Vamos espantar os fantasmas”.

Figura 8 - Vamos espantar os fantasmas

**VAMOS
ESPANTAR
OS
FANTASMAS**

Ante-ontem o Paraná conheceu uma "geada negra", da qual as piores, conforme todos estão repetindo. E, de tanto falar em "geada negra" muitos começaram a falar em um futuro negro, como se fosse obrigatória a desgraça total após as geadas. Como se o Paraná não tivesse hoje uma agricultura diversificada, indústrias e rebanhos. Como se os próprios lavradores fossem homens afeiçoados à desistência, quando sempre foi o contrário.

A *Folha de Londrina* já sofreu, com o Paraná, todas as geadas desde 1947 — e nunca se abateu. Porque o Paraná nunca se abateu.

Sempre sabemos enfrentar as geadas, porque sempre recusamos o medo, a incerteza inútil, o desânimo e a desistência depois das geadas. Hora de incerteza é antes de geada, e não depois.

Se perdermos muito, não vamos perder até a confiança em nós mesmos e na terra. Principalmente, não vamos perder tempo com lamentações.

Se ante-ontem geou, é hora de olhar para amanhã. Vamos espantar os fantasmas da geada.

FOLHA DE LONDRINA
O JORNAL DO PARANÁ

Fonte: Folha de Londrina (20 jul. 1975)

A geada no texto é relacionada a um fantasma do passado que deve ser enfrentado e superado. O jornal se coloca como participante ativo das conjunturas que envolvem o evento climático, o qual teria enfrentado junto com o Paraná todas as geadas, desde 1947. Para o jornal, o Paraná tinha uma agricultura diversificada, indústrias e rebanhos, não tendo motivos para perder a confiança, e o momento era de seguir em frente.

No dia 3 de agosto a Folha de Londrina publicou, em seu caderno Rural, uma reportagem que incentivava a modernização da cafeicultura, que “mais uma vez deverá ser reconstruída pelos agricultores do Paraná, porque a moderna tecnologia tem comprovado que, mesmo com baixos preços, a lucratividade do café é insuperável” (FOLHA DE LONDRINA, 3 ago. 1975, p. 1). Essa reconstrução seria motivada pela modernização agrícola que vinha ocorrendo desde a década de 1960, com a utilização de adubos, fertilizantes químicos e máquinas. A reportagem ainda mostra que para amenizar os prejuízos os agricultores deveriam plantar lavouras intercalares, como soja, trigo e milho. Esse texto da primeira página da folha Rural é seguido por uma propaganda de uma empresa de sementes de soja e milho, além de adubos, fungicidas e herbicidas.

Figura 9 - É chegado o tempo de mudar



Fonte: Folha de Londrina (3 ago. 1975)

Ao longo da reportagem o texto mostra que a cafeicultura já estava em crise. Desse modo, a geada veio para apressar as mudanças, pois muitos cafezais eram muito antigos e pouco produtivos. A tendência seria a cafeicultura dar espaço para outras culturas, ou se modernizar por meio do replantio. O texto afirma que, apesar de a geada ter sido verdadeiramente um desastre, não destruiu o homem, nem o que ele construiu.

Na mesma edição, outra reportagem chama a atenção:

Sempre que problemas sérios afetam a agropecuária – geadas, secas, enchentes ou outros tipos de problemas – os primeiros a emergirem da crise são os aproveitadores. São eles que compram terras, máquinas, equipamentos e instalações por preços irrisórios. E

ficam ricos do dia para a noite, aproveitando-se da insegurança de alguns agricultores (FOLHA DE LONDRINA, 3 ago. 1975, p. 3).

Esses cenários em que os indivíduos se aproveitavam de situações de crises se mostrou efetivo não somente na geada de 1975, mas desde a década de 1960 muitos grandes proprietários de terras aproveitavam situações de crise para adquirir terras para incorporar à sua propriedade a preços muito abaixo do valor, pois os pequenos produtores não tinham capital para reter o produto até o preço subir, sendo assim, eram obrigados a vender sua produção de imediato e, muitas vezes, a vender até seus maquinários e sua propriedade para pagar dívidas.

As próximas páginas da Folha Rural detalham que o governo do estado tinha uma nova política agropecuária. Nessa nova política, Jaime Canet colocaria em prática programas de incentivo à técnica agropecuária, ao fortalecimento do cooperativismo, à política de mecanização e conservação do solo, ao uso de corretivos para o solo, à produção de sementes e mudas, e ao uso de fertilizantes e defensivos (FOLHA DE LONDRINA, 3 ago.1975, p. 5). Ou seja, o governo queria que os novos rumos da agropecuária do Paraná fossem baseados em técnicas modernas, aproveitando o momento de crise da cafeicultura para incentivar as mudanças das bases agrícolas.

A Folha Rural do dia 10 de agosto traz como título da sua primeira página: “Uma nova odisséia do café” (FOLHA DE LONDRINA, 10 ago. 1975, p.1), em que elenca os novos rumos da cafeicultura. A reportagem demonstra que poucos cafeicultores iriam abandonar a cultura após a geada, porém, muitos estariam procurando os órgãos de assistência técnica, o IBC, as cooperativas e os sindicatos, buscando informações de como continuar com suas lavouras, adotando um moderno sistema de plantio que diminuiria o espaço das plantações de café e liberaria terras para o plantio das lavouras como a soja, trigo e milho (FOLHA DE LONDRINA, 10 ago. 1975, p. 2). Em outra página, o jornal traz informações sobre os tipos de café e as novas técnicas de plantio para a cultura.

Figura 10 - Uma nova odisséia do café



Fonte: Folha de Londrina (10 ago. 1975)

Nessa edição, a Folha Rural traz uma reportagem otimista, noticiando que os pés de café estariam rebrotando e revelando, assim, que a maioria não tinha morrido por causa da geada. O texto continua com a narrativa de modernização no dia 17 de Agosto: “A disposição de renovar a cafeicultura do Paraná está movendo os produtores, estimulados pela programação governamental de apoio ao setor” (FOLHA DE LONDRINA, 17 ago. 1975, p. 1). Essa narrativa otimista contrasta com o clima do primeiro dia após a geada, de velório da cafeicultura, e agora, ao contrário do que tinha sido publicado anteriormente, o clima era de renovação e otimismo.

As reportagens durante o mês de Agosto, em sua maioria, buscaram acompanhar, em sua maioria, os auxílios que viriam do governo para a cafeicultura, cujo tema foi analisado no item anterior. O assunto sobre a renovação aparece novamente na última reportagem do mês de setembro, publicada na Folha Rural

com uma edição exclusiva, intitulada “A nova cafeicultura” (FOLHA DE LONDRINA, 28 set. 1975, p. 1), traçando os novos rumos da cultura.

Figura 11 - A nova cafeicultura



Fonte: Folha de Londrina (28 set. 1975)

Esse caderno especial da Folha Rural é repleto de propagandas de sementes, maquinários, adubos, herbicidas para a soja, máquinas cultivadoras de café, plantadoras de sementes, entre outros incrementos agrícolas. A reportagem se inicia com a cobertura de uma palestra do agrônomo Adolpho Chebabi em Londrina, convidado pela Cooperativa Agropecuária do Vale do Tibagi e pelo Núcleo de Londrina da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná. O principal tema de sua palestra foi a cafeicultura e as opções disponíveis ao cafeicultor na recuperação das lavouras geadas. O agrônomo aponta que:

Eu nunca vi [...] lavrador de café, que seja um bom lavrador, em condições satisfatórias de clima e solo que não chorasse e não ficasse rico no fim da existência. Todos choraram e todos acabam bem” [...] “ a terra é a melhor correção monetária que existe; a terra com café nunca dá prejuízo” [...] “O Paraná, com todas as geadas, tem enriquecido invariavelmente todos os que trabalharam com café, pelo menos os que trabalharam bem; todos ficaram ricos” (FOLHA DE LONDRINA, 28 set. 1975, p.2).

O agrônomo relaciona a cafeicultura como sendo sinônimo de riqueza, em que a terra com cultivo cafeeiro nunca daria prejuízo. Apesar das geadas, o lavrador sempre encontraria meios de enriquecer com o café, desde que trabalhasse bem.

Para Chebabi, o café em 1975 continua sendo valorizado no mercado internacional, e o fator que atrapalhava a produção de café no Brasil não era a disponibilidade de área para o cultivo, mas, sim, a falta de mão-de-obra. O palestrante aponta algumas possibilidades para renovar o plantio de café e sobre o uso de algumas técnicas no seu cultivo. A mensagem final é de otimismo, pois, segundo ele, apesar de alguns países e algumas regiões do Brasil possuírem condições favoráveis para o cultivo cafeeiro, o Paraná não poderia deixar de ser um dos principais produtores:

A tendência mundial é de aumento de consumo e, por isso, devemos replantar e fazer o que for possível para que o Paraná volte a produzir café. São muitos os motivos para isso: planta-se para ganhar dinheiro mas, sobretudo, porque o Brasil precisa do café paranaense para ser verdadeiramente uma nação poderosa, para criar uma infra-estrutura que assegure sua crescente industrialização, para ser uma nação desenvolvida (FOLHA DE LONDRINA, 28 set. 1975, p. 4).

Ao prosseguir com a palestra, Chebabi aponta que a solução principal para o cafeeiro no Paraná seria a renovação por meio do replantio, porém, o IBC não financia novos plantios. Segundo o palestrante, essa situação iria mudar a partir do momento em que os órgãos regulamentadores percebessem que Minas, Bahia e Espírito Santo não conseguiam suprir a demanda pelo produto (FOLHA DE LONDRINA, 28 set. 1975, p. 7).

As reportagens da Folha Rural do dia 28 de setembro mostram as possibilidades da continuação do cultivo cafeeiro por meio de novas técnicas para rebrotar os pés de café e maneiras de prevenir danos provenientes de eventos climáticos, evidenciadas pelo agrônomo Chebabi. Além do mais, enfatizam as

opções do agricultor após a geada, que, segundo o agrônomo, a mais lógica seria plantar o café juntamente com outra cultura: café e soja, ou café, soja e trigo, pois a mão-de-obra e os equipamentos são os mesmos, dessa forma, ter-se-ia uma diversificação na produção (FOLHA DE LONDRINA, 28 set. 1975, p.11). O agrônomo evidencia a realidade que já se mostrava desde a década de 1960: a diversificação da lavoura. Grande parte dos cafeicultores plantava, nas ruas do café, cultivos intercalares para sustentar a propriedade durante o ano inteiro, pois além de utilizar para a própria subsistência das fazendas, o excedente era vendido e possibilitava uma renda.

No final dessa edição da Folha Rural, são publicadas as recomendações da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e do Instituto Brasileiro do Café para a recuperação dos cafezais geados. As instruções abrangem desde a colheita do que restou dos cafezais atingidos até os tipos de poda e a receita dos pés de café.

As propagandas nessa edição também chamam a atenção, porque além dos anúncios de sementes de soja e maquinários, várias das empresas, diretamente relacionadas à cafeicultura, publicavam mensagens de incentivo:

Plante café. Deixe o café cortado rebrotar. Cuide bem do seu café. O governo e as empresas estão ao lado do cafeicultor. Principalmente a COTAM⁸.

O Paraná voltará produzir café.

Em maior quantidade, com qualidade melhor.

Porque todos os cafeicultores renovarão as suas lavouras, plantando novamente e recependo os cafeeiros mortos pela geada, para que rebrotem.

Plante café.

Você tem todo apoio das empresas e do Governo (FOLHA DE LONDRINA, 28 set. 1975, p. 8).

A terra fértil ainda dará muitos frutos.

A geada levou o café mas o cafeicultor e a terra fértil do Paraná reconstruirão tudo.

O Paraná é a terra do café.

O Paraná vai continuar liderando a produção nacional de café.

Para que o Brasil continue atendendo os seus compromissos internacionais e o mercado interno.

O progresso brasileiro precisa das divisas da exportação do café do Paraná (FOLHA DE LONDRINA, 28 set. 1975, p. 11).

O Paraná não pode ficar fora do segundo maior negócio do mundo.

⁸ Indústria e comércio de torrefação e moagem de café.

Petróleo e café, os dois maiores volumes de negócios do mundo.
Café, a grande riqueza agrícola do Brasil.
A maior riqueza agrícola do Paraná.
A cada ano, o volume de negócios realizados com café cresce assustadoramente.
O Paraná não pode ficar fora (FOLHA DE LONDRINA 28 set. 1975, p. 14).

Percebemos que o discurso sobre o Norte do Paraná, analisado por Tomazi (1997), emerge nessas propagandas por meio da valorização da fertilidade do solo, considerado fator essencial para a prosperidade da agricultura na região. O café volta a ser mencionado como principal produto da economia do Estado, pois, durante anos, com as políticas de erradicação e 'modernização' dos anos de 1960, o cultivo cafeeiro passou a ser visto como ultrapassado, sendo necessária a sua substituição gradual por outras culturas. No final de setembro, a valorização do café aparece claramente em diversos espaços do jornal.

A Folha de Londrina, que durante dias trouxe reportagens sobre o fim da cafeicultura e sobre os auxílios governamentais, após mais de dois meses da ocorrência da geada, começa, então, a modificar sua narrativa, passando a fazer reportagens de incentivo à lavoura cafeeira e traçando os novos rumos que a cafeicultura deveria tomar após a superação da geada. A velha cafeicultura ficou para trás, as novas técnicas e os novos produtos agrícolas seriam o futuro, evidenciado nas páginas do jornal. O cultivo do café passa a caminhar lado a lado com a modernização agrícola, em que as lavouras temporárias, como a soja, o milho e o trigo, seriam plantadas, paralelamente, com o café.

Podemos perceber que a narrativa construída pela Folha de Londrina se direcionou aos temas que envolviam, principalmente, os grandes cafeicultores da região. Apesar de em alguns momentos demonstrar certa preocupação com os pequenos produtores, sua narrativa pretendia levar o cafeicultor a compreender que após a geada o futuro da cafeicultura seria a modernização da lavoura.

A Folha de Londrina, em 1975, após a geada, baseou suas reportagens, no primeiro momento, em decretar o fim da cafeicultura na região. Posteriormente, acompanhou o dia-a-dia dos agricultores que tiveram sua lavoura atingida pelo evento climático, bem como as questões que envolviam, principalmente, a cafeicultura, como o fator social retratado pelo desemprego dos trabalhadores rurais. Em um último momento, buscou evidenciar a urgência de uma modernização das

lavouras da região norte do Paraná, impulsionando os agricultores a buscarem meios para a renovação da cafeicultura e até mesmo a implantação de outras culturas, como a soja e o trigo. Compreendemos dessa forma, que as reportagens de 1975 apresentaram oscilações na narrativa referente à geada de 1975 e não se apresentou de forma homogênea.

Sendo assim, a antiga cafeicultura, baseada nos moldes tradicionais, passou a ocupar os lugares de memória na história da região, cedendo espaço para a renovação agrícola, ou seja, a nova cafeicultura e, até mesmo, o novo perfil agrícola da região. No próximo capítulo analisaremos a narrativa sobre a geada após 1975, compreendendo quais os sentidos que os desdobramentos sobre o evento climático adquiriram ao longo dos anos.

3 DE EVENTO CLIMÁTICO A LUGAR DE MEMÓRIA

A ocorrência do evento climático no dia 18 de julho de 1975 desencadeou diversas questões ligadas ao social e à agricultura, principalmente em relação à região norte do Paraná. A narrativa construída pelo Jornal Folha de Londrina em 1975 se mostrou instável, pois, por um lado, decretou o fim da cafeicultura na região e, por outro, apontava que poucos iriam abandonar a cafeicultura, ressaltando as novas técnicas de plantio e do cultivo de café. Além disso, em alguns momentos elogiou o empenho do governo em socorrer os agricultores atingidos pela geada, porém, também criticou a demora na liberação dos auxílios e demonstrou, em vários aspectos, a insatisfação dos cafeicultores pedindo a volta do colonato e a anulação do Estatuto do Trabalhador Rural. No fim de setembro, indicou caminhos para a renovação da cafeicultura e a modernização da agricultura na região, incentivando o fim das técnicas tradicionais de cultivo e a implantação de lavouras mecanizadas.

Após anos da ocorrência da geada, a narrativa sobre o evento climático se consolidou e, de certa forma, adquiriu homogeneidade, ressaltando a culpabilidade do clima pelo fim da cafeicultura na região. Dessa forma, nesse capítulo iremos analisar as oscilações da narrativa a respeito da geada, após anos de sua ocorrência, por meio das reportagens “comemorativas” publicadas em 1985 (10 anos após a geada) e em 2015 (40 anos após a geada), e uma reportagem publicada em 2000, que, apesar de não se mostrar especificamente sobre a geada de 1975, compara a geada que ocorreu naquele ano (2000) com a de 25 anos atrás, relembando o fato histórico.

O desenvolvimento desse capítulo tem, primeiramente, como preocupação compreender a questão da memória e dos lugares de memória vinculados à cafeicultura. Posteriormente, buscamos a justificativa da escolha das reportagens posteriores à geada, bem como a análise de seu conteúdo, comparando-o com a narrativa da Folha de Londrina em 1975.

3.1 AS MEMÓRIAS E OS LUGARES DA MEMÓRIA

A narrativa construída pelo Jornal Folha de Londrina não se limitou somente à transmitir informações sobre o evento climático. O jornal se tornou um estimulador e agente efetivo na questão que envolve a memória sobre a geada de 1975.

Gilmar Arruda aponta que a memória não é somente um conjunto de lembranças que permaneceram sobre determinado acontecimento ou espaço, mas, sim, um processo de luta sobre o que deve ou será guardado (ARRUDA, 1997, p. 48). Da mesma forma, a memória sobre a geada de 1975 não se resume apenas às lembranças sobre o que determinados indivíduos guardaram sobre o evento climático, mas diz respeito ao processo e às influências que essa memória sofreu ao longo do tempo histórico.

Compreender o conceito de memória possibilita analisar as representações produzidas sobre um determinado espaço geográfico, ou até mesmo a memória de uma paisagem, ou seja, sua descrição e interpretação (ARRUDA, 1997, p. 49). O evento climático de 1975 teve um reflexo direto na questão da memória sobre a cultura cafeeira da região norte do Paraná, transformando, assim, a cultura cafeeira e suas bases tradicionais em um lugar de memória. Um fazer e um tempo que foi deixado para trás para que a modernização no campo pudesse assumir efetivamente o seu lugar na nova agricultura do Paraná.

Os lugares de memória não são apenas objetos concretos, geograficamente estabelecidos, mas podem assumir três sentidos: material, simbólico e funcional. Um depósito de arquivos só se torna um lugar de memória se tiver uma significação simbólica (NORA, 1993, p. 21). Dessa forma, os lugares de memória não se esgotam ou se limitam à sua materialidade, ou seja, a um espaço para guardar os registros sobre um determinado acontecimento, mas assumem certa relevância na medida em que possuem valor para um determinado grupo social.

Para Nora, vivemos um momento particular da história, no qual a consciência da ruptura com o passado se relaciona com o sentimento de uma memória esfacelada: “O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p.7).

Nora aponta o fim das sociedades-memória, que transmitiam e conservavam valores, que asseguravam a passagem do passado para o futuro e indicavam o que deveria ter sido guardado do passado para preparar o futuro. A percepção histórica se dilatou e a memória como herança foi substituída pela película momentânea da atualidade. Para o autor,

Aceleração [...] é toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representam o modelo e guardam consigo o segredo – e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança. [...] Esse arrancar da memória sob o impulso conquistador e erradicador da história tem como que um efeito de revelação: a ruptura de um elo de identidade muito antigo, no fim daquilo que vivíamos como uma evidência: a adequação da história e da memória. [...] Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história (NORA, 1993, p. 8).

Os grupos sociais transportam os próprios vestígios da memória para a história, uma vez que sentem a necessidade de transformar o que é vivido em evidência. A memória não é mais conduzida como herança, mas, sim, consagrada em lugares que guardam resíduos do que permaneceu para a sociedade amparar suas memórias. Para Nora, o que hoje é chamado de memória já se tornou história, e o sentimento do desaparecimento da memória está ligado à preocupação com o significado do presente e a incerteza do futuro (NORA, 1993, p. 14).

Um exemplo de lugares de memória foi analisado por Gilmar Arruda. Para ele, os sertões⁹ analisados não são pensados como um espaço geograficamente específico e delimitado, “mas como investimentos simbólicos que, dependendo dos grupos sociais e períodos históricos, mudam de significados” (ARRUDA, 1997, p. 64).

Dessa forma, os sertões se tornaram locais de referência, em que as lembranças do passado são depositadas, bem como os anseios do futuro, relacionados a um lugar de possibilidades perdidas, um repositório do passado e das memórias do processo de transformação (ARRUDA, 1997, p. 84). De forma similar, compreendemos que a geada se tornou uma referência das lembranças sobre a cafeicultura da região norte do Paraná, em que as possibilidades perdidas se justificaram a partir da ocorrência do evento climático, que, segundo a narrativa do Jornal Folha de Londrina, transformou a agricultura da região, deixando a cafeicultura no passado.

⁹ Para Gilmar Arruda, no século XIX utilizava-se o conceito de sertões como lugar oposto as cidades na medida em que “a cidade é moderna, progressista, representante dos modernos valores (...) o sertão é arcaico, lugar da ação política clientelista, dos coronéis, do populismo, da violência e onde não há possibilidade de ação política de cidadãos livres e conscientes” (ARRUDA, 1997, p. 9-10). Dessa forma, a utilização do termo cidades/sertões está ligada ao processo de urbanização e transformação da paisagem.

A memória é um fenômeno complexo e envolve diferentes aspectos, entretanto, o que mais interessa para a nossa pesquisa é a sua importância na manutenção de lembranças sobre os acontecimentos e experiências passadas, recordadas e partilhadas, fundamentais para a formação dos grupos sociais no tempo presente (ARRUDA, 1997, p. 66).

Para Nora, a memória é a vida que é carregada por grupos vivos, em constante evolução, construindo um diálogo entre lembrança e esquecimento, sendo vulnerável a diversos usos e manipulações. A história é a representação do passado, ao contrário da memória, que é um fenômeno sempre atual. Além do mais, a história pertence a todos, pois é uma operação intelectual que opera através da análise e discurso crítico, sendo que a memória é sempre um aspecto suspeito para a história, cuja missão é destruir e repelir a memória, deslegitimando o passado vivido (NORA, 1993, p. 9).

Os lugares de memória, acima de tudo, são restos, fragmentos do passado, em que subsiste uma consciência comemorativa, nascendo e vivendo por meio do sentimento de que não há memória espontânea e por isso são necessários os arquivos, os aniversários, as celebrações (NORA, 1993, p. 13). Os acontecimentos carregados de um sentido simbólico fazem a sua própria comemoração antecipada, intermediada pela mídia, “o acontecimento fundador ou o acontecimento espetáculo” (NORA, 1993, p. 25), mas nunca o sentido do próprio acontecimento, pois isso significa admitir que é apenas mais um, e negar a sua especificidade.

Após a geada de 1975, gradualmente, a cafeicultura foi se tornando um lugar de memória. Em Londrina, podemos encontrar a evidência do surgimento do lugar da memória-cafeicultura em vários lugares. Um dos mais simbólicos é o Museu Histórico de Londrina, mais conhecido no município como museu do café. Existe também um *shopping center* na cidade denominado Catuaí, que é uma variedade da planta; e existe o bairro Cafezal. Fizemos menção, também, no início do texto, à Cervejaria Geada Negra, que, além de o próprio nome fazer referência ao evento climático, em suas publicidades enfatizam, também, a função da cervejaria em ‘homenagear’ os bravos agricultores que teriam superado a geada e se reinventaram na agricultura.

3.2 EFEMÉRIDES

O critério de escolha das datas das reportagens sobre a geada de 1975 se fundamenta, principalmente, nas efemérides, ou seja, nas comemorações desse fato histórico. As efemérides correm paralelamente às comemorações, compartilhando o ritmo da ordem do tempo, e são momentos de aproximação, mas nunca deixaram de ser comuns (BONALDO, 2014, p. 18).

A celebração do fato histórico, aqui representado pela geada de 1975, se mostrou constante em relação às datas comemorativas. Em 1985, o Jornal Folha de Londrina publicou uma reportagem lembrando os dez anos da ocorrência do evento climático; em 2015, a Folha de Londrina publicou uma série de reportagens em rememoração aos 40 anos desse evento.

No final do século XIX, as efemérides passaram a ser utilizadas como subgênero historiográfico, encontrando lugar ao lado das comemorações nacionais. As efemérides são relacionadas aos eventos narrados no dia-a-dia, demonstrando não somente o fato em si, mas o propósito e a razão de um feito, registrando os acontecimentos em sua unicidade em meio a um calendário de dias recorrentes (BONALDO, 2014, p. 145-146) e estabelecendo os eventos que ocorrem nos mesmos meses, ou dias. Todavia, em anos diferentes, as efemérides se mostram como um acontecimento relevante em determinada data, escrito para ser rememorado ou comemorado (BONALDO, 2014, p. 147).

Dessa forma, as efemérides recorrentes da geada de 1975 se manifestam nas reportagens rememorativas dos 10 e 40 anos, após o evento climático. São ocasiões 'comemorativas' que lembram o passado. As reportagens publicadas nesses anos serão analisadas, buscando relacionar as oscilações das narrativas nas reportagens publicadas em 1975. Além das reportagens com um fundo 'comemorativo', uma reportagem publicada no ano de 2000 será analisada, uma vez que naquele ano o jornal lembrou a geada de 1975.

3.3 1985: QUEM TEM SAUDADE?

Em 1985, o Jornal Folha de Londrina publicou uma reportagem, exatamente, no dia 18 de julho, data em que a geada de 1975 completava dez anos de

ocorrência. O texto vinha acompanhado de uma foto de indivíduos com as mãos cheias de gelo e foi intitulada: “Quem tem saúde?”.

Figura 12 - Quem tem saúde?



Fonte: Folha de Londrina (1985)

Relembrando a ocorrência do evento climático, a reportagem relata o dia 18 de julho de 1975: “Dezoito de julho de 1975, cinco horas da manhã. O fotógrafo Daniel Martinon e o repórter Oswaldo Petrin saem à campo. A FOLHA começava uma cobertura histórica que mobilizou mais de vinte profissionais, sem contar o pessoal das sucursais” (FOLHA DE LONDRINA, 1985, p.7). Em seguida, relaciona a ocorrência da geada como sendo uma “adversidade como qualquer outra”, pois outras geadas já haviam ocorrido na região, mas a de 1975 teria mudado o perfil da agropecuária do Paraná.

A reportagem ainda afirma que a geada teria precipitado a erradicação dos velhos cafezais que os donos das lavouras tinham receio de substituir pelas culturas anuais:

Uma adversidade como outra qualquer — das muitas que não fizeram sucumbir o gigantismo de outrora da agricultura paranaense. Isso se a geada da madrugada naquele dia (3,5 graus negativos em Londrina) não tivesse mudado o perfil da agropecuária paranaense,

precipitando de vez a erradicação de cafezais decrépitos cujos proprietários relutavam em substituí-los por culturas anuais, mecanizadas. Basta dizer que naquele ano, o Paraná tinha 915 milhões de cafeeiros adultos, contra os 450 milhões atuais (FOLHA DE LONDRINA, 1985, p. 7).

A citação acima mostra que a geada em 1975 teria mudado o perfil da agropecuária no Paraná, porém, apesar de indicar a substituição por culturas anuais, os números evidenciados na reportagem mostram que em 1985 ainda existia uma considerável produção de café no Paraná.

Um tema em destaque na reportagem é a questão do trabalhador rural: “dispensa em massa de milhares de famílias é hoje um problema social ainda insolúvel” (FOLHA DE LONDRINA, 1985, p.7). Assim, compreendemos que, dez anos após o evento climático, a geada ainda é responsabilizada pelo grande número de desemprego rural que ocorre no Paraná.

O texto assegura que, se a geada de 1975 não tivesse ocorrido, a história teria outros contornos em relação à cafeicultura, relatando que muitos leitores, dez anos depois, se dirigiam à redação do jornal para recordar “que o rastro do cataclisma são feridas na sociedade que os governos não conseguiram cicatrizar” (FOLHA DE LONDRINA, 1985, p.7).

A crítica pela falta de seriedade do país com as questões agrícolas é evidenciada, pois algumas dificuldades na agricultura teriam permanecido as mesmas do período logo após a geada de 1975. O jornal enfatiza que se em 1985 ocorresse uma geada como a de 1975, relacionada à “pior geada que os paranaenses se lembram”, o país enfrentaria uma grande dificuldade, pois não iria atingir a cota de exportação, e em 1985, o IBC possuía o estoque mais baixo dos últimos anos. A reportagem mostra que a economia, dez anos após o evento climático, seria bem mais vulnerável para resistir a uma geada, que o empobrecimento da zona rural estaria crescendo e, como consequência, aumentando a miséria nas periferias das cidades. Desse modo, uma geada como a de 1975, segundo o jornal, poderia até mesmo inviabilizar o país.

O texto rememorando os dez anos da geada de 1975 termina ressaltando que a economia deveria ser capaz de suportar as adversidades e suas consequências, sendo assim, o que restaria para a economia, em si, seria a capacidade de recuperação do solo e ter fé para que outra geada como a de 1975 não se repita e “não tenhamos aniversários como este para “celebrar””.

Em 1985, nas efemérides de dez anos após o evento climático, o jornal buscou evidenciar que a geada mudou o perfil agropecuário do Paraná, e, além disso, que se não fosse pelo evento climático, a cafeicultura não tomaria os rumos que tomou, caminhando para a diminuição.

As permanências trazidas na narrativa construída pelo jornal em 1975, e refletidas na reportagem de 1985, se mostram a partir da premissa de que a geada teria sido responsável pela destruição da cafeicultura, erradicando, assim, os cafezais e promovendo uma mudança na estrutura agrícola a partir de lavouras mecanizadas com culturas anuais. A questão sobre o interesse dos proprietários de terras pela volta do colonato, evidenciada em algumas reportagens logo após a ocorrência da geada, não é exposta na reportagem em 1985, porém, enfatiza que após o evento climático de 1975 uma dispensa em massa de trabalhadores resultou em um empobrecimento da zona rural e em situações de miséria nas periferias das cidades, que se tornaram o destino dos trabalhadores demitidos do campo.

3.4 2000: A GEADA E O DESEMPREGO RURAL

As efemérides dos vinte e cinco anos da geada de 1975 são apresentadas pela reportagem do jornal Folha de Londrina no dia 18 de julho de 2000, intitulada “Geada reacende preocupação com problemas sociais” (OGAMA, 2000, p.8), escrita por Walter Ogama, enviado para Grandes Rios, município localizado no norte central do Paraná, com o intuito de fazer a cobertura da geada negra que ocorreu em 2000 naquela região. A reportagem, apesar de informar o leitor sobre a geada que ocorreu no dia anterior à publicação do jornal, relembra e relaciona o evento climático daquele ano com o de 1975:

Os cerca de 7.900 habitantes do município de Grandes Rios (110 km ao sul de Apucarana), na região do Vale do Ivaí, estão desde a madrugada de ontem sob a ameaça de terem que enfrentar um drama social parecido com o de 1975. Naquele ano, exatamente no dia 17 de Julho, uma geada negra atingiu praticamente todas as regiões cafeeiras do Estado e levou à erradicação da maioria das lavouras de café. [...] A diferença entre o Paraná de duas décadas e meia atrás e Grandes Rios de agora está, a princípio, na disposição dos cafeicultores de não abandonarem a cultura, conforme prevê o agrônomo da Emater local (empresa de assistência rural vinculada à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento), Nelson Menoli Sobrinho. Em 1975, a erradicação cedeu espaço para as lavouras

mecanizadas e, em consequência, a expulsão do trabalhador das propriedades rurais. Foi também o tiro de misericórdia para as grandes colônias das propriedades de café, onde famílias inteiras tiravam seu sustento e até acumulavam economias para, no futuro, deixarem a condição de empregados e passarem a proprietários de terras. Mas, ao contrário, a maioria teve que tomar o rumo das periferias das cidades, onde ocuparam favelas e contribuíram para a proliferação dos bolsões de miséria (OGAMA, 2000, p.8).

A reportagem compara a geada que ocorreu em 2000 com a de 1975, considerando a possibilidade dos habitantes do município de Grandes Rios viverem um 'drama social' parecido com o de 1975, em função do desemprego que viria como uma consequência da geada. O autor da reportagem enfatiza que em 1975 as famílias que viviam nas propriedades cafeeiras em regime de colonato foram expulsas das fazendas e migraram para as cidades, onde viviam nas favelas, em situação de miséria. Em relação ao uso do solo, a ocorrência da geada em 1975 teria liberado o espaço que antes pertencia à cafeicultura para a introdução de lavouras mecanizadas.

Ogama apresenta algumas diferenças entre a geada de 2000 e 1975, além de evidenciar a questão do colonato:

A diferença entre o Paraná de duas décadas e meia atrás e Grandes Rios de agora está, a princípio, na disposição dos cafeicultores de não abandonarem a cultura, conforme prevê o agrônomo da Emater local (empresa de assistência rural vinculada à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento), Nelson Menoli Sobrinho. Em 1975, a erradicação cedeu espaço para as lavouras mecanizadas e, em consequência, a expulsão do trabalhador das propriedades rurais. Foi também o tiro de misericórdia para as grandes colônias das propriedades de café, onde famílias inteiras tiravam seu sustento e até acumulavam economias para, no futuro, deixarem a condição de empregados e passarem a proprietários de terras. Mas, ao contrário, a maioria teve que tomar o rumo das periferias das cidades, onde ocuparam favelas e contribuíram para a proliferação dos bolsões de miséria (OGAMA, 2000, p.8).

O repórter destaca a expulsão do trabalhador rural do campo, associando a geada de 1975 como sendo o 'tiro de misericórdia' para as colônias das propriedades cafeeiras, que, segundo ele, era de onde as famílias retiravam o seu sustento e acumulavam suas riquezas. Essa perspectiva se assemelha com as propostas dos proprietários de terras em 1975, almejando a volta do regime de colonato, mostrando uma 'idealização' desse sistema por meio do anseio pelo

retorno de um tempo bom que foi perdido, em contraposição ao presente de miséria, que é retratado nas periferias urbanas.

O café adensado, referenciado na reportagem como sendo 'a nova tecnologia', teria sido introduzido no município desde 1992. Essa nova forma de cultivo do café deixava um espaço de 1,5m x 1m entre as plantas. Esse teria sido um sistema adotado seguindo as variedades de café recomendadas pelo Instituto Agrônomo do Paraná. O regime de trabalho implantado nas lavouras cafezeiras do município era o da parceria, destinando ao cultivo do café para as famílias parceiras, o que, segundo o agrônomo Nelson Menoli, era uma situação preocupante após a ocorrência da geadada, uma vez que 41% das famílias do município teriam sua renda mensal relacionada à cafeicultura (OGAMA, 2000, p.8). A reportagem do dia 18 de julho de 2000 traz algumas fotos dos cafezais geados, com o aspecto de queimado:

Figura 13 - Geadada negra de 2000



Fonte: Folha de Londrina (2000)

A legenda das imagens, no canto direito superior, destaca o 'efeito fulminante' da geadada, que teria ocasionado, como consequência, a quebra de 70% na colheita de 2001. Os indivíduos que aparecem nas imagens são os proprietários das terras

que teriam prejuízos com a geada daquele ano. Percebemos a lavoura de café geada, com o aspecto de queimado e poucas folhas verdes.

A reportagem após os 25 anos do evento climático comparou a geada negra de 1975 com a de 2000, e buscou apontar as possíveis consequências que a geada de 2000 poderia causar, enfatizando, principalmente, a questão do desemprego das famílias que trabalhavam diretamente com o café, que poderiam perder o seu meio de sustento, assim como teria ocorrido em 1975. A escolha da reportagem publicada em 2000 se deu com o intuito de mostrar que, 25 anos após a ocorrência do evento climático, alguns aspectos do discurso de 1975 permaneceram, e a ocorrência de uma geada despertava a apreensão, principalmente dos proprietários de terras, com o receio de os prejuízos da lavoura serem os mesmos que aqueles de 1975.

No ano de 2000, uma das principais preocupações apontadas pelo repórter Walter Ogama seria o ‘drama social’ que a geada poderia causar, assim como foi em 1975. As permanências do discurso construído em 1975 se mostram a partir da questão do colonato, idealizado na reportagem como um sistema gerador de empregos e uma ascensão social para as famílias que moravam no campo. Entretanto, a situação do boia-fria, enfatizada em 1975 como um ‘problema social’, não é mencionada em 2000. O destino dos colonos que deixaram o meio rural, tanto em 1975 quanto em 2000, está relacionado às favelas das cidades, local em que, segundo a narrativa, os trabalhadores viviam em situação de miséria.

3.5 2015: ‘COMEMORAÇÃO’ DOS 40 ANOS APÓS O EVENTO CLIMÁTICO

Em 2015, na semana que a geada de 1975 completaria quarenta anos de sua ocorrência, o Jornal Folha de Londrina publicou uma série de reportagens que rememoravam o evento climático e algumas outras questões que envolviam a cafeicultura, escritas por Celso Felizardo, repórter da Folha de Londrina, e Widson Schwartz, jornalista que escreveu algumas reportagens especiais para o jornal, abordando o tema.

O Jornal Folha de Londrina, no dia 12 de julho de 2015, publicou na coluna opinião, em que expressa seu ponto de vista sobre a geada e o futuro da agricultura na região de Londrina:

Há quase 40 anos um fenômeno natural contribuiu para mudar drasticamente a história da Região Norte do Paraná. A “geada negra”, em 18 de julho de 1975, decretou a perda definitiva do título de “Capital Mundial do Café” a Londrina. A partir dessa data, os cafezais ficaram mais raros no campo e a soja passou a dominar as lavouras. No entanto, impossível de apagar, o café ainda está presente na identidade da cidade, seja por prédios e avenidas que levam o seu nome ou pela movimentação econômica. [...] Em referência às lições da geada, a economia regional tem que ser diversificada. As vocações devem ser respeitadas, mas é preciso investir e fortalecer vários seguimentos para que a economia não seja dependente de um único setor (FOLHA DE LONDRINA, 2015).

O jornal, ao expressar a sua opinião por meio do repórter, enfatiza que a geada de 1975 contribuiu para mudar a história do norte do Paraná e que, a partir da ocorrência do evento climático, os cafezais começaram a desaparecer do campo e a soja começou a prevalecer nas lavouras. O café, em 2015, ainda estaria presente nos lugares da cidade que levam o seu nome. Para o jornal, a economia agrícola teria que ser diversificada, e não depender apenas de um produto, como era na década de 1950 e 1960, em que a cultura cafeeira era a principal responsável pela economia da região. A referência ao ‘fenômeno natural’, que é o responsável por conduzir a história da agricultura na região, ao eliminar os pés de café, e introduzir a soja nas lavouras, mostra que, para o jornal, não foi o homem que diversificou a lavoura por meio da diminuição da cultura cafeeira em suas propriedades, mas, sim, o clima.

No dia 12 de julho, a reportagem sobre a geada ganha destaque na primeira página, trazendo a foto de um cafezal verde e na frente alguns grãos de café secando com uma peneira do lado. O texto aponta que, após quatro décadas da geada de 1975, “que dizimou os cafezais do Norte do Paraná, a cidade precisou se reinventar” (FELIZARDO, 2015, p.1). Entretanto, em seu decorrer, aponta que o café ainda possui destaque na economia da região. A reportagem da primeira página continua no interior do jornal, intitulada “Após 40 anos, café ainda move economia local”, escrita por Celso Felizardo:

Os 6°C negativos que os termômetros marcaram na madrugada de 18 de julho de 1975 decretaram à Londrina a perda definitiva do título de Capital Mundial do Café. A soja, que já vinha em crescimento acelerado, passou a reinar nas lavouras. Já a produção do café entrou em forte declínio. O município que nos anos 1960 chegou a ter 45 mil hectares dedicados à cultura, hoje destina apenas 5 mil hectares aos cafeeiros. Para manter a posição de destaque no

Estado, a cidade precisou se reinventar. [...] Quarenta anos após a geada negra, o café ainda é responsável por quase um terço das exportações na balança comercial da cidade (FELIZARDO, 2015, p.7).

Apesar de a reportagem afirmar que a geada de 1975 decretou a perda do título de Capital Mundial do Café à Londrina, no decorrer do texto, o autor aponta que a produção cafeeira em 2015 ainda era significativa, porém, a soja passou a dominar as lavouras após 1975.

A continuação da reportagem traz o relato da professora Regina Célia Alegro, curadora do Museu Histórico de Londrina, afirmando que muitos visitantes que vão ao museu contam algumas histórias sobre a cafeicultura da década de 1950 e 1960, tempos em que o café era a principal atividade econômica na região. Para Regina, os visitantes pouco relatam os tempos de crise, “talvez pelo tamanho do trauma difícil de ser medido ainda hoje” (FELIZARDO, 2015, p.7).

Uma imagem do Jornal Folha de Londrina do dia 19 de julho de 1975, noticiando a geada, é inserida na reportagem para referenciar o evento climático:

Figura 14 - Após 40 anos, café ainda move economia local



Fonte: Folha de Londrina (2015)

Por meio da historiografia analisada no primeiro capítulo, compreendemos que a cafeicultura já vinha diminuindo, gradualmente, e que a geada foi somada a outros fatores, como: os Programas de Redução e Diversificação da Cafeicultura, o Estatuto do Trabalhador Rural, os incentivos do governo para a modernização do campo e para o cultivo de culturas anuais, e diversas outras questões que envolvem o uso do solo na região. Além disso, durante as décadas após a geada, a região norte do Paraná não deixou de plantar o café, portanto, a geada não teria erradicado a cafeicultura, mas diminuído as lavouras que eram destinadas ao cultivo de café.

A reportagem aponta que muitos produtores, em 2015, estariam ampliando a área de cultivo cafeeiro e tendo grande lucratividade com as novas formas de cultivo. A produtividade também teria aumentado, pois na década de 1970 se colhiam 10 sacas, em média, por hectare, e, em 2015, a média era de 23 sacas, podendo chegar a 60 sacas nas propriedades que investem em mecanização e tecnologias. Para o pesquisador do Instituto Agrônomo do Paraná, Hiroshi Sera, a média que se pretendia atingir em todo o Estado seria de 40 sacas por hectare (FELIZARDO, 2015, p.7).

As referências ao café em Londrina também são evidenciadas na reportagem:

As lavouras rarearam, mas do Estádio do Café, na zona norte, ao Conjunto Cafezal, na zona sul; ou da Avenida do Café, na zona leste, à Rodovia do Café, na zona Oeste, Londrina ainda é toda café. Às quatro referências não param por aí: Catuaí, Sumatra. As antigas fazendas de café da cidade também deixaram o ostracismo e passaram a ser atrações da Rota do Café, roteiro turístico com mais de 30 atrativos localizados em nove municípios do Norte do Paraná (FELIZARDO, 2015, p. 7).

Os pontos de referência mencionados acima se tornaram os lugares de memória da cafeicultura. O museu histórico de Londrina, que é mais conhecido como o 'museu do café', é um dos principais agentes no estabelecimento da cafeicultura, considerado um lugar de memória, uma vez que recebe diversas atrações ligadas ao café, como a Semana do Café, onde se reúnem diversas atividades no museu, como a torra do café e experiências sensoriais, oficinas gastronômicas utilizando o grão, exposição e venda de produtos relacionados à cultura cafeeira, além de atividades musicais e contação de história.

Algumas antigas fazendas cafeeiras da região de Londrina também são consideradas lugares de memória, guardando vestígios do cultivo cafeeiro, como é o exemplo da fazenda Bimini, em Rolândia, que foi uma fazenda de café e hoje abriga o 'Museu do Café Massuci', onde são ministrados cursos de educação ambiental.

Em Londrina, a cervejaria Geada Negra talvez seja uma das mais recentes evidências em estabelecimento de um lugar de memória diretamente ligado à geada de 1975 e à cafeicultura. As legendas das fotos publicadas pela cervejaria em uma rede social relembram a geada de 1975 e as transformações que o evento climático teria provocado na região:

A manhã gelada de 18 de julho de 1975 alterou em definitivo a economia, a geografia e a cultura do Estado do Paraná. Não é possível entender a história contemporânea deste estado sem passar pelos impactos provocados pela GEADA NEGRA | Este evento climático dizimou a principal riqueza da região - O CAFÉ - e junto também todo o sustento das famílias e anos de trabalho do agricultor. Tal fenômeno obrigou o paranaense a se reinventar e achar alternativas para seguir em frente | A CERVEJARIA GEADA NEGRA vem justamente homenagear através de nossas receitas todas as histórias de luta e superação das famílias paranaenses!! Avante Paraná!! (FACEBOOK, 2016).

A narrativa da cervejaria responsabiliza a geada de 1975 por dizimar a cafeicultura, que seria a principal riqueza da região. Após a geada, a mensagem de legenda da foto postada na rede social enfatiza que o paranaense precisou se reinventar e seguir em frente, uma vez que muitos teriam perdido o trabalho e o sustento das famílias. Durante a divulgação de suas cervejas artesanais, a cervejaria constantemente enfatiza, assim como mostra na mensagem acima, que o objetivo do local seria homenagear a luta e a superação dos paranaenses que se reergueram após a geada de 1975.

A cervejaria busca, constantemente, rememorar o evento climático de forma que o responsabiliza por ter conduzido as transformações que ocorreram na agricultura do Paraná. Os 'pioneiros', a companhia de terras e os agricultores também são referenciados como sendo os grandes 'heróis' que superaram as adversidades - no caso, a ocorrência do evento climático - e seguiram em frente.

Retomando o Jornal Folha de Londrina, ainda no dia 12 de julho, a reportagem intitulada como "Menos quantidade, mais qualidade", publicada na

página 8, também escrita por Celso Felizardo, aponta para o aumento da qualidade em relação ao café:

No Sertão do Tibagi, nome usado para designar o Norte do Paraná nos primeiros mapas, apesar da terra fértil, as geadas surgiam constantes. Foram duas no início da década de 1950, uma em 1969 e outra em 1972. Mas nenhuma se compara a de 1975. Mesmo com todas as adversidades, a resiliência dos cafeicultores se mostrou mais forte. A adaptação que garantiu a sobrevivência dos cafezais no Estado passou pelo processo da troca de quantidade pela qualidade (FELIZARDO, 2015, p. 8).

A cafeicultura, segundo essa perspectiva apresentada, teria se ‘reinventado’, e os agricultores teriam substituído as antigas técnicas de cultivo pelas lavouras mais ‘modernas’, que contavam com pouca quantidade de produção. Entretanto, havia uma maior qualidade nos grãos selecionados.

Ainda na edição do dia 12 de julho de 2015, a geada de 1975 é considerada, segundo afirma o título da reportagem escrita por Widson Schwartz, publicada na página 9, como sendo um “marco divisor na agricultura do Estado”:

O frio afetou a maior parte da cafeicultura brasileira em 1975, mas em nenhuma outra região houve estrago igual ao que se viu no Paraná. Tanto que a geada, que despontou na tarde de 17 de julho e se consumou às primeiras horas de 18, se converteu no fator que mais apressou a mudança na agricultura do Estado (SCHWARTZ, 12 jul. 2015, p. 9).

A geada de 1975 foi o principal fator relacionado à diminuição do território cafeeiro no Paraná, porém, Schwartz aponta alguns outros aspectos que teriam contribuído para que essa mudança ocorresse:

Nos primeiros anos da década de 1960, o próprio governo estadual conduzia um “plano de diversificação da lavoura”, estimulando a mecanização e o uso de sementes selecionadas de soja, algodão e trigo. [...] Houve naquele período uma tragédia que motivou a campanha “Socorro ao Paraná em flagelo”, despertando a solidariedade de outros países. Estiagem prolongada e cafezais ressequidos, após a geada em julho de 1963, facilitaram os incêndios na zona rural a partir de agosto, que se alastraram por dois milhões de hectares em 100 municípios. [...] “Manter nossos cafezais em zonas logicamente recomendáveis” e “paralelamente diversificar os cereais, as plantas oleaginosas e têxteis e desenvolver a pecuária” – a nova diretriz na Associação Rural de Londrina (ARL) em 1964 (SCHWARTZ, 12 jul. 2015, p. 9).

Além dos fatores mencionados acima, Schwartz considera a ferrugem, que esteve presente no início da década de 1970, como um dos principais pontos para o abandono da cultura, e o que teria dado continuação à erradicação. Apesar de todas as transformações em relação à cafeicultura apontadas na citação acima, a reportagem mostra que em 1975, o Paraná tinha 32% da produção nacional de café, que a geada teria eliminado um considerável número de pés de café e o restante teria sido danificado, sendo assim, mesmo com as mudanças ocorridas durante a década de 1960, que foram apontadas na reportagem, a geada teria sido o verdadeiro 'marco divisor' para a cafeicultura.

A reportagem traz relatos de alguns agricultores que cultivavam café em 1975:

Passados 40 anos, Ruth Bárbara Steidle recorda que foi em plena colheita na propriedade da família, a Fazenda Bimini, em Rolândia. Mesmo com a geada, houve a necessidade de comprar peneiras. Incumbida, Ruth chegou à "Casa Abrunhosa" e ouviu do "velho comerciante" a sentença: "O café vai acabar". Fez preço de custo para Ruth e reafirmou a convicção: "Sei que nunca mais vou vender peneiras". O pioneiro Abrunhosa, que se estabelecera em 1935, provavelmente recordava devastações anteriores: as geadas de 1953 e 1955 "queimaram" 58% e 65% dos cafezais respectivamente: a de 1969 dizimou 70% e a de 1972, 58%. Mas em 1974, nada sobrou. Um dos mais eficientes cafeicultores no país, Wilson Baggio tinha aproximadamente um milhão de pés, em Cornélio Procópio e cercanias (Norte Velho). "Não sobrou nada" [...] A onda polar "atingiu os cafezais até nos lugares mais altos como também pastagem, encosta, mata virgem, capoeira, milho, feijão e todas as lavouras suscetíveis ao frio" (SCHWARTZ, 12 jul. 2015, p.9).

Os relatos trazem alguns vestígios da memória de indivíduos que eram ligados à cafeicultura, rememorando o fim do café com a geada. Esses relatos mostram que os lugares de memória também estariam enraizados na memória coletiva, por meio das lembranças sobre um cultivo que teria caminhado para o seu fim.

Figura 15 - 'Marco divisor' na agricultura do Estado



Fonte: Folha de Londrina (2015)

A foto em destaque na parte inferior do jornal mostra um indivíduo cortando os pés de café que teriam sido atingidos pela geada de 1975. Ao fundo, podemos observar os cafeeiros secos e quase sem folhas.

A reportagem do dia 12 de julho traz o subtítulo: 'Entre a enxada e o trator', escrita por Widson Schwartz, no qual é enfatizada a crescente substituição da cafeicultura por lavouras mecanizadas:

Coincidentemente, a Transparaná S.A. – sede em Londrina – assumiu a posição de maior revendedora de tratores agrícolas na América Latina em 1975, entregando 2.500 Massey Ferguson. E a área colhida de soja no Estado – safra 74/75 – foi de 1,631 milhão de hectares, produção de 3,624 milhões de toneladas, produtividade média de 2.000 kg/ha. Indicativos de que soja e mecanização já não eram estranhos. [...] Mas “o ano de 1975 foi o marco divisor” porque a geada “fez o Paraná perder a hegemonia do café, que passou ao norte de São Paulo, em parte, e Minas Gerais”, segundo Wilson Baggio. “Propriedades até então conduzidas apenas na enxada introduziram culturas mecanizadas com trator, grade, arado e outros acessórios, restringindo a cafeicultura”, resumiu. [...] Os altos custos

de formação e condução dos cafezais após a geada de 1975 causaram muitas desistências, “já que os primeiros retornos [...] seriam obtidos após o terceiro ano, quando as novas variedades iniciam a produção econômica”, conforme lapar. As lavouras em formação, constituídas de brotações e plantios novos, foram prejudicadas drasticamente pelas geadas de 1978 e 1979, “mais pela sensibilidade, por se encontrarem em fase de recuperação, do que propriamente pelas geadas relativamente de pequena intensidade” (SCHWARTZ, 12 jul. 2015, p. 9).

A reportagem mostra que o crescimento do cultivo da soja e a mecanização do campo já eram evidentes em 1975, mas a geada teria sido o ‘marco divisor’ para a cafeicultura, pois os proprietários teriam passado a introduzir a mecanização em suas terras após a geada. Os custos com a renovação dos cafezais geados e o período de brotação do café, que ocorria em média de três anos, teriam desanimado os agricultores a continuarem com o cultivo.

O subtítulo localizado no canto direito da reportagem, intitulado ‘Café-soja, quase uma dobradinha’(SCHWARTZ, 12 jul. 2015, p.9), mostra o desenvolvimento da soja no Paraná a partir de 1953. Segundo o repórter Widson Schwartz, a soja teria sido uma alternativa para amenizar o custo do replantio dos cafés que foram afetados com a geada de 1953, porém, a alternativa teria sido implantada somente após a geada de 1955, fazendo com que o cultivo de soja aumentasse naquele ano de 18 para 1.922 hectares. Alguns anos depois, em 1963, após a geada e os incêndios, o presidente do IBC, Nelson Maculan, teria incentivado a produção de alimentos por meio da distribuição de sementes, principalmente da soja. As sementes de soja foram distribuídas para os cafeicultores que recebiam até cinco sacas cada um. Após o recebimento, os cafeicultores assinavam uma promissória para pagar as sementes depois da colheita, porém, segundo Anésio Sacoman, que trabalhava no Serviço Regional de Assistência à Cafeicultura, nenhum cafeicultor teria pagado as sementes.

A reportagem ‘café-soja, quase uma dobradinha’ aponta que, desde 1953, o cultivo da soja estava sendo incentivado como sendo uma alternativa de lucro nas propriedades por meio do plantio, utilizado para intercalar os espaços entre os pés de café. Ao longo dos anos, a soja foi ganhando o seu espaço no uso do solo e cada vez mais incentivo para que seu cultivo ocorresse.

No dia 13 de julho, na primeira página, a legenda de uma foto com o título de “Destruição e êxodo” (SCHWARTZ, 13 jul. 2015, p. 1), que também foi escrita por

Widson Schwartz, é relacionada à geada de 1975, e chama a atenção do leitor para ler o texto inteiro no interior do jornal. Na página 7, encontramos uma reportagem que ocupa a folha inteira, intitulada “Bimini, que teve café e muita gente, simboliza a aventura dos Kirchheim” (SCHWARTZ, 13 jul. 2015, p.7). A reportagem exalta a família Kirchheim, proprietários da fazenda Bimini, em Rolândia. O primeiro proprietário, Hans Kirchheim, veio da Alemanha para o Brasil em 1936, e o repórter Widson Schwartz relata a família como sendo os desbravadores que enfrentaram os desafios de cultivar nas terras adquiridas pela CTNP, e considera a fazenda, que em 2015 servia para educação ambiental, como um memorial.

Figura 16 - Destruição e êxodo



Fonte: Folha de Londrina (2015)

Os proprietários da fazenda não deixaram de plantar o café após a ocorrência da geada de 1975, e continuaram com o cultivo até 1981. A história da fazenda é contada pela filha do primeiro proprietário da fazenda Bimini, Ruth Bárbara Steidle, que descreve a resistência de seu pai quando mudou o cultivo de sua fazenda. Um dos principais pontos relatados por Ruth é a questão das famílias que viviam na colônia que existia na fazenda no tempo que se cultivava o café:

“Até 1981, o pai queria ficar com o café, para ele era o melhor jeito de se viver”, conta Ruth Bárbara Steidle, filha. “Convencido a mudar, ele nunca mais teve aquela alegria, talvez porque mais de 20 famílias foram embora aos poucos.” Quando o café acabou, as casas da “colônia” foram desmanchadas e a madeira guardada, assim permanecendo. Em época de colheita, a fazenda chegou a ter 60

famílias incluindo as temporárias. **O acervo fotográfico mostra a convivência das famílias agregadas (meeiros, parceiros etc.) outrora e indica que, mais tarde, prevaleceu o Estatuto do Trabalhador Rural**, “de 1968 para cá, antes não havia livro de registro”, informa Ruth, para quem a legislação “quebrou aquele vínculo afetivo e impôs o vínculo burocrático”. Ela reconhece fisionomias no painel, cita nomes e até graus de parentesco entre alguns (SCHWARTZ, 13 jul. 2015, p. 7) [grifo nosso].

Ruth, atual proprietária da fazenda Bimini, relata que para o seu pai o cultivo cafeeiro era um sinônimo de alegria. Em sua propriedade moravam mais de 20 famílias que cuidavam das plantações de café e que trabalhavam em regime de colonato, porém, com o fim da cultura na propriedade e a substituição por outro cultivo, as famílias foram embora e, as casas, desmanchadas. Ruth responsabiliza, também, o Estatuto do Trabalhador Rural por impor o vínculo burocrático, prevalecendo apenas essa relação e não mais a afetiva que os proprietários tinham com os trabalhadores de sua propriedade.

A questão evidenciada pelo repórter Widson Schwartz em relação ao Estatuto do Trabalhador Rural nos remete às reportagem de 1975 e 2000, em que o regime de colonato é retratado como sendo o sistema ideal para o trabalho no campo, tanto para o empregado quanto para o empregador, responsabilizando o Estatuto do Trabalhador Rural pela demissão e expulsão das famílias do campo.

Na mesma página do jornal, abaixo da reportagem sobre a fazenda Bimini, Schwartz mostra alguns aspectos da superprodução de café no início da década de 1960 que teriam levado à erradicação dos cafezais. A reportagem também relaciona a ‘antiga’ cafeicultura à ‘nova’ cafeicultura:

“Coisa de louco foi o café”, diz Anésio Sacoman, que lembra o panorama na década de 1960, quando a superprodução impôs a erradicação, em contraste com as pequenas lavouras na atualidade. “Hoje, três, quatro alqueires. A gente olha, parece roça de alface.” A observação, porém, não é depreciativa, porque a seguir elogia o método, o rendimento e a qualidade, mencionando cafezais no Norte Pioneiro (SCHWARTZ, 13 jul. 2015, p.7).

Podemos perceber, por meio da fala de Anésio Sacoman, que foi membro do IBC, que, mesmo com as mudanças de métodos e dos tipos de café, o cultivo, apesar de pequeno, ainda permanece nas lavouras da região do norte do Paraná. Agora, o café teria mais rendimento e qualidade.

As reportagens publicadas em 2015 pelo Jornal Folha de Londrina buscam enfatizar que a geada de 1975 erradicou os cafezais do Paraná e foi considerada o 'velório da cafeicultura', assim como apontaram em 1975 a respeito do ocorrido. Entretanto, as reportagens mostram que na região de Londrina a produção de café ainda é muito significativa, apesar de pequena, e conquistou reconhecimento pela qualidade dos grãos selecionados. Para nós, a geada não decretou o fim da cafeicultura, mas foi um fator que, em conjunto com o contexto histórico de transformações que vinha ocorrendo desde a década de 1960, teria impulsionado a diminuição da porcentagem de ocupação das terras destinada ao cultivo do café.

O Estatuto do Trabalhador Rural é mencionado, tanto nas reportagens que foram publicadas logo após a ocorrência do evento climático quanto posteriormente, como responsável pela perda do emprego de muitas famílias que viviam no regime de colonato nas fazendas. Essa questão que emerge em 1975, juntamente com as notícias acerca da geada, teria surgido como um pretexto encontrado pelos proprietários de terras para tentar anular o Estatuto e voltar ao colonato. Em 1985 e em 2000, a dispensa em massa das famílias do meio rural é atribuída diretamente ao evento climático. Já em 2015, o Estatuto é responsabilizado por quebrar o vínculo afetivo e pela diminuição do emprego rural, juntamente com a geada de 1975.

Em 1975, o jornal acompanhou o andamento das políticas públicas advindas do governo no auxílio da recuperação da agricultura afetada. Todavia, os incentivos que prevaleceram foram em relação à substituição das lavouras por cultivos mecanizados, como a soja, mas, também, a substituição dos pés de café por outras mudas mais resistentes e mais rentáveis. As reportagens publicadas em 1985 e 2000 também trazem a questão das políticas públicas, enfatizando que as ações advindas do governo não resolveram o problema social que a geada de 1975 teria criado: o aumento do índice de desemprego rural e a miséria social urbana.

Os jornais de 2015 referenciam a cafeicultura praticada, principalmente, entre 1940-1970 como superada, e que teria sido erradicada com a geada de 1975. Essa erradicação do café teria liberado o espaço para cultivos 'modernos', sendo assim, a cafeicultura é lembrada apenas nos lugares de memória, como no museu do café, na rota do café, que visita as antigas fazendas cafeeiras, e nos diversos pontos de Londrina que fazem referência ao cultivo cafeeiro.

Percebemos as permanências do discurso de 1975 a respeito das geadas nas reportagens publicadas em 2015, a partir da reafirmação do fim da cafeicultura após

a ocorrência da geada. No jornal de 1975 e nas publicações 'comemorativas' da geada, enfatizou-se o evento climático como o responsável pelo abandono da cafeicultura e 'divisor de águas' entre o cultivo do café e as lavouras mecanizadas. As reportagens, entretanto, silenciaram algumas questões que envolvem, principalmente, a incorporação de terras na região. Em 1985, 2000 e 2015, o problema social em relação aos trabalhadores rurais que foram demitidos das propriedades continua sendo relacionado ao Estatuto do Trabalhador Rural e ao evento climático, que teria resultado no fim do regime de colonato, idealizado nas reportagens como um sistema perfeito, em que os trabalhadores conseguiam sustentar suas famílias com fartura.

Nas reportagens publicadas em 2000 e 2015, a 'nova cafeicultura' seguiu a narrativa enfatizada pelos jornais de 1975 no final do mês de setembro, que direcionava a cultura cafeeira para a renovação por meio das novas técnicas de plantio e dos novos tipos de café que trariam mais qualidade e rentabilidade. Em 2015, as reportagens mostraram que o café plantado na região de Londrina era reconhecido pela qualidade do produto, mas que o plantio em relação aos anos anteriores à geada era reduzido.

As narrativas sobre o evento climático apresentaram, ao longo de quatro décadas, permanências que direcionaram o cultivo cafeeiro para os lugares de memória, onde os tempos em que a cafeicultura era a principal atividade econômica da região são rememorados, carregando a memória da geada como sendo o principal fator de destruição do cultivo cafeeiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da cafeicultura com bases capitalistas na região norte do Paraná possibilitou um grande crescimento econômico e atraiu diversos grupos humanos para trabalhar nas plantações de café, porém, ao mesmo tempo, trouxe problemas no solo e no ecossistema, além de diminuir drasticamente a matriz florestal da região. O cultivo cafeeiro, durante décadas, foi sinônimo de riqueza e prosperidade, beneficiando, principalmente, os grandes proprietários de terras, que, muitas vezes, aos custos da exploração do trabalhador rural, conseguiu expandir cada vez mais suas terras.

Apesar de a cafeicultura ter sido altamente lucrativa durante décadas, pela valorização no mercado internacional e pelo aumento do consumo do produto, durante a década de 1960, o café começou a ser visto como uma cultura ultrapassada. No início da década de 1960, o Governo Federal, partindo do pressuposto de que alguns Estados Brasileiros não podiam mais depender economicamente de apenas um cultivo agrícola, deu início ao Programa de Erradicação da Cafeicultura, com o principal objetivo de erradicar os pés de café antieconômicos, incentivou a modernização da cafeicultura por meio do replantio do café, que seria substituído por mudas mais produtivas, e introduziu insumos agrícolas e adubos químicos na lavoura. O programa de erradicação também teve como meta a substituição da cafeicultura por outras culturas, sendo que na região de Londrina essa substituição se deu, principalmente, pelas pastagens, mas também teve um grande aumento das lavouras de soja, trigo e algodão. No Paraná, outras culturas mecanizadas, como a soja e o trigo, estavam ganhando espaço em relação ao uso do solo.

O governo, dessa forma, foi o grande responsável pela diminuição e substituição da cafeicultura na década de 1960, além de incentivar a modernização no campo. O Estatuto do Trabalhador Rural, que entrou em vigor em 1963, foi relacionado diretamente como sendo o responsável pelo êxodo rural, principalmente pelos grandes proprietários de terras. Para eles, o Estatuto os “obrigou” a demitir os trabalhadores, pois a cafeicultura não dava lucros suficientes para pagar os direitos trabalhistas. Assim, o Estatuto foi visto como um mecanismo de expulsão dos trabalhadores, e não como instrumento de garantia dos direitos e estabilidade que o trabalhador antes não tinha.

As geadas e as secas aparecem, constantemente, como um pretexto dos proprietários de terras, que não queriam pagar os direitos trabalhistas, para demitir em massa os trabalhadores rurais e os contratarem como boias-frias, ou, até mesmo, substituir a cafeicultura por outra atividade que não necessitasse de muita mão-de-obra, com a pecuária.

Apesar de a cafeicultura ter diminuído drasticamente na década de 1960, principalmente por incentivo do governo, e as geadas serem comuns na região norte do Paraná, a geada de 1975 foi narrada como a responsável pelo fim da cafeicultura, além da transformação da agricultura no Estado. A substituição da cafeicultura vinha ocorrendo desde a década anterior e os incentivos do governo não eram direcionados à cafeicultura, mas, sim, às lavouras mecanizadas, como a soja e o trigo.

O Jornal Folha de Londrina emerge nesse contexto como sendo o agente influenciador da memória sobre o evento climático. As reportagens publicadas logo após a ocorrência da geada enfatizam os temas de interesse dos grandes proprietários de terras, como a volta do colonato, que envolvem os auxílios e financiamentos vindos do governo e, finalmente, a modernização da lavoura cafeeira com a substituição por culturas anuais e mecanizadas.

Destacamos as referências recorrentes ao colonato nas falas dos proprietários, seja já logo após 1975, ou mesmo 40 anos após, em 2015, as quais desejavam a sua volta, anulando ou revisando o Estatuto do Trabalhador Rural. Esse tema chamou a atenção, pois nas efemérides analisadas o êxodo rural é relacionado diretamente à geada. Quarenta anos após, o assunto reaparece nas páginas da Folha de Londrina, associando o colonato à afetividade entre o lavrador e os proprietários das fazendas cafeeiras.

Ao longo das décadas, as reportagens sobre a geada construíram um discurso que, apesar de em alguns momentos considerar que as mudanças na cafeicultura já vinham desde a década de 1960, buscou, em sua maior parte, elencar a geada como a responsável por conduzir a história da agricultura na região. Sendo assim, a narrativa construída pelo jornal Folha de Londrina apresenta muitas oscilações, porém, a que predomina é o direcionamento da culpabilidade do fim da cafeicultura à geada de 1975.

As geadas atingiam a cafeicultura e afetavam economicamente os proprietários. Eram vistas, constantemente, como desastres, mas a cultura cafeeira

não era uma cultura adaptável às condições climáticas da região. Foi o humano que introduziu e avançou a cafeicultura em locais suscetíveis à baixas temperaturas. Analisar as reportagens publicadas pelo Jornal Folha de Londrina permitiu compreender o processo de transformação de um evento climático a um desastre, que foi visto como sinônimo de destruição. Consideramos que a Folha de Londrina foi uma grande propulsora da ideia de que o processo de transformação do evento climático fosse analisado como sendo um desastre natural.

Após a geada de 1975, a cafeicultura foi direcionada para os lugares de memória, como o museu do café e a cervejaria geada negra, cuja função seria guardar as memórias sobre o que ficou para trás. Os lugares de memória em Londrina preservam vestígios da memória coletiva sobre a cafeicultura e seu fim, direcionado, diretamente, à geada de 1975, narrando-a como desastre.

Essa dissertação proporcionou a ampliação de um tema pouco explorado pela historiografia, a fim de analisar os desdobramentos sobre a geada de 1975. A influência do evento climático não alcançou somente o âmbito financeiro ou ambiental, mas teve influência, principalmente, no social, em especial, na consolidação de lugares de memória da cafeicultura.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. 1997. 369 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de São Paulo, Assis, 1997.
- BISCARO, Guilherme Augusto. **Meteorologia agrícola básica**. 1. ed. Mato Grosso do Sul: Unigraf, 2007. Disponível em: <<http://www.do.ufgd.edu.br/guilhermebiscaro/arquivos/meteorologia.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2017.
- BONALDO, Rodrigo Bragio. **Comemorações e efemérides: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos**. 2014. 314 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense-1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CARVALHO, Márcia Siqueira de. **A pequena produção de café no Paraná**. 1991. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. v. 2.
- CODESUL/IPARDES. **Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná**. Curitiba, 1976. 206 p.
- D'INCAO, Maria Conceição. **O “bóia-fria”**: acumulação e miséria. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- DELGADO, Guilherme da C. Expansão e modernização do setor agropecuário nos pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, set./dez. 2001.
- FACEBOOK. **18/071975 – O evento**. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/cevejariageadanegra/photos/a.690873061015904.1073741828.690860491017161/744185109018032/?type=3&theater>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- _____. **Cervejaria geada negra**. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/cevejariageadanegra/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- FANTIN, Rafael. **Há 37 anos, geada negra destruiu cafezais no norte do PR**. 2012. Disponível em: <<http://www.bonde.com.br/educacao/passado-a-limpo/ha-37-anos-geada-negra-destruiu-cafezais-no-norte-do-pr-232419.html>>. Acesso em: 19 jul. 2017.
- FOLHA de São Paulo. **Manual da redação**. 16. ed. São Paulo: Publifolha, 2010. p. 66.
- KLANOVICZ, Jó. História ambiental e desastres: encontros entre política, tecnologia e sociedade. **História Unisinos**, v. 17, p. 293-302, 2013.

KOHLHEPP, Gerd. **Colonização agrária no norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona tropical periférica do Brasil sob a influência da plantação de café.** Maringá: EDUEM, 2014.

MARENGO, José A. Mudanças climáticas, condições meteorológicas extremas e eventos climáticos no Brasil. In: MARENGO, J.A. *et al.* **Mudanças climáticas e eventos extremos no Brasil.** Rio de Janeiro: FBDS, 2010.

MORES, Lucas. **História ambiental do agroecossistema do café (*Coffea arabica*) no norte do Paraná (1945-1975).** 2017. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. (Versão não publicada).

MORO, Dalton Aureo. Aspectos geográficos da modernização agrícola no norte do paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 13, n.1, p. 79-93, 1995.

MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** **Projeto História**, São Paulo, v.10, dez. 1993.

PAIXÃO, Letícia Aparecida da. **“Seca, geada e fogo”:** considerações sobre um desastre ambiental (Paraná, 1963). 2015. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

PINTO, Hilton Silveira. Mudanças climáticas, condições meteorológicas extremas e eventos climáticos no Brasil. In: MARENGO, J.A. *et al.* **Mudanças climáticas e eventos extremos no Brasil.** Rio de Janeiro: FBDS, 2010.

REVISTA Cafeicultura. **Geada negra. Há exatos 42 anos, no dia 18 de julho de 1975, o Paraná amanheceu coberto de branco.** 18 jul. 2017. Disponível em: <<http://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=64811&geada-negra-ha-exatos-42-anos--no-dia-18-de-julho-de-1975--o-parana-amanheceu-coberto-de-branco.html>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

SEDREZ, Lise. Desastres socioambientais, políticas públicas e memória – contribuições para a história ambiental. In: NODARI, Eunice Sueli; CORREA, Sívio Marcus de Souza (Orgs.). **Migrações e natureza.** São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 185-201.

SERRA, E. Reflexões sobre a origem da crise agrária no norte do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 1, p. 45-58, 2001.

SILVA, Lucas Frazão. **A cafeicultura brasileira no modelo tecnológico produtivista: 1960-90.** 1994. 95 f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade de Campinas, Campinas, 1994. p. 23-24.

SILVEIRA BUENO. **Minidicionário da língua portuguesa.** São Paulo: FTD, 2000.

STOLCKE, Verena, **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980).** São Paulo: Brasiliense, 1986.

SWAIN, Tânia Navarro. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN, Catherine *et al.* (Org.). **Fronteiras**. Brasília: EdunB, 1988. p. 19-37.

TOMAZI, Nelson D. **Norte do Paraná: história e fantasmagorias**. Curitiba. 1997. 342 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TRIGUEIROS FILHO, Marinósio; TRIGUEIROS NETO, Marinósio. **História da imprensa de Londrina: do baú do jornalista**. Londrina: UEL, 1991.

TRIZI, Emanuellen. **Geada prejudica safra 2013/14 do café nas lavouras no Paraná**. 2013. Disponível em: <<https://www.baressp.com.br/noticias/lavouras-de-cafe-do-parana-sao-prejudicadas-por-cao-da-geada.jpg>> . Acesso em: 26 jul. 2017.

TV GLOBO. **Geada negra devasta lavouras de café em Mandaguari-PR. 2013**. Disponível em: <<http://crrp.com.br/geada-negra-devasta-lavouras-de-cafe-em-mandaguari-pr/>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

TV Sinal Paraná. **Onde você estava? – geada negra**. 1 set. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BwLolhPY_1Q&t=141s>. Acesso em: 19 jul. 2017.

WILLIAMS, Raymond. Ideias sobre natureza. In: _____. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 198-215, 1991.

_____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & sociedade**, v. 5, n.2, p. 23-44, 2003.

XAVIER, Ricardo *et al.* Eventos climáticos extremos e consequências sobre a saúde: o desastre de 2008 em Santa Catarina segundo diferentes fontes de informação. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 4, p. 273-294, out./dez. 2014.

FONTES

A nova cafeicultura. **Folha de Londrina**, Londrina, 28 set. 1975. Folha Rural, p. 01-02.

A política agropecuária do Governo Jaime Canet. **Folha de Londrina**, Londrina, 03 ago. 1975. Folha Rural, p. 05.

Anúncio publicitário da empresa Brasiland. **Folha de Londrina**, Londrina, 28. set. 1975. Folha Rural, p. 11.

Anúncio publicitário da empresa COTAM S.A. **Folha de Londrina**, Londrina, 28 set. 1975. Folha Rural, p. 08.

Anúncio publicitário da empresa Marissol. **Folha de Londrina**, Londrina, 28 set. 1975. p. 14.

Aprovado o Plano de Emergência para Recuperação de Cafés Geados. **Folha de Londrina**, Londrina, 7 ago. 1975. Folha Agropecuária, p. 6.

Arnaldo Prieto nega desemprego. **Folha de Londrina**, Londrina, 23 jul. 1975. p. 06.

As opções do agricultor paranaense. **Folha de Londrina**, Londrina, 28 set. 1975. Folha Rural, p. 11.

As soluções para o Paraná. **Folha de Londrina**, Londrina, 28 set. 1975. Folha Rural, p. 07.

Belinati: 500 mil ficarão sem emprego. **Folha de Londrina**, Londrina, 6 ago. 1975. Folha Agropecuária, p. 5.

Bóias frias: Dumont acusa os prefeitos e fazendeiros. **Folha de Londrina**, Londrina, 1 ago. 1975. p. 5.

Busato expõe planos a Canet. **Folha de Londrina**, Londrina, 24 jul. 1975. p. 05.

Café rebrotando na lavoura e no otimismo. **Folha de Londrina**, Londrina, 17 ago. 1975. Folha Rural, p. 01.

Café, mulher e cachaça não vão faltar na praça. **Folha de Londrina**, Londrina, 20 Jul. 1975. p. 04.

Café: Limite nos financiamentos também é fator de êxodo. **Folha de Londrina**, Londrina, 29 ago. 1975. p. 3.

Cafeicultor pede a volta do colonato. **Folha de Londrina**, Londrina, 25 jul. 1975. Folha Economia, p. 15.

Canet pediu usina de açúcar a Geisel. **Folha de Londrina**, Londrina, 6 ago. 1975. Folha Agropecuária, p. 4.

Canet preocupa-se com desemprego. **Folha de Londrina**, Londrina, 20 jul. 1975. p. 06.

Canet: Primeira providencia é defender a cafeicultura. **Folha de Londrina**, Londrina, 15 ago. 1975. p. 01.

Desânimo, mas esperança no futuro. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 jul. 1975. p. 3.

É chegado o tempo de mudar. **Folha de Londrina**, Londrina, 03 ago. 1975. Folha Rural, p. 01.

Em Curitiba, a neve. No Norte, nesta madrugada já estava geando. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 jul. 1975. p. 1.

Existem cafezais verdes. **Folha de Londrina**, Londrina, 15 ago. 1975. p. 10.

FELIZARDO, Celso. Após 40 anos, café ainda é moeda valiosa em Londrina. **Folha de Londrina**, Londrina, 12 jul. 2015. p. 01-07.

FELIZARDO, Celso. Menos quantidade, mais qualidade. **Folha de Londrina**, Londrina, 12 jul. 2015. p. 8.

Geisel discute hoje as soluções mais urgentes para lavouras geadas. **Folha de Londrina**, Londrina, 23 jul. 1975. p. 01.

Geisel: Não abrimos mão do café. **Folha de Londrina**, Londrina, 31 jul. 1975. Folha Agropecuária, p. 03.

Governo ajudará a recuperar os cafezais e prorrogará os prazos de financiamentos. **Folha de Londrina**, Londrina, 24 jul. 1975. p. 01.

IBC suspende por um ano a venda de seus estoques. **Folha de Londrina**, Londrina, 23 jul. 1975. p. 05.

Iniciados os financiamentos para renovação dos cafezais. **Folha de Londrina**, Londrina, 4 set. 1975. p. 01.

Lembrando as velhas crises. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 jul. 1975. p. 8.

Levantamento do Serac fica pronto terça-feira. **Folha de Londrina**, Londrina, 26 jul. 1975. p. 4.

Lições da geada. **Folha de Londrina**, Londrina, 12 jul. 2015.

MILITÃO, Oswaldo. Ministro Severo Gomes deixou os cafeicultores esperançosos. **Folha de Londrina**, Londrina, 20 jul. 1975. Folha 2, p. 3.

Ministro do Trabalho deseja minimizar ao máximo os efeitos sociais da geada. **Folha de Londrina**, Londrina, 29 jul. 1975. p. 03.

Ministro mostra preocupação e empresários pedem-lhe extinção do Estatuto e volta do colonato. **Folha de Londrina**, Londrina, 29 jul. 1975. p. 01.

Ministro promete assistência do Governo. **Folha de Londrina**, Londrina, 20 jul. 1975. p. 01.

Não pode haver desestímulo, desespero, abandono. **Folha de Londrina**, Londrina, 27 jul. 1975. Folha Rural, p. 01.

Não sobrou um único pé de café. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 jul. 1975. p.1.

O importante é não perder a calma. **Folha de Londrina**, Londrina, 03 ago. 1975. Folha Rural, p. 3.

O velório da cafeicultura. Londrina. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 jul. 1975. p. 03

OGAMA, Walter. Geada reacende preocupação com problemas sociais. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 jul. 2000. p. 8.

Para Baggio, apenas 50% dos produtores podem reter o café. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 set. 1975. Folha Agropecuária, p. 2.

Para prestar, tem mesmo que morrer. **Folha de Londrina**, Londrina, 20 jul. 1975.

Pastagens queimadas e bezeros morrem de frio em Paranavaí. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 jul. 1975. p. 5.

Paulinelli no Oeste: Governo decide hoje medidas de emergência para socorrer a agricultura e a pecuária. **Folha de Londrina**, Londrina, 23 jul. 1975. p. 4.

Poucos abandonam a cafeicultura. **Folha de Londrina**, Londrina, 10 ago. 1975. Folha Rural, p. 02.

Quem tem saudade? **Folha de Londrina**, Londrina, 18 jul. 1985. p 7.

SCHWARTZ, Widson. 'Marco divisor' na agricultura do Estado. **Folha de Londrina**, Londrina, 12 jul. 2015. p. 9.

SCHWARTZ, Widson. Bimini, que teve café e muita gente, simboliza a aventura dos Kirchheim. **Folha de Londrina**, Londrina, 13 jul. 2015. p. 7.

SCHWARTZ, Widson. Café-soja, quase uma dobradinha. **Folha de Londrina**, Londrina, 12 jul. 2015. p.09.

SCHWARTZ, Widson. Destruição e êxodo. **Folha de Londrina**, Londrina, 13 jul. 2015. p. 01.

SCHWARTZ, Widson. Entre a enxada e o trator. **Folha de Londrina**, Londrina, 12 jul. 2015. p. 09.

SCHWARTZ, Widson. Liderança chegou em 20 anos e impôs erradicação imediata. **Folha de Londrina**, Londrina, 13 jul. 2015. p. 7.

Secretarias reformulam planos. **Folha de Londrina**, Londrina, 20 jul.1975. p. 03.

Sindicato pede mudanças no Estatuto do Trabalhador. **Folha de Londrina**, Londrina, 29 jul. 1975. p. 04.

Sociedade Rural Brasileira veio para apurar os danos. **Folha de Londrina**, Londrina, 20 jul. 1975. p. 05.

Substituição do café pode ser acelerada. **Folha de Londrina**, Londrina, 20 jul. 1975.

Tristeza e solidariedade no roteiro do governador. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 jul.1975. p. 4.

Uma nova odisséia do café. **Folha de Londrina**, Londrina, 10 ago. 1975. Folha Rural, p. 01.